



Ana Cristina  
Fernandes Oliveira

**Flexão Nominal e  
Nominalizações Agentivas e  
Instrumentais em Crianças com  
Perturbações Específicas do  
Desenvolvimento da Linguagem**

Estudo de Caso Comparativo

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e  
Perturbações da Linguagem na Criança, área de  
especialização em Terapia da Fala e Perturbações  
da Linguagem

setembro de 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem  
na Criança, área de especialização em Terapia da Fala e Perturbações da  
Linguagem, realizada sob a orientação científica da professora Doutora Ana  
Madeira

## Declarações

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

---

Setúbal, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

---

Setúbal, .... de ..... de .....

## Agradecimentos

Expresso o meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, especialmente:

À minha orientadora, *Professora Doutora Ana Madeira*, por toda a disponibilidade para orientar esta dissertação.

À minha amiga *Ana Sofia Pinto*, pelo bom gosto com o qual criou os desenhos utilizados na investigação.

Ao *Doutor Rui Dias*, pela colaboração na análise estatística dos dados, e pela constante disponibilidade e ajuda.

À *Professora Doutora Graça Rio-Torto*, pelo interesse demonstrado no meu trabalho e pelas referências bibliográficas que colocou ao meu dispor.

Ao *Doutor António Sérgio Cavalcante da Cunha*, pela simpatia demonstrada no envio da sua tese de doutoramento e de outro material bibliográfico.

Às *crianças e encarregados de educação*, pela disponibilidade e participação.

Aos *terapeutas da fala, educadores de infância e coordenadores dos jardins de infância*, pela receptividade, por permitirem o contacto com as crianças e por facultarem, de bom grado, espaços para a recolha de dados.

Aos *meus pais*, por sempre apoiarem o meu desenvolvimento curricular e intelectual.

Ao *Duarte*, pelo apoio, ajuda e motivação.

Aos meus amigos *Inês e André*, pela disponibilidade e ajuda.

Ao *Hospital Narciso Ferreira*, pela compreensão, sem a qual seria impossível o término do mestrado.

## **Resumo**

### **FLEXÃO NOMINAL E NOMINALIZAÇÕES AGENTIVAS E INSTRUMENTAIS EM CRIANÇAS COM PERTURBAÇÕES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM**

**Ana Cristina Fernandes Oliveira**

No âmbito da língua portuguesa, a existência de dificuldades morfológicas nas crianças com Perturbações Específicas do Desenvolvimento da Linguagem (PEDL) constitui um objeto de estudo que tem merecido escassa atenção. Todavia, é consensual a literatura realizada para outras línguas, demonstrando a existência de dificuldades ao nível da morfologia flexional. Apesar de ser unânime a existência de dificuldades de flexão verbal, a flexão nominal tem sido alvo de controvérsias: alguns autores defendem a existência de dificuldades na realização do plural por parte desta população, enquanto outros afirmam que não existem evidências de dificuldades neste domínio.

Comparativamente com a morfologia flexional, a morfologia derivacional apresenta-se como a grande lacuna na descrição dos défices morfológicos nas crianças com PEDL. Por serem escassos os estudos referentes a esta temática, são poucos os dados relativos a crianças com PEDL que permitam corroborar, convincentemente, a hipótese da organização modular da morfologia no léxico mental. Esta hipótese defende que os processos de derivação e flexão são representados independentemente no léxico, apresentando-se como subcomponentes autónomos (Miceli & Caramazza, 1988).

Este estudo tem como objetivo verificar se as crianças com PEDL apresentam dificuldades na flexão nominal e na derivação, em português, e retirar conclusões, a partir dos resultados, sobre a representação da derivação e da flexão no léxico mental.

Para este efeito, foi construído um teste que pretende investigar a flexão nominal em número e, no âmbito da morfologia derivacional, a produção de nomes agentivos (AG) e instrumentais (INST) deverbais, através de uma tarefa de produção elicitada que inclui itens relativos a palavras e a pseudopalavras.

A amostra consiste em seis crianças monolíngues com PEDL, com idades compreendidas entre os 4;8 e os 7;5. Realizou o teste, também, um grupo de controlo, constituído por nove crianças com desenvolvimento típico, com idades entre os 4;6 e os 7;10.

O cruzamento dos resultados do desempenho dos dois grupos demonstrou assimetrias nos itens de morfologia derivacional, favorecendo o grupo de controlo: este grupo evidenciou uma percentagem de 81.5% de respostas corretas nos itens relativos a palavras e pseudopalavras, enquanto as crianças com PEDL apresentaram, apenas, 41.6% de respostas corretas nos itens relativos a palavras e 23.6% nos itens de pseudopalavras. Contrariamente, nos itens de morfologia flexional, os resultados foram simétricos: ambos os grupos apresentaram percentagens totais de respostas corretas nos itens relativos a palavras; nos relativos a pseudopalavras, o grupo de controlo obteve, igualmente, uma percentagem total de respostas corretas, enquanto as crianças com PEDL apresentaram 94.4% de respostas corretas.

Pode concluir-se que, no momento da aplicação do teste, as crianças com PEDL estudadas não apresentavam dificuldades na flexão nominal em número; contudo, evidenciavam dificuldades no âmbito da morfologia derivacional. Os resultados indiciam,

portanto, a existência de um déficit seletivo da componente derivacional, o que enfatiza a sua autonomia funcional e permite inferir que flexão e derivação constituem subcomponentes autónomos do léxico mental.

**Palavras-chave:** perturbações específicas do desenvolvimento da linguagem, flexão nominal, derivação, nomes agentivos deverbais, nomes instrumentais deverbais, léxico mental.

## **Abstract**

### **NOMINAL INFLECTION AND AGENT AND INSTRUMENT NOMINALIZATIONS IN CHILDREN WITH SPECIFIC LANGUAGE IMPAIRMENT**

**Ana Cristina Fernandes Oliveira**

The existence of morphological difficulties in Portuguese-speaking children with Specific Language Impairment (SLI) is an object of study that has received scarce attention. However, the literature for other languages is consensual in demonstrating the existence of difficulties in the domain of inflectional morphology, particularly regarding verbal inflection. As for nominal inflection, its status is subject to controversy: while some authors have argued for the existence of difficulties with the plural of nouns among this population, other authors have claimed that there is no evidence of difficulties in this domain.

Compared with inflectional morphology, derivational morphology has been largely ignored in the description of morphological deficits in SLI children. For this reason, little is known regarding SLI children to confirm the modular hypothesis of morphology in the mental lexicon convincingly. This hypothesis holds that inflection and derivation are represented independently in the lexicon, corresponding to autonomous subcomponents (Miceli & Caramazza, 1988).

The aims of this study are to investigate whether Portuguese-speaking SLI children have difficulties in the domains of nominal inflection and derivation and, on the basis of the results obtained, to contribute to a better understanding of the representation of derivation and inflection in the mental lexicon.

The task used in our study focuses on the production of nominal plural inflection and, as far as derivational morphology is concerned, of deverbal agent (AG) and instrument (INST) nouns; it is an elicited production task that includes items corresponding to words and pseudowords.

The participants are six monolingual SLI children, aged between 4;8 and 7;5. The task was also administered to a control group, which is composed of nine typically developing children, aged between 4;6 and 7;10.

The comparison of the performance results of the two groups indicates an asymmetry in the domain of derivational morphology between the two groups: the control group showed an accuracy rate of 81.5% in all items, whereas SLI children presented only 41.6% of target answers in the items corresponding to words and 23.6% in pseudowords. In contrast, the results in the domain of inflectional morphology were symmetrical: both groups showed total percentages of target answers in the items corresponding to words; as for pseudowords, the control group also obtained a full accuracy rates, whereas the SLI children obtained 94.4% of target answers.

We may conclude, therefore, that, at the time of the study, the SLI children which are the object of the study, do not show evidence of difficulties in the domain of nominal number inflection, although they exhibit difficulties in the domain of derivational morphology. Hence our results may be taken to support the existence of a selective deficit in the derivational component, providing evidence for its functional autonomy and for the

hypothesis that inflection and derivation constitute autonomous subcomponents of the mental lexicon.

**Keywords:** specific language impairment, nominal inflection, derivation, deverbals, agent nouns, deverbals, instrument nouns, mental lexicon.



## Índice

Introdução .....	1
Capítulo I: Enquadramento teórico.....	3
1. Introdução ao tema .....	3
2. Constituintes morfológicos .....	4
2.1 Radicais verbais e vogais temáticas .....	9
3. Flexão .....	10
3.1 Flexão nominal em número .....	11
4. Processos de formação de palavras .....	14
4.1 Formação de palavras por afixação/derivação.....	15
4.2 Regras de formação de palavras (RFP) .....	17
4.3 RFP AG .....	19
5. Conclusão .....	24
Capítulo II: Representação e desenvolvimento da morfologia .....	25
1. Representação da morfologia no sistema lexical.....	25
1.1 Fundamentos lexicalistas .....	26
1.1.1 Hipótese lexicalista forte .....	26
1.1.2 Hipótese lexicalista fraca .....	29
1.2 Conclusão .....	33
2. Desenvolvimento morfológico típico .....	34
3. Perturbações Específicas do Desenvolvimento da Linguagem.....	40
3.1 Caracterização das dificuldades morfológicas na PEDL.....	42
3.1.1 Evidências de dificuldades na morfologia flexional .....	43
3.1.2 Evidências de dificuldades na morfologia derivacional.....	45
3.2 Conclusão .....	49
Capítulo III: O Estudo.....	51

1. Definição da problemática e do objeto de estudo .....	51
2. Justificação do objeto de estudo.....	53
3. Amostra.....	54
3.1 Grupo PEDL.....	55
3.2 Grupo de Controlo .....	58
4. Materiais .....	58
4.1 Subteste 1 - Teste de Palavras .....	59
4.2 Subteste 2 - Teste de Pseudopalavras.....	62
5. Procedimentos .....	64
5.1 Procedimentos de recolha de dados .....	64
5.2 Procedimentos de análise de dados .....	67
5.2.1 Proposta de análise de dados.....	67
Capítulo IV: Apresentação e discussão dos resultados .....	73
1. Apresentação dos resultados.....	73
1.1 Resultados obtidos nas subtarefas de morfologia derivacional.....	73
1.1.1 Análise de frequências ( <i>análise qualitativa e quantitativa dos resultados</i> )....	74
1.1.2 Análise quantitativa dos resultados.....	82
1.1.2.1 Comparações intragrupos .....	82
1.1.2.2 Comparações intergrupos .....	88
1.1.3 Análise global.....	93
1.2 Resultados obtidos nas subtarefas de morfologia flexional .....	94
1.2.1 Análise de frequências ( <i>análise qualitativa e quantitativa dos resultados</i> )....	94
1.2.2 Análise quantitativa dos resultados.....	97
1.2.2.1 Comparações intragrupos .....	97
1.2.2.2 Comparações intergrupos .....	100
1.2.3 Análise global.....	102
1.3 Resultados da derivação <i>vs</i> Resultados da flexão .....	103

2. Discussão dos resultados .....	105
2.1 Discussão quantitativa.....	105
2.2 Discussão qualitativa .....	107
2.3 Discussão geral .....	112
Conclusão .....	115
Referências bibliográfias .....	117
Lista de Figuras .....	122
Lista de Tabelas .....	123
Lista de Gráficos .....	124
Anexo I: Declaração de Consentimento.....	i
Anexo II: Subteste 1: Quadros com primeiros estímulos e estímulos-alvo .....	ii
Anexo III: Subteste 2: Quadros com primeiros estímulos e estímulos-alvo .....	iii
Anexo IV: Itens de treino do teste .....	iv
Anexo V: Folhas de Registo (Versão A e Versão B).....	v
Anexo VI: Resultados individuais .....	vi
Anexo VII: Resultados obtidos nos itens de controlo.....	vii

## Lista de Siglas e Abreviaturas

RFP – Regras de formação de palavras

RV – Radical verbal

RN – Radical nominal

RADJ – Radical adjetival

IT – Índice temático

VT – Vogal temática

[-plu] – Singular

[+plu] - Plural

N – Nome

V- Verbo

Vb – Verbo de base

Nb – Nome de base

ADJ – Adjetivo

[1ªConj] – Primeira conjugação

[2ªConj] – Segunda conjugação

[3ªConj] – Terceira conjugação

TV – Tema verbal

TN – Tema nominal

TADJ – Tema adjetival

[fem] – Feminino

[masc] – Masculino

RFP AG – Regras de formação dos agentivos

AG – Agentivos deverbais

INST – Instrumentais deverbais

PEDL – Perturbação Específica do Desenvolvimento da Linguagem

## Introdução

A escolha da temática da presente dissertação surge da necessidade de atingir uma melhor compreensão das dificuldades na componente morfológica da linguagem em crianças com Perturbação Específica do Desenvolvimento da Linguagem (PEDL), na medida em que são escassas ou inexistentes as evidências práticas destas dificuldades no âmbito da língua portuguesa. Não obstante, estudos semelhantes realizados para outras línguas, especialmente na língua inglesa, têm demonstrado dificuldades ao nível da morfologia flexional, ainda que com algumas controvérsias. No entanto, a morfologia derivacional constitui um objeto de estudos escassos. São escassos e controversos, portanto, os estudos relativos a crianças com PEDL que permitem corroborar ou refutar a hipótese da organização modular da morfologia no léxico mental, ou seja, a representação independente destas áreas morfológicas no léxico mental, e compreender se défices numa destas áreas morfológicas ocorrem independentemente da existência de défices na outra.

Este estudo tem como **objetivo geral** verificar se as crianças com PEDL apresentam dificuldades na realização da flexão em número e na formação de palavras por afixação. Assim, a pesquisa desenvolvida no âmbito deste trabalho é orientada pelas seguintes questões:

- i. Será que as crianças com PEDL apresentam dificuldades na realização da flexão em número?
- ii. Será que as crianças com PEDL apresentam défices ao nível dos processos de formação de palavras por afixação?
- iii. Corroborarão os dados obtidos a hipótese da organização modular da morfologia no léxico mental?

Os **objetivos específicos** são os seguintes:

- i. Testar a existência de dificuldades na formação de palavras por afixação segundo a regra de formação de agentivos e instrumentais deverbais;
- ii. Testar a existência de dificuldades na realização da flexão nominal em número;
- iii. Testar a existência de assimetrias nas tarefas de flexão e nas tarefas de derivação.

Assim, propomo-nos analisar a produção de palavras formadas a partir de uma regra de formação de palavras específica, os agentivos e instrumentais deverbais (RFP AG), e a produção de nomes flexionados em número em crianças com PEDL, selecionadas segundo os critérios definidos em Marshall & Van Der Lely (2007), Castro-Rebolledo *et al* (2004), Martins (2002) e Leonard (1998) para efeitos de diagnóstico terapêutico. Realizou-se um trabalho experimental com intuito de avaliar o desempenho das crianças com essa patologia e atestar a presença ou ausência de dificuldades, contribuindo com resultados que refutem ou corroborem a distinção entre estes dois processos na gramática mental.

Sob o ponto de vista metodológico, realizou-se um trabalho experimental que englobou a produção de palavras e pseudopalavras com os processos morfológicos referidos: produção de agentivos e instrumentais deverbais, produção de nomes flexionados em número, produção de pseudopalavras referentes a agentivos e instrumentais deverbais e a produção de pseudopalavras referentes a nomes flexionados em número.

Sob o ponto de vista estrutural, o trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo I, é realizada uma exposição teórica dos conceitos nucleares referentes à estrutura interna das palavras e aos processos de morfologia flexional e derivacional, relevantes para o trabalho; no capítulo II, são abordadas algumas temáticas intrinsecamente relacionadas com o trabalho, nomeadamente hipóteses acerca da representação da morfologia no sistema lexical, o desenvolvimento morfológico típico e as dificuldades morfológicas das crianças com PEDL; no capítulo III, apresenta-se o desenho experimental do estudo desta dissertação, que engloba a problemática que orientou o estudo, a justificação do objeto a estudar e a metodologia do trabalho experimental; no capítulo IV, são apresentados os resultados, e é realizada uma análise qualitativa e quantitativa dos mesmos e a sua discussão teórica.

# Capítulo I

## *Enquadramento teórico*

O presente capítulo inicia-se com uma breve introdução ao tema da dissertação. De seguida, são abordados conceitos nucleares inerentes à temática da estrutura interna das palavras e descritos os processos morfológicos relevantes.

### **1. Introdução ao tema**

Ao ouvir uma língua estrangeira desconhecida não é possível identificar onde terminam e começam as palavras; apenas são percebidas sequências de sons que não se conseguem fracionar em unidades com significado. Porém, quando se ouve uma língua familiar, não só são reconhecidas as unidades que correspondem às palavras, como também é conhecido o seu significado.

Durante o processo de aquisição da linguagem, os falantes de qualquer língua natural vão dominando um conjunto de princípios e regras gramaticais que permanecem estáveis ao longo da vida. Contudo, o número de palavras que um falante conhece e/ou utiliza vai variando e o seu léxico mental vai sendo atualizado devido às novas experiências vividas e aos novos conhecimentos adquiridos e, também, por consequência de transformações culturais e tecnológicas que a sociedade vai sofrendo (Duarte, 2000). Yaguello (1988: 87) *apud* Villalva (2008: 47) refere que:

As palavras de uma língua formam (...) um conjunto de contornos imprecisos. Não é possível contar as palavras de uma língua. Pode, quando muito, dar-se uma ordem de grandeza. A diversidade de registos, a abundância de gírias e terminologias especializadas, o facto de algumas palavras caírem em desuso e de todos os dias surgirem novas palavras, tornam qualquer contagem arbitrária<sup>1</sup>.

Deste modo, ao longo da vida, os falantes vão, obrigatoriamente, desenvolver um processo de lexicalização que lhes vai permitir o aumento do seu conhecimento lexical, quer ativo, quer passivo<sup>2</sup>. A lexicalização é, pois, um processo que amplia a “base de dados” lexical dos falantes de forma aleatória e imprevisível, por meio de alterações da

---

<sup>1</sup> “Les mots de la langue constituent (...) un ensemble aux contours incertains. On ne peut pas dénombrer les mots d’une langue. Tout au plus peut-on donner un ordre d’idée. La diversité des registres, l’abondance des argots et jargons spécialisés, le fait que certains mots tombent en désuétude tandis que de nouveaux mots sont créés tous les jours rendent tout décompte arbitraire” (Yaguello, M. (1988). *Catalogue des idées recues sur la langue*. Paris: Seuil.).

<sup>2</sup> Léxico activo diz respeito ao número de palavras que o falante utiliza e léxico passivo refere-se ao número de palavras que o falante compreende (Duarte, 2000). Segundo Sim-Sim (1998) o primeiro também é chamado léxico expressivo e o segundo léxico receptivo.

interpretação semântica de uma palavra, da sua forma, das suas propriedades gramaticais, de uma conjugação desses fatores ou através do contacto inicial com uma palavra até então desconhecida. A lexicalização sugere, portanto, o registo das palavras no léxico e atua sempre que pelo menos uma das unidades que compõem as palavras sofre alterações semânticas ou formais ou é desconhecida para os falantes.

No âmbito dos estudos linguísticos, a morfologia é considerada a área da gramática que se dedica “ao conhecimento de um tipo específico de formas, que são as palavras” (Villalva, 2008: 17). Contudo, segundo a mesma autora:

Dizer que a morfologia se ocupa do conhecimento da forma das palavras é, simultaneamente, dizer pouco e dizer demais: há aspectos da forma das palavras, como a sua realização fonética, que competem, não à morfologia, mas sim à fonologia ou à prosódia. E, inversamente, também não se pode afirmar que a morfologia se ocupa apenas da forma das palavras, dado que a morfologia também trata das relações que se estabelecem entre a forma, a função e o significado das palavras (Villalva, 2008: 17).

## 2. Constituintes morfológicos

A definição de *palavra* é uma questão complexa, dado que os diversos níveis de análise linguística usam critérios e procuram respostas não necessariamente coincidentes. Sob o ponto de vista da morfologia, as palavras são estruturas, ou seja, unidades analisáveis em unidades menores, a que se dá o nome de *constituintes morfológicos*.

A noção de *constituente morfológico* remete para as unidades mínimas que integram a palavra e são designadas, habitualmente, por *morfemas*. Segundo Aronoff & Volpe (2006), o termo *morfema* foi popularizado por Bloomfield (1933)<sup>3</sup>. Segundo este autor, *morfema* é uma forma linguística simples portadora de significação, que não tem qualquer semelhança fonética ou semântica a qualquer outra forma. Contudo, para Aronoff (1976)<sup>4</sup> *apud* Rio-Torto (1998), esta definição de morfema como unidade mínima portadora de significação não é adequada. De acordo com o autor, alguns morfemas são de difícil categorização semântica e, ao contrário das palavras, podem não ter significado fixo e independente das palavras em que ocorrem. Um dos exemplos para esta última afirmação é o de verbos do tipo *refer*, *defer*, *prefer*, *infer*, *confer*, *transfer* (em português, *referir*, *deferir*, *preferir*, *conferir*, *transferir*). Questiona-se se se pode atribuir o mesmo significado ao morfema radical *-fer*. Aronoff

---

<sup>3</sup> Bloomfield, L. (1933). *Language*. New York: Henry Holt and Co.

<sup>4</sup> Aronoff, M. (1976). *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts e London: The MIT Press.



refere que *refer* não tem qualquer ligação de significado com *prefer* ou com *transfer* (Cunha, 2000). Por isso, apesar de o mesmo radical estar presente, o seu sentido é diferente em cada um dos verbos. Aronoff (1976) considera, por isso, que a morfologia é *word-based* (isto é, uma nova palavra é formada pela aplicação de regras a uma outra palavra, já existente), sendo as palavras as unidades mínimas de significação.

Contudo, Aronoff & Volpe (2006) refere que, embora não totalmente correta, a noção de *morfema* continua a ser útil, na medida em que os argumentos que levaram Bloomfield a esta definição continuam a ser discutidos pelos morfologistas.<sup>5</sup>

Os constituintes morfológicos são, portanto, unidades linguísticas associadas a formas fónicas que participam na construção de uma palavra. Todavia, nem todos os constituintes morfológicos são idênticos.

Os radicais (1) são constituintes morfológicos lexicais, que ocupam a posição de núcleo morfológico da palavra simples. São eles, por isso, os responsáveis pela atribuição do conteúdo semântico à palavra simples e pela definição das suas propriedades gramaticais básicas (Villalva, 2008, 2003). Estes são, portanto, unidades lexicais portadoras de informação idiosincrática de natureza morfológica, sintática e semântica (Villalva, 2003) e caracterizam-se por poder ser formas livres ou independentes, pois podem ocorrer isoladamente e, por si só, formar palavras.

(1) *livro* [[livr]<sub>RN</sub> [o]]<sub>N</sub>

Os afixos (também designados por *operadores morfológicos* (Anastácio, 1998)) são constituintes morfológicos que não podem, por si só, formar palavras, encontrando-se sempre associados a unidades a que se dá o nome de *bases*, e, por este motivo, são classificados como formas presas ou dependentes. Com base na abordagem clássica, que classifica os afixos tendo em conta a sua posição relativamente à base, refere-se que estas unidades podem ser prefixos, sufixos ou infixos/interfixos, consoante precedam ou sigam a base ou se encontrem no seu interior, respetivamente. Contudo, a classificação dos afixos não se esgota nessa caracterização clássica. Estes podem, ainda, ser caracterizados funcionalmente, segundo o papel gramatical que desempenham na estrutura da palavra: 1) os afixos especificadores são constituintes morfológicos gramaticais e explicitam informação de natureza morfológica ou morfo-sintática (os primeiros designam-se por *sufixos temáticos* e dizem respeito aos índices temáticos (2) e vogais temáticas (3), e os

<sup>5</sup> Pelos motivos apresentados e em semelhança ao adotado na literatura mais recente (ex.: Villalva, 2008), neste trabalho é utilizado, apenas, o termo *constituente morfológico*.

últimos dizem respeito ao sufixos de flexão (4); 2) os afixos derivacionais são constituintes morfológicos lexicais responsáveis pela formação de novas palavras e, por isso, formam palavras derivadas cujas propriedades gramaticais e semânticas são, também, por eles definidas (5); 3) os afixos modificadores são, igualmente, constituintes morfológicos lexicais responsáveis pela formação de novas palavras, mas intervêm apenas nas propriedades semânticas das palavras (como é o caso dos sufixos responsáveis pela sufixação avaliativa) (6) (Villalva, 2008).

- (2) *bolo*            [[bol]<sub>RN</sub> [o]<sub>IT</sub>]<sub>N</sub>
- (3) *andar*           [[and]<sub>RV</sub> [a]<sub>VT</sub> (r)]<sub>V</sub>
- (4) *pentes*           [[pente]<sub>TN[-plu]</sub> [s]<sub>[+plu]</sub>]<sub>N[+plu]</sub>
- (5) *ambiental*       [[ambient]<sub>RN</sub> [al]]<sub>ADJ</sub>
- (6) *livrinho*        [[livr]<sub>RN</sub> [inho]]<sub>N</sub>

Como referido, os afixos estão associados a unidades que têm o nome de *base*. Define-se *base* “como o segmento significante da palavra, em qualquer nível de constituição, suscetível de receber um processo de formação...”<sup>6</sup> (Pena, 1991: 73 *apud* Anastácio, 1998: 34). As bases podem ser, como propõe Villalva (2008), de diversas categorias e subcategorias morfológicas: radical (5) e (6), temas (radical associado ao constituinte temático) (7), ou palavras simples (que são, nestes casos e como referido posteriormente, radicais ou radicais associados a constituintes temáticos) (8), (9) e (10) (cf. **Figura 1**). Segundo Villalva (2003), o único sufixo derivacional do português que tem como base uma palavra é o sufixo *-mente*, que seleciona adjetivos femininos ou invariáveis em género, na forma singular.

- (7) *discutível*        [[discutí]<sub>TV</sub> [vel]]<sub>ADJ</sub>
- (8) *paizinho*           [[pai]<sub>RN</sub> [zinho]]<sub>N</sub>
- (9) *levemente*        [[leve]<sub>ADJ</sub> [mente]]<sub>ADJ</sub>
- (10) *claramente*      [[clara]<sub>ADJ[fem]</sub> [mente]]<sub>ADJ</sub>

De acordo com a estrutura interna das palavras, é possível distinguir *palavras simples* e *palavras complexas*. As *palavras simples* são aquelas constituídas apenas por radicais (11), por

<sup>6</sup> “como aquel segmento del significante de la palabra, en cualquier nivel de constitución, susceptible de recibir un proceso de formación...” (Pena, J. (1991). La palabra: estructura y procesos morfológicos. *Verba. Anuario galego de filoloxía*, 18, 69-128.).

radicais associados a constituintes temáticos acima designados por afixos especificadores (12) ou por temas associados a flexões morfológicas, como salientado posteriormente.

(11) *láp*is** [[láp*is*]<sub>RN</sub>]<sub>N</sub>

(12) *cas*a** [[cas]<sub>RN</sub> [a]<sub>IT</sub>]<sub>N</sub>

Como supracitado, os radicais e os constituintes temáticos formam o tema. Nos temas nominais (TN), adjetivais (TADJ) e adverbiais, as classes temáticas designam-se, habitualmente, por *declinações*; os constituintes temáticos designam-se por *índices temáticos* e atribuem informações sobre o valor de género do radical: os índices temáticos podem ser os sufixos *a*, *o*, *e* ou *ø* (13), atribuindo o género feminino ([fem]), masculino ([masc]) ou subespecificado<sup>7</sup> (Azuaga, 1996; Villalva, 2008).<sup>8</sup>

(13) a) *cart*a** [[cart]<sub>RN</sub> [a]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub>

b) *livr*o** [[livr]<sub>RN</sub> [o]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub>

c) *dent*e** [[dent]<sub>RN</sub> [e]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub>

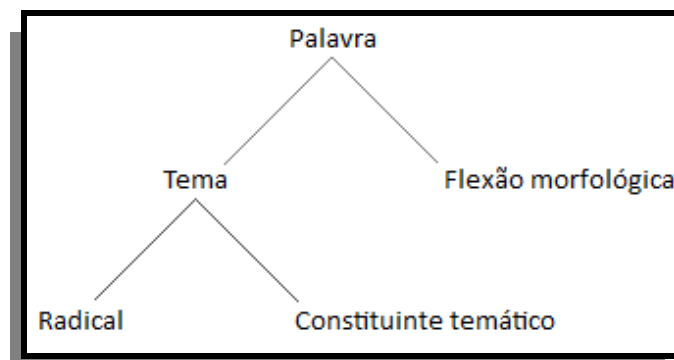
d) *trator* [[trator]<sub>RN</sub> [ø]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub>

Nos temas verbais (TV), às classes temáticas dá-se o nome de *conjugação* e o seu constituinte temático é designado por *vogal temática* (cf. secção 2.1).

Como pode ser verificado na **Figura 1**, é salvaguardada a existência de uma posição designada por flexão morfológica. Em muitos casos, as palavras simples são constituídas, também, por afixos flexionais. A estas palavras não está ligada, portanto, a obrigatoriedade de uma realização morfológica de flexão, mas sim uma restrição quanto ao lugar que a flexão ocupa na estrutura morfológica: no caso de haver flexão (solicitada pela categoria sintática do radical), esta ocorre sempre na sua posição canónica, que é a posição periférica (Villalva, 2008; Spencer, 1991).

<sup>7</sup> De referir que nem sempre os morfemas *a* e *o* atribuem o valor de género a eles associado: nos nomes designados como comuns-de-dois, os morfemas *a* e *o* podem atribuir género masculino e feminino, respetivamente (ex.: *o poet*a**<sub>[masc]</sub>; *a model*o**<sub>[fem]</sub>) (Villalva, 2008; Villalva, 1990). Estes nomes são bastante comuns no português: há bastantes sufixos de nominalização que são muito produtivos e formam agentivos comuns-de-dois (ex.: *o jornal*ista**; *a jornal*ista**) e, ainda, a conversão de nomes masculinos em nomes comuns-de-dois é, talvez, o processo mais aceite de obtenção de novos contrastes de género. Estes nomes são lexicalmente subespecificados quanto ao género (Villalva, 2008).

<sup>8</sup> A não-obrigatoriedade de haver contrastes de género, o facto de haver diferentes índices temáticos e de haver palavras distintas para referir o género (ex.: homem/mulher) são fatores que levam Villalva (2008, 2003) e Villalva (2000), Huber (1986) e Carvalho (1984) *apud* Villalva (2008) a não considerar o género como uma categoria flexional, mas sim como estando relacionado com a classe temática a que as palavras pertencem. Neste trabalho é aceite o defendido pela autora referida, apesar de esta posição não ser aceite por todos os autores.



**Figura 1** - Configuração da estrutura das palavras simples (Villalva, 2008: 26).

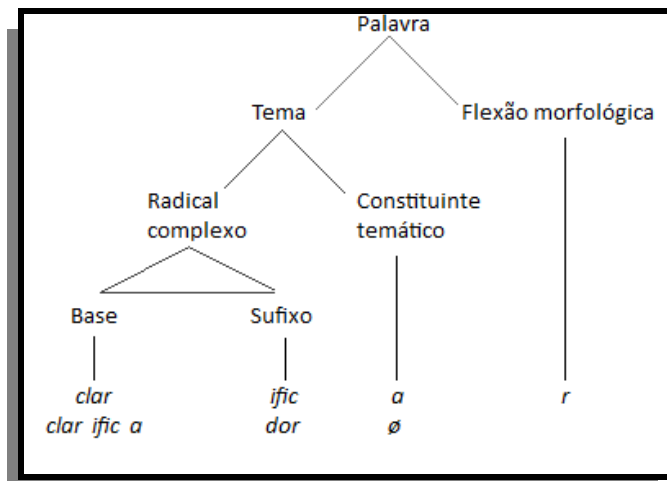
A configuração observada na **Figura 1** descreve, portanto, a estrutura das palavras simples. Estas palavras possuem um único radical, que é uma unidade lexical inanalísável, e sufixos flexionais que o caracterizam morfológica e sintaticamente.

Por sua vez, as palavras complexas são o resultado de um processo de formação de novas palavras. Nestas palavras, a posição do radical domina uma nova estrutura morfológica, que pode integrar um radical e um ou mais afixos (14) ou dois radicais e respectivos afixos (15). O núcleo da palavra complexa encontra-se nesse radical complexo - formado por um afixo derivacional e pelo seu complemento, a base – correspondendo ao afixo derivacional. Como refere Pena (1991), as bases podem apresentar qualquer nível de constituição. Por conseguinte, a base pode ser, como acima referido, um radical, um tema, ou uma palavra. Nos casos onde se verifica processos de recursividade, ou seja, nos processos de formação de palavras com mais do que um afixo (por exemplo a palavra *clarificador*, onde a palavra *clarifica* é considerada a base da palavra *clarificador* (16)), a forma de base é um radical derivado que, na estrutura básica das palavras, ocupa a mesma posição dos radicais das palavras simples (cf. **Figura 2**).

(14) *clarificar*      [[clar]<sub>RADJ</sub> [ific] [a]<sub>VT</sub> (r)]<sub>V</sub>

(15) *ecosistema*      [[ec]<sub>RN</sub> [o]<sub>IT</sub> [sistem]<sub>RN</sub> [a]<sub>IT</sub> [s]<sub>[+plu]</sub>]

(16) *clarificador*      [[[clar]<sub>RADJ</sub>[ific] [a]<sub>VT</sub>]<sub>Vb</sub> [dor]]<sub>N</sub>



**Figura 2** - Configuração da estrutura das palavras complexas (Villalva, 2008: 27).

Por poderem ser de diversas categorias morfológicas, as bases apresentam-se, pois, como “variáveis lexicais”, enquanto os afixos derivacionais, sendo unidades linguísticas plenas, são considerados como “constantes lexicais” (Renca, 2005).

## 2.1 Radicais verbais e vogais temáticas

Os radicais verbais (RV) são especificados quanto à conjugação a que pertencem. Estes podem pertencer à primeira conjugação ([1ªConj]) se forem de tema em *-a*, ou seja, se a sua vogal temática for [a] (17), à segunda conjugação ([2ªConj]) se forem de tema em *-e* (18) e à terceira conjugação ([3ªConj]) se forem de tema em *-i* (19). Deste modo, é a vogal temática que torna explícita a conjugação à qual os verbos pertencem: um tema verbal de uma determinada conjugação só é uma estrutura bem formada se englobar um radical verbal e uma vogal temática dessa conjugação. Segundo Villalva (2008: 107), “a relevância desta informação é estritamente morfológica” porque determina a realização da flexão verbal.

$$(17) \quad \textit{andar} \quad [[\text{and}]_{\text{RV}} [\text{a}]_{\text{VT}[1^{\text{a}}\text{Conj}]} (\text{r})]_{\text{V}}$$

$$(18) \quad \textit{beber} \quad [[\text{beb}]_{\text{RV}} [\text{e}]_{\text{VT}[2^{\text{a}}\text{Conj}]} (\text{r})]_{\text{V}}$$

$$(19) \quad \textit{fugir} \quad [[\text{fug}]_{\text{RV}} [\text{i}]_{\text{VT}[3^{\text{a}}\text{Conj}]} (\text{r})]_{\text{V}}$$

Por outro lado, a flexão verbal vai condicionar a realização das vogais temáticas. Se, no infinitivo, [a], [e] e [i] são as vogais temáticas da primeira, segunda e terceira conjugação, respetivamente, no particípio passado e no presente do indicativo são visíveis algumas disparidades. As designadas vogais temáticas do passado (Villalva, 2008) mantêm-se para os

verbos da primeira e terceira conjugação ([a] e [i], respetivamente). Contudo, para os verbos da segunda conjugação, a vogal temática do passado é, de igual modo aos da terceira conjugação, a vogal [i] (20). Por sua vez, nos verbos da terceira conjugação, a vogal temática do presente, na segunda e terceira pessoas do singular do presente do indicativo, é idêntica à da segunda conjugação (21) (Villalva, 2008).

(20) *bebido* [[beb]<sub>RV</sub> [i]<sub>VT[3ªConj]</sub> (do)]<sub>V</sub>

(21) *fog<sup>es</sup>* (fog [i]<sub>s</sub>) / *foge* (fog[i])

Sem mencionar pormenores acerca dos contrastes de realização fonética das vogais temáticas<sup>9</sup>, considera-se fulcral referir que estas alterações morfo-fonológicas das vogais temáticas, resultantes dos processos de flexão verbal, vão participar no modo como determinados nomes e adjetivos são derivados a partir de verbos (nomes e adjetivos deverbais). Os sufixos derivacionais deverbais são sensíveis às subclasses dos verbos e é por isso que determinados sufixos derivacionais, como *-dor*, selecionam apenas temas no infinitivo (*dominador*, *regedor*, *conferidor*); outros, como *-vel*, selecionam temas no passado (*dominável*, *regível*, *conferível*) e outros, ainda, como *-ncia*, selecionam temas no presente (*dominância*, *regência*, *conferência*). É ainda por esta razão que formas como *\*regível* e *\*conferência* são agramaticais (Villalva, 2008).

### 3. Flexão

A flexão é um processo de especificação morfo-sintática, que preenche a informação solicitada pela assinatura categorial do radical (...), assegura a concordância em pessoa-número com o sujeito, a concordância modo-temporal, que assegura a gramaticalidade sintática, e restringe o universo de possibilidades de interpretação semântica das frases.

Villalva (2008: 157)

De acordo com Villalva (2008, 2003), para além da concordância, a flexão tem duas propriedades importantes, sendo estas a obrigatoriedade e a sistematicidade. De facto, a flexão opera obrigatoriamente nas categorias estabelecidas pela assinatura categorial, ou seja, se uma dada categoria de palavras flexiona numa dada categoria morfo-sintática então todas as palavras pertencentes a essa categoria flexionam nessa categoria morfo-sintática, de forma constante. Para melhor compreensão desta propriedade remete-se para o exemplo da classe dos verbos: por a flexão ser obrigatória, todos os verbos variam em

<sup>9</sup> Sobre este assunto ver Villalva (2008: 111-4).

pessoa-número e tempo-modo-aspecto e, por ser sistemática, para qualquer verbo é esperada uma forma para cada uma das pessoas do discurso e para cada um dos tempos e modos verbais (Cunha, 2008).

Na língua portuguesa é necessário distinguir entre a flexão nominal e a flexão verbal<sup>10</sup>. A flexão nominal opera sobre as categorias nominais (em que se incluem determinantes, quantificadores, nomes, pronomes e adjetivos); estas categorias flexionam em número<sup>11</sup>. A flexão verbal opera sobre os verbos, que flexionam em tempo-modo-aspecto e pessoa-número. De referir que as preposições, conjunções, interjeições e os advérbios são palavras invariáveis, ou seja, não flexionam.

### 3.1 Flexão nominal em número<sup>12</sup>

A flexão em número<sup>13</sup> dos nomes possui dois valores: é, obrigatoriamente, realizada como singular ([-plu]) ou como plural ([+plu]). O contraste é realizado pela ausência ou presença de um único sufixo: no singular, a flexão dos nomes opera no vazio, ou seja, não existe nenhum sufixo específico para este valor de número; o plural é especificado pela junção do sufixo *-s*. A flexão em número dos nomes é um processo semanticamente relevante pois é esta oposição responsável pelo contraste entre o valor “igual a uma unidade” e o seu plural que quantifica o valor “superior a uma unidade” (Villalva, 2008).

Considera-se importante referir a existência de processos fonológicos decorrentes da formação do plural dos nomes, que evidenciam a relação existente entre as componentes fonológica e morfológica. Quando se trata de radicais de tema em *-a*, *-o*, *-e* ou

---

<sup>10</sup> Sobre este assunto ver Villalva (2008: 168-71) e Villalva (2003: 931-8).

<sup>11</sup> De salientar que se aceita a formação do feminino e masculino como uma variação relacionada com a classe temática das palavras, e não como flexão, tal como é defendido e justificado em Villalva (2008). Ainda, a título de curiosidade, refere-se que, segundo Duarte (2000), existe, também, a flexão de grau aumentativo e diminutivo e flexão de grau superlativo absoluto nos adjetivos, sendo os restantes graus dos adjetivos expressos por processos sintáticos, ou seja, pela combinação de várias palavras. Contudo, segundo Villalva (2008), não existe obrigatoriedade na geração dos contrastes de grau pelo que a descrição da variação em grau no âmbito da flexão dos adjetivos é uma descrição inadequada (sobre este assunto ver Villalva, 2008: 161-2). É por este motivo que se considera que as categorias referidas flexionam, apenas, em número.

<sup>12</sup> Nos adjetivos, os contrastes de número não apresentam relevância semântica, tratando-se de um processo estritamente gramatical (Villalva, 2008). Por este motivo, vai ser apenas referida a flexão em número dos nomes.

<sup>13</sup> Refere-se que a flexão em número não é a única operação morfológica relacionada com a cardinalidade. A formação de nomes coletivos (ex.: *arvoredo*, *cardume*) e a formação de palavras, nomeadamente por derivação e composição (ex.: *tridimensional*, *penta-campeão*), constituem exemplos de operações morfológicas que abarcam quantificação (Villalva, 2008).

atemáticos<sup>14</sup> (no geral), a realização da flexão de número é realizada segundo os termos descritos, isto é, pela junção do sufixo -s, que sofre um processo de palatalização, sendo realizado foneticamente como [ʃ] (22).

(22)

- a) *cama* [[[ʔkam]<sub>RN</sub> [ɐ]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ ]<sub>[-plu]</sub>]<sub>N[-plu]</sub>      *camas* [[[ʔkam]<sub>RN</sub> [ɐ]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ʃ]<sub>[+plu]</sub>]<sub>N[+plu]</sub>
- b) *livro* [[[ʔlivr]<sub>RN</sub> [u]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ ]<sub>[-plu]</sub>]<sub>N[-plu]</sub>      *livros* [[[ʔlivr]<sub>RN</sub> [u]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ʃ]<sub>[+plu]</sub>]<sub>N[+plu]</sub>
- c) *leque* [[[ʔlek]<sub>RN</sub> [i]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ ]<sub>[-plu]</sub>]<sub>N[-plu]</sub>      *leques* [[[ʔlek]<sub>RN</sub> [i]<sub>IT</sub>]<sub>TN</sub> [ʃ]<sub>[+plu]</sub>]<sub>N[+plu]</sub>
- d) *pudim* [[pu'dĩ]<sub>RN</sub>]<sub>TN</sub> [ ]<sub>[-plu]</sub>]<sub>N[-plu]</sub>      *pudins*<sup>15</sup> [[pu'dĩ]<sub>RN</sub>]<sub>TN</sub> [ʃ]<sub>[+plu]</sub>]<sub>N[+plu]</sub>

Uma vez que, por definição, a flexão é considerada como obrigatória e sistemática, a flexão em número dos nomes deveria operar em todos os nomes e sempre do mesmo modo. No entanto, é evidente a existência de nomes que não realizam a flexão em número da maneira esperada.

Em alguns nomes, o sufixo -s apresenta representações morfo-fonológicas distintas. Começa por referir-se os nomes cujos radicais apresentam tema -∅. Nos nomes que terminam em consoantes fricativas (23) ou na consoante vibrante /r/ (24), é necessária a presença de uma vogal epentética [i] à esquerda do sufixo do plural, que vem ocupar a posição de núcleo de uma nova sílaba, pelo que as formas singulares têm menos uma sílaba que as plurais. De referir que, quando o radical termina na consoante fricativa /s/, no plural, a sua realização fonética é [z] por ser início da sílaba seguinte resultante da introdução da vogal epentética. Nos radicais terminados em consoante lateral, a consoante final do radical /l/ realiza-se foneticamente como [j], formando um ditongo decrescente com a vogal que a precede. Por esta razão, a vogal [i] não é inserida (25). Nestes casos, não há diferenças no número de sílabas entre as formas singular e plural.

<sup>14</sup> É importante não confundir radicais de tema em -∅ e radicais atemáticos. Radicais de tema -∅ apresentam índices temáticos não realizados foneticamente e integram as palavras que, no singular, terminam em -r, -s, -x ou -l. Palavras atemáticas, por sua vez, são aquelas que não apresentam índice temático, pelo que a forma no singular é igual ao radical. Estas palavras terminam, geralmente, em vogal tónica oral ou nasal (ex.: *chá*; *irmã*) ou em ditongo tónico oral ou nasal (ex.: *chapéu*; *irmão*), apesar de também serem encontradas formas terminadas em vogal átona (ex.: *táxi*), ditongo átono (ex.: *viagem*) ou em consoante (ex.: *lápis*) (Villalva, 2003).

<sup>15</sup> Na maioria dos nomes atemáticos cujo radical termina em vogal nasal, verifica-se uma alteração gráfica, determinada pela norma ortográfica do português e não por qualquer razão gramatical.



(23)

a) *rapaz*  $[[\text{Re}^{\text{'}}\text{pa}\text{ʃ}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$  *rapazes*  $[[\text{Re}^{\text{'}}\text{paz}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [\text{i}\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

b) *país*  $[[\text{pe}^{\text{'}}\text{i}\text{ʃ}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$  *países*  $[[\text{pe}^{\text{'}}\text{iz}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [\text{i}\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

(24) *cantor*  $[[\text{kã}^{\text{'}}\text{t}]_{\text{RV}} [\text{or}] [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{Nb}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$

*cantores*  $[[\text{kã}^{\text{'}}\text{t}]_{\text{RV}} [\text{or}]_{\text{Nb}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{Nb}} [\text{i}\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

(25) *animal*  $[[\text{eni}^{\text{'}}\text{ma}\text{t}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$  *animais*  $[[\text{eni}^{\text{'}}\text{maj}]_{\text{RN}} [\text{ø}]_{\text{IT}}]_{\text{TN}} [\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

Realça-se, também, os processos morfo-fonológicos decorrentes da formação do plural de radicais nominais atemáticos que terminam em *-ão*. Estes nomes terminam no mesmo ditongo nasal no singular mas apresentam três terminações distintas no plural. Há um pequeno número que forma o plural por simples adjunção do sufixo *-s* (26), enquanto outros terminados em *-ão* formam o plural em *-ães* (27) e em *-ões* (28). Segundo Castro (2010), os processos morfo-fonológicos associados às formas plurais dos nomes com singular em *-ão* não pressupõem irregularidade nas formas de plural. Estas variações prendem-se com características etimológicas das palavras em causa (as palavras que formam o plural em *-ãos* derivam de um étimo terminado em *-anu*, as que formam o plural em *-ães* derivam de um étimo terminado em *-ane* e as que formam o plural em *-ões* derivam de um étimo terminado em *-one*). Para além disso, observa-se em Castro (2010) que a forma plural mais frequente é em *-ões*. Nota-se que esta forma é a que tende a ser mais utilizada mesmo em casos onde a etimologia da palavra não o permite (o sufixo *-ões* é bastante utilizado em nomes pluralizáveis em *-ãos* e *-ães*, como por exemplo *\*cidadões* cujo plural é *cidadãos*). Villalva (2008: 166) refere que “o plural das palavras terminadas em *-ão* é um assunto complexo do ponto de vista fonológico e diacrónico, mas não no que diz respeito à componente morfológica da flexão em número (...)”. A mesma autora defende que, para a morfologia, “as palavras em *-ão* formam o plural por adjunção do sufixo *-s*, sendo formadas a partir de radicais atemáticos, que dispõem de dois ou mais alomorfes<sup>16</sup>”.

(26) *mão*  $[[[\text{mãw}]_{\text{RN}} ]_{\text{TN}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$  *mãos*  $[[[\text{mãw}]_{\text{RN}} ]_{\text{TN}} [\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

(27) *pão*  $[[[\text{pãw}]_{\text{RN}} ]_{\text{TN}} [ ]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]}$  *pães*  $[[[\text{pãi}]_{\text{RN}} ]_{\text{TN}} [\text{ʃ}]_{[+\text{plu}]}]_{\text{N}[+\text{plu}]}$

<sup>16</sup> O termo *alomorfes* refere-se às diferentes manifestações fonéticas de um constituinte morfológico.

$$(28) \quad \textit{leão} \quad [[[\textit{li}^{\sim}\textit{aw}]_{\text{RN}}]_{\text{TN}}]_{[-\text{plu}]}]_{\text{N}[-\text{plu}]} \quad \textit{leões} \quad [[[\textit{li}^{\sim}\textit{ôj}]_{\text{RN}}]_{\text{TN}}]_{[\text{+plu}]}]_{\text{N}[\text{+plu}]}$$

Ainda de acordo com a Villalva (2003), existem, ainda, nomes que apresentam uma flexão defetiva. A defetividade pode afetar a forma do singular (em nomes como *píres*), onde o singular e o plural são idênticos e conseqüentemente ambíguos; a forma do plural (em nomes próprios como *Filipe* e *Almeida*<sup>17</sup>); e as duas formas (em nomes como *calças* ou *óculos*). Estes últimos, classificados como *pluralia tantum* (Villalva, 2008), apresentam apenas forma plural e estão lexicalizados, pelo que a sua existência não pode interferir com a análise global do processo de flexão.

Segundo Anderson (1992), a flexão é o domínio em que os sistemas de regras sintáticas e morfológicas interagem e, por isso, trata-se de um mecanismo morfossintático, que se serve simultaneamente de regras morfológicas e sintáticas. Ora, os processos flexionais têm por função manifestar relações gramaticais, nunca alterando a classe sintática das unidades a que se acoplam. As formas flexionadas constituem, portanto, variantes de uma única e mesma palavra.

#### 4. Processos de formação de palavras

A formação de novas palavras pode ser o resultado de três tipos de operações distintas: as operações aditivas, as operações subtrativas ou redutivas e as operações modificativas, não tendo, estas últimas, expressão no português europeu<sup>18</sup> (Anderson, 1985<sup>19</sup> *apud* Rio-Torto, 1998).

Segundo a classificação referida, nas operações aditivas incluem-se a formação de palavras por afixação/derivação, por reduplicação e por composição. As operações redutivas ou subtrativas são, no português europeu, muito menos significativas que os

<sup>17</sup> Estes nomes, designados por *singularia tantum* (Villalva, 2008), designam entidades únicas, não pluralizáveis. Esta não obrigatoriedade de flexão em número podia colocar em causa a característica de obrigatoriedade dos nomes. Contudo, estes nomes podem ser pluralizados caso se interprete o plural como identificação de vários sujeitos portadores do nome próprio. A restrição de pluralização é, portanto, semântica e não morfológica (Villalva, 2008).

<sup>18</sup> Aponta-se, ainda, a existência de determinadas palavras que provêm de outras sem que seja considerada a presença de um mecanismo morfológico de formação de palavras. Isto ocorre com a conversão, a extensão e os empréstimos. Sobre este assunto ver Duarte (2000: 83-5), Azuaga (1996: 241) e Villalva (1990: 415 e 445).

<sup>19</sup> Anderson, S. R. (1985). Typological distinctions in word formation. Em T. Shopen (Ed.), *Language typology and syntactic description*, vol. III (Grammatical categories and the lexicon). Cambridge, Cambridge University Press.

processos aditivos e podem envolver a supressão de segmentos iniciais, mediais ou finais (Rio-Torto, 1998).

A descrição abaixo apresentada incide, exclusivamente, sobre o processo de formação de palavras por afixação/derivação, dado ser este o único processo relevante para os objetivos do presente trabalho.

#### **4.1 Formação de palavras por afixação/derivação**

A formação de palavras por afixação/derivação consiste, como o próprio nome indica, na criação de palavras novas a partir da junção de um afixo a uma base, ou seja, consiste numa expansão desta estrutura, podendo a nova palavra pertencer a uma categoria sintática diferente da que lhe serviu de base. Como já referido, os afixos derivacionais podem ser sufixos, prefixos ou ainda infixos. Todavia, no português, a formação de palavras derivadas com a junção de sufixos é predominante e os processos por infixação são inexistentes (Rio-Torto, 1998; Azuaga, 1996).

Para caracterizar os afixos derivacionais é necessário recorrer à identificação das classes gramaticais das bases às quais os afixos se associam e das formas derivadas que eles integram. Ora, sabendo que os afixos podem alterar a categoria sintática das formas de base, pode referir-se os casos de verbalização (onde as palavras derivadas são verbos (V)), nominalização (onde as palavras derivadas são nomes (N)) e adjetivalização (onde as palavras derivadas são adjetivos (ADJ)). Por sua vez, estas classes podem dividir-se em deverbais, denominais e deadjetivais conforme provenham de verbos, nomes ou adjetivos, ou seja, selecionem bases verbais, nominais ou adjetivais (Duarte, 2000; Villalva, 1990).

Os prefixos são os constituintes que apresentam menor grau de intervenção na determinação das propriedades da palavra complexa em que ocorrem (Villalva, 1990). Tal significa que os prefixos não envolvem alteração categorial, morfológica, morfo-sintática nem morfo-semântica: as bases às quais os prefixos se associam são palavras, pelo que a sua estrutura formal e categoria sintática se mantêm inalteradas (Rio-Torto, 1998).

Como já mencionado, nas palavras derivadas, a posição de núcleo é ocupada pelo afixo derivacional que forma, juntamente com a base, um radical complexo. Tipicamente, na morfologia do português, a base precede o núcleo, pelo que a derivação é, maioritariamente, um processo de sufixação (Villalva, 2003). Deste modo, ao contrário do que acontece com a derivação por prefixação, os sufixos derivacionais apresentam-se como

o núcleo do radical complexo e, por isso, são responsáveis pela atribuição da categoria sintática e das propriedades morfológicas à palavra, ou seja, pela atribuição de toda a informação lexical sintaticamente relevante; os processos de sufixação determinam, pois, as propriedades gramaticais dos derivados que geram, podendo envolver ou não alteração categorial da forma de base, isto é, da palavra derivante. A categoria sintática dos derivados não pode, portanto, ser determinada pela forma derivante, dado que ela é constante, mas sim pelos sufixos, que variam de caso para caso.

Deste modo, podem referir-se dois tipos de processos de sufixação: a sufixação isocategorial (também designada por *sufixação homogénea* (Pena, 1991)), em que a palavra derivada mantém a mesma categoria gramatical, e a sufixação heterocategorial (também designado por *sufixação heterogénea* em Pena (1991)), onde há uma alteração dessa categoria (Rio-Torto, 1998). Considerando, assim, a categoria sintática da palavra derivante e da palavra derivada, como exemplos de sufixação isocategorial podem aduzir-se os processos de verbalização deverbal (29), nominalização denominal (30) e de adjetivalização deadjetival (31). Como exemplos de sufixação heterocategorial podem arrolar-se os processos de verbalização denominal (32), verbalização deadjetival (33), nominalização deverbal (34), nominalização deadjetival (35), adjetivalização deverbal (36) e adjetivalização denominal (37).

- |      |  |   |
|------|--|---|
| (29) | <i>dormir</i> [[dorm] <sub>RV</sub> [i] <sub>VT[3<sup>o</sup>Conj]</sub> (r)] <sub>V</sub>   | <i>dormitar</i> [[[dorm] <sub>RV</sub> [i] <sub>VT</sub> ] <sub>TV</sub> [tar]] <sub>V</sub>                    |
| (30) | <i>folha</i> [[folh] <sub>RN</sub> [a] <sub>IT</sub> ] <sub>N</sub>                          | <i>folhagem</i> [[folh] <sub>RN</sub> [a] <sub>IT</sub> ] <sub>TN</sub> [gem]] <sub>N</sub>                     |
| (31) | <i>real</i> [[real] <sub>RADJ</sub> [ø] <sub>IT</sub> ] <sub>ADJ</sub>                       | <i>realista</i> [[[real] <sub>RADJ</sub> [ø] <sub>IT</sub> ] <sub>TADJ</sub> [ista]] <sub>ADJ</sub>             |
| (32) | <i>escravo</i> [[escrav] <sub>RN</sub> [o] <sub>IT</sub> ] <sub>N</sub>                      | <i>escravizar</i> [[escrav] <sub>RN</sub> [izar]] <sub>V</sub>  |
| (33) | <i>fácil</i> [[[fácil] <sub>RADJ</sub> [ø] <sub>IT</sub> ] <sub>ADJ</sub>                    | <i>facilitar</i> [[[fácil] <sub>RADJ</sub> [ø] <sub>IT</sub> ] <sub>TADJ</sub> [itar]] <sub>V</sub>             |
| (34) | <i>animar</i> [[anim] <sub>RV</sub> [a] <sub>VT[1<sup>o</sup>Conj]</sub> (r)] <sub>V</sub>   | <i>animação</i> [[[anim] <sub>RV</sub> [a] <sub>VT[1<sup>o</sup>Conj]</sub> ] <sub>TV</sub> [cão]] <sub>N</sub> |
| (35) | <i>claro</i> [[clar] <sub>RADJ</sub> [o] <sub>IT</sub> ] <sub>ADJ</sub>                      | <i>claridade</i> [[clar] <sub>RADJ</sub> [idade]] <sub>N</sub>  |
| (36) | <i>tolerar</i> [[toler] <sub>RV</sub> [a] <sub>VT[1<sup>o</sup>Conj]</sub> (r)] <sub>V</sub> | <i>tolerante</i> [[toler] <sub>RV</sub> [ante]] <sub>ADJ</sub>  |
| (37) | <i>inferno</i> [[infern] <sub>RN</sub> [o] <sub>IT</sub> ] <sub>N</sub>                      | <i>infernal</i> [[infern] <sub>RN</sub> [al]] <sub>ADJ</sub>  |

Considera-se relevante referir que, para além de estabelecerem restrições de natureza sintática, os sufixos são ainda responsáveis por propriedades morfológicas<sup>20</sup> e

<sup>20</sup> Os sufixos derivacionais determinam, também, propriedades morfológicas como a conjugação dos verbos (ex.: [[mord]<sub>RV</sub> [e]<sub>VT[2<sup>o</sup>Conj]</sub> (r) ; [[mord]<sub>RV</sub> [isc] [a]<sub>VT[1<sup>o</sup>Conj]</sub> (r)]) ou a classe temática dos nomes (ex.: [[[desloc]<sub>RV</sub> [a]<sub>VT</sub>]<sub>TV</sub> (r)]; [[[desloc]<sub>RV</sub> [a]<sub>VT</sub>]<sub>TV</sub> [ção]<sub>N[fem]</sub>; [[[desloc]<sub>RV</sub> [a]<sub>VT</sub>]<sub>TV</sub> [mento]]<sub>N [masc]</sub>) (Villalva, 2008).

semânticas. Tendo em conta este último caso, os sufixos são responsáveis por uma alteração da interpretação semântica das formas de base. Por exemplo, o sufixo *-dor* quando unido ao verbo *jogar* altera o significado da ação de *jogar* para “aquele que joga”. Esta alteração relaciona-se, no entanto, com uma “operação de aproximação à fixação de um significado, que só pode ser concretizada com o apoio do valor referencial da base e, frequentemente, de um particular conhecimento do mundo” (Villalva, 2008: 120), ou seja, na interpretação dos produtos formados caldeiam-se as propriedades semânticas dos seus constituintes (bases e afixos) e o contexto discursivo<sup>21</sup>, e é da sua relação que é calculado o valor e interpretação de cada unidade (Rio-Torto, 1997).

## 4.2 Regras de formação de palavras (RFP)

Pode postular-se um conjunto de regras de formação de palavras (também identificadas como *paradigmas genolexicais* em Rio-Torto (1998)) por sufixação, onde é destacada a relação semântico-categorial das formas de base e das palavras derivadas. Surge como relevante uma distinção entre processos de formação de palavras e RFP. Estes são distintos e complementares. Processos de formação de palavras são o conjunto de operações formais de natureza morfo-léxico-semântico-sintática que permite a construção de um número de elementos a partir de outros (Rio-Torto, 1998). Estes processos requerem a existência de regras que os governem. As RFP são essas operações paradigmáticas de natureza semântico-categorial que definem o modo como os processos se projetam.

De acordo com Corbin (1987)<sup>22</sup> *apud* Renca (2005), como cada uma das RFP possui um determinado número de sufixos associados, estes selecionam as condições em que se podem associar a uma forma de base e formam, na componente gerativa, um derivado. Este derivado é, depois, na componente convencional, formal e semanticamente configurado e, se não for bloqueado, integrará o léxico de uma língua. A componente gerativa é, portanto, a componente que abrange os processos de formação de palavras e o conjunto de RFP de uma língua. Por sua vez, a componente convencional atribui a

---

<sup>21</sup> A palavra *corredor* apresenta-se como um exemplo da importância do contexto discursivo na interpretação das palavras derivadas. Ora, esta palavra derivada pode ser interpretada como agentivo (“aquele que corre”) ou como um locativo (“passagem estreita no interior de uma casa” (Costa & Melo, 1998)). Esta distinção de interpretações cabe, apenas, ao contexto discursivo já que a forma de base e o afixo são os mesmos.

<sup>22</sup> Corbin, D. (1987). *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

configuração formal e semântica final com que a palavra se apresenta no léxico, e é ela que define o que, sendo possível, não é comum, por várias razões<sup>23</sup> (Rio-Torto, 1998).

Para além da categoria sintática das bases, a sua estrutura morfológica desempenha, igualmente, um papel relevante na diferenciação dos diversos processos de formação de palavras. De facto, uma das restrições de seleção imposta pelos afixos derivacionais diz respeito à categoria morfológica da forma de base, isto é, se é radical, tema ou palavra (cf. secção 2). De salientar que, quando os sufixos selecionam temas, estes temas são sempre verbais, ou seja, os sufixos que se unem a bases temáticas formam sempre produtos deverbais. Ainda, como já foi mencionado, o único sufixo português que seleciona como bases palavras é o sufixo *-mente*, que seleciona adjetivos.

Todavia, a adjunção dos afixos, apesar de sensível às condições estruturais das bases, não é somente determinada por razões morfológicas mas também por fatores argumentais e semânticos que estão subjacentes às bases (Rio-Torto, 2004). No que diz respeito aos fatores argumentais, refere-se que os afixos são sensíveis à estrutura temática das bases (por exemplo, o sufixo *-vel* associa-se a temas verbais que selecionam complementos diretos que tenham o papel de tema, ou seja, o papel que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado (38)) (Villalva, 2003).

(38) A Maria bebeu [a coca-cola].

A coca-cola é **bebível**.

Relativamente aos fatores semânticos, refere-se, por exemplo, que os sufixos selecionam os seus radicais tendo em conta os valores [ $\pm$ animado], [ $\pm$ humano] e [ $\pm$ contável] (o sufixo *-agem*, por exemplo, seleciona, obrigatoriamente, radicais [+contáveis] (39)) (Villalva, 2008, 2003).

(39) *folhagem*      [[folh]<sub>RN</sub> [+contável] [agem]]<sub>N</sub>

Para cada uma das RFP especifica-se qual a relação semântico-sintático-categorial que ela estabelece, quais os processos pelos quais se manifesta, quais as propriedades da base a que se aplica, quais os afixos que lhe servem de suporte, quais as restrições de seleção desses afixos e quais as propriedades sintáticas e categoriais dos produtos que gera (Rio-Torto, 1998).

---

<sup>23</sup> Para melhor compreensão do papel desta componente, refere-se um exemplo que, como verificado posteriormente, ocupa uma posição importante neste trabalho: a palavra *corredeiro*. A componente gerativa forma, corretamente, este derivado, apresentando-o como possível do ponto de vista formal e semântico. Contudo, a componente convencional bloqueia-a, não permitindo que o léxico a englobe.

A diversidade de RFP tornaria muito extenso um estudo em que se realizasse uma análise de todas elas. Tendo em conta os objetivos da dissertação, são, apenas, referidas as regras de formação dos agentivos e instrumentais (designadas, a partir deste momento, apenas como RFP AG).

### 4.3 RFP AG

Os agentivos deverbais<sup>24</sup> (AG) são resultado de um processo heterocategorial de nominalização deverbal. Estes têm como interpretação semântica “aquele que Vb” (sendo Vb o verbo de base que lhe dá origem) e, embora muitos produtos dessa regra se apresentem como nomes, eles poderão ser, originariamente, adjetivos<sup>25</sup>. Os agentivos deverbais referem-se a agentes humanos que executam determinada ação, parafraseável pelo verbo que lhe dá origem (Rio-Torto, 1998).

Alguns destes produtos designam instrumentos parafraseáveis por “aquilo com que se Vb”. Estes nomeiam-se instrumentais deverbais (INST) e referem-se a objetos/sistemas que executam a mesma função dos agentivos. Segundo Rio-Torto (1998: 119):

O carácter [ $\pm$ humano] ou [ $\pm$ animado] daquilo que estes produtos denotam decorre de condicionalismos convencionais de natureza referencial/cultural, previstos na própria operação semântica da RFP AG: esta produz adjetivos que, ao serem nominalizados, designam agentivos que virtualmente podem ser marcados pelo traço [+humano], ou [+objecto/artefacto (fabricado pelo homem)].

Os sufixos de nominalização deverbal, nomeadamente os sufixos responsáveis pela produção dos agentivos e instrumentais deverbais, podem associar-se a um radical verbal, a um tema verbal do infinitivo, a um tema verbal do passado ou a um tema verbal do presente (Villalva, 2008). Por sua vez, os sufixos são, entre outros, os sufixos *-dor* (40), *-nte* (41), *-ão/-ona* (42), *-deiro (a)* (43), *-ino* (44), *-ista* (45), *-or* (46), *-oso* (47) (Villalva, 2008; Rio-Torto, 1998)<sup>26 27</sup>.

---

<sup>24</sup> Também designados por nomes-sujeito em Villalva (2008). Considera-se ainda importante referir a existência de agentivos formados por um processo de nominalização denominal (ex.: *piano* [[pian]<sub>RN</sub> [o]<sub>IT</sub>]<sub>N</sub>; *pianista* [[pian]<sub>RN</sub> [ista]<sub>N</sub>). Contudo, dada a irrelevância destes produtos nominais para o presente trabalho, vão ser apenas considerados os agentivos deverbais.

<sup>25</sup> Alguns autores defendem que os AG (tal como os instrumentais (INST)) têm a sua origem em adjetivos deverbais parafraseáveis por “que Vb”, que se terão nominalizado aquando da supressão dos nomes que eles modificavam (indivíduo (ex.: *indivíduo administrador*), funcionário, instrumento, aparelho (ex.: *aparelho aspirador*), utensílio, entre outros) (Rio-Torto, 1998).

<sup>26</sup> Considera-se importante referir que alguns destes sufixos apresentam uma natureza pluricategorial e operam em diferentes RFP. A título de exemplo, destacam-se os sufixos *-ista*, que gera produtos denominais (ex.: *artista*) e produtos deverbais (ex.: *calculista*), *-nho* que gera produtos denominais (ex.: *medonho*), deadjetivais

- (40) *cofrador*<sub>AG</sub>; *aspirador*<sub>INST</sub>
- (41) *comerciante*<sub>AG</sub>; *desmaquilhante*<sub>INST</sub>
- (42) *pedinchão*<sub>AG</sub>; *esfregona*<sub>INST</sub>
- (43) *apalpadeiro*<sub>AG</sub>; *benzedeira*<sub>AG</sub>
- (44) *dançarino*<sub>AG</sub>
- (45) *desenhista*<sub>AG</sub>
- (46) *cantor*<sub>AG</sub>
- (47) *queixoso*<sub>AG</sub>

Segundo Rio-Torto (1998), os sufixos que apresentam maior grau de produtividade<sup>28</sup> na construção destes produtos derivacionais são *-ão*, *-dor*, *-deiro*, *-nte*.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma listagem minuciosa dos sufixos, nem sequer uma abordagem de todos os sufixos que fazem parte do grupo que intervém na formação de AG e INST. Considerou-se relevante, porém, fazer uma descrição mais pormenorizada do sufixo *-dor*, dada a sua relevância para o trabalho.

O sufixo *-dor* adjunge-se a numerosos temas verbais do infinitivo (Villalva, 2008), produzindo AG e INST<sup>29</sup>. Segundo Renca (2005), os verbos derivados repartem-se por todas as conjugações do português (48). Contudo, os verbos da primeira conjugação são os mais utilizados pelo sufixo *-dor* para a formação de AG e INST, porque esta conjugação é a mais produtiva (de acordo com Renca (2005), apresentam-se numa percentagem de 89,17%).

(48)

a) *guiar* [[[gui]<sub>RV</sub> [a]<sub>VG[1\*Conj]]TV[1\*Conj] (r)] *guiador* [[[gui]<sub>RV</sub> [a]<sub>VG[1\*Conj]]TV[1\*Conj] [dor]]<sub>INST</sub></sub></sub>

---

(ex.: *tristonho*) e deverbais (ex.: *enfadonho*), e *-oso* que gera produtos denominais (ex.: *caloroso*) e deverbais (ex.: *abundoso*) (Rio-Torto, 1997).

<sup>27</sup> Deve ter-se em consideração a existência de relações de afinidade e interseção muito acentuadas entre os diversos produtos deverbais (tome-se como exemplo *corredor* que pode ser considerado um AG (“aquele que corre”) mas, também, um locativo (“passagem estreita no interior de uma casa” (Costa & Melo, 1998)), que podem conduzir à hipótese de que AG e INST, locativos e nomes de ação representam subvariantes das modalidades de Vb que exprimem o modo como Vb se exerce (Villalva, 2008; Rio-Torto, 1998).

<sup>28</sup> De acordo com Caetano (2003), *produtividade* apresenta conceitos muito distintos. A produtividade é, neste trabalho, referida como sendo uma propriedade que diz respeito à medida da frequência de uso de determinado constituinte morfológico ou palavra: se é frequentemente usado, diz-se que é muito produtivo, pelo contrário, se for raramente utilizado, diz-se que é pouco produtivo.

<sup>29</sup> Segundo Renca (2005) o sufixo *-dor* também intervém na formação de outro tipo de nomes deverbais, os locativos. Refere-se, novamente, o exemplo *corredor*, que, como já referido, se pode apresentar como locativo.



- b) *nadar* [[[nad]<sub>RV</sub> [a]<sub>VG[1\*Conj]]<sub>TV[1\*Conj]</sub> (r)] *nadador* [[[nad]<sub>RV</sub> [a]<sub>VG[1\*Conj]]<sub>TV[1\*Conj]</sub> [dor]]<sub>AGT</sub></sub></sub>
- c) *ferver* [[[ferv]<sub>RV</sub> [e]<sub>VG[2\*Conj]]<sub>TV[2\*Conj]</sub> (r)] *fervedor* [[[ferv]<sub>RV</sub> [e]<sub>VG[2\*Conj]]<sub>TV[2\*Conj]</sub> [dor]]<sub>INST</sub></sub></sub>
- d) *correr* [[[corr]<sub>RV</sub> [e]<sub>VG[2\*Conj]]<sub>TV[2\*Conj]</sub> (r)] *corredor* [[[corr]<sub>RV</sub> [e]<sub>VG[2\*Conj]]<sub>TV[2\*Conj]</sub> [dor]]<sub>AGT</sub></sub></sub>
- e) *transferir* [[[transfer]<sub>RV</sub> [i]<sub>VG[3\*Conj]]<sub>TV[3\*Conj]</sub> (r)]  
*transferidor* [[[transfer]<sub>RV</sub> [i]<sub>VG[3\*Conj]]<sub>TV[3\*Conj]</sub> [dor]]<sub>INST</sub></sub></sub>
- f) *descobrir* [[[des][cobr]<sub>RV</sub> [i]<sub>VG[3\*Conj]]<sub>TV[3\*Conj]</sub> (r)]  
*descobridor* [[[des][cobr]<sub>RV</sub> [i]<sub>VG[3\*Conj]]<sub>TV[3\*Conj]</sub> [dor]]<sub>AGT</sub></sub></sub>

Refere-se ainda que os produtos em *-dor* resultam de verbos unários, binários ou ternários. Aceite-se como exemplos os nomes *trabalhador*, *vencedor* e *informador*, resultantes, respetivamente, dos verbos *trabalhar*, *vencer* e *informar*. O primeiro apresenta-se como unário (49), o segundo como binário (50) e o terceiro como ternário (51). Por outro lado, os verbos que servem de base aos produtos em *-dor* dizem respeito a eventos atéticos, ou seja, situações de duração temporal imprecisa que não envolvem culminações (*jogar*, *fumar*, *sonhar*); a eventos télicos, isto é, situações dinâmico-durativas télicas (*vender*, *receber*, *oferecer*); ou a estados, ou seja, situações não dinâmicas (*sofrer*, *morar*, *conhecer*) (Duarte & Brito, 2003).

- (49) [A Joana] *trabalha*.
- (50) [O João] *venceu* [o concurso].
- (51) [O Filipe] *informou* [a Rita] [da mudança de planos].

Quanto ao género, os derivados em *-dor* terão sido inicialmente uniformes, só incorporando a desinência *-a* de feminino no português moderno (Renca, 2005). A forma feminina *-dora* tem, por isso, a sua origem na união da desinência nominal de género feminino ao sufixo *-dor* (52). Contudo, a variação em género só é possível quando referente ao traço [+humano]; os produtos em *-dor* que denotam objetos/instrumentos têm género fixo (53).

- (52) *varredor*<sub>AGT [masc]</sub>      *varredora*<sub>AGT [fem]</sub>
- (53) *regador*<sub>INST [masc]</sub>      \**regadora*

Considera-se importante a realização de um paralelo entre a utilização do sufixo *-dor* e do sufixo *-or*. Segundo Renca (2005), *-or* e *-dor* representavam variantes alomórficas de uma única unidade morfológica. Todavia, um argumento decisivo em favor da distinção destes dois sufixos prende-se com as diferentes capacidades de subcategorização

morfológica dos mesmos (Rio-Torto, 1998): enquanto o sufixo *-dor* seleciona como bases temas verbais no infinitivo de todas as conjugações (cf. (48)), o sufixo *-or* é utilizado, essencialmente, em verbos da primeira conjugação e seleciona, maioritariamente, radicais verbais em [t] (54) ou em [s] (55), que evocam a sua origem latina (Rio-Torto, 1998).

(54) *pintor* [pint]<sub>RV</sub> [or]

(55) *confessor* [[confess]<sub>RV</sub> [or]]

Em seguimento, remete-se para Caetano (2003) que apura se, no caso dos exemplos (54) e (55) e outros semelhantes, o sufixo agregado à base é *-or* ou *-tor* e *-sor*, respetivamente. Segundo Rio-Torto (1998) *apud* Caetano (2003), *-tor* e *-sor* apenas ocorrem “em palavras latinas ou formadas pelo seu modelo (...)” e, por isso, seguem o paradigma lexical latino em que a consoante que inicia o sufixo faz parte da base e não do sufixo. Contrariamente, em português, em *-dor* a consoante inicial faz parte do sufixo e, por isso, *-dor* é distinto de *-or*.

Decorrentes da relação derivacional em que assentam, os produtos nominais apresentam duas propriedades que se confrontam: a natureza predicativa, herdada da sua base, que faz com que se comporte como predicador e, por isso, possua um determinado número de argumentos; e o molde nominal/referencial, de que ele próprio se reveste. Assim, a sua significação vai depender da relação entre a predicação da sua base e do seu molde nominal/referencial. Com efeito, determinados produtos deverbais possuem estrutura argumental igual à dos verbos dos quais derivam (por exemplo, os produtos que designam estados de ação) (56); contudo, pelo contrário, os produtos deverbais que significam uma entidade concreta, isto é, uma unidade referencial que designa um objeto, não apresentam estrutura argumental, ou seja, não mantêm a propriedade predicativa do verbo que lhes deu origem (Rio-Torto, 1997).

(56) É lamentável [o João] *doar* [os bens] [ao estado].

É lamentável a *doação* [pelo João] [dos bens] [ao estado].

Porém, como já referido na secção 4.1, refere-se que o valor semântico-categorial do produto nominalizado prende-se parcialmente, e não totalmente, à significação dos seus constituintes. Importa sublinhar que a caracterização semântica e a significação convencionalmente associada a cada produto lexical necessita de ser desfasada da relação semântico-categorial que orienta cada RFP, na medida em que são verificadas situações não regulares e não previsíveis, como veremos de seguida.

Com efeito, é possível que num mesmo conjunto derivacional figurem palavras formadas por RFP diversas. Referem-se dois exemplos: o primeiro exemplo diz respeito a *desenhista*, que pode figurar no grupo dos AG (segundo Rio-Torto (1997), apenas no português do Brasil), como exemplificado (cf. (45)), mas pode, também, ser considerado um adjetivo relacional; pelo contrário, o derivado *desenhador* é um produto forçosamente deverbal; o segundo exemplo, já enúmeras vezes referido, diz respeito a *corredor*, que pode ser um AG proveniente do verbo *correr*, ou um locativo.

Por outro lado, salienta-se o exemplo do sufixo *-ão*, que pode conferir ao derivado um semantismo intensivo, subestimando o valor agentivo que o define<sup>30</sup>. Esta é a razão pela qual se pode afirmar que “a presença de um determinado tipo de semantismo, ainda que estruturante de uma dada RFP, não é critério suficiente para a categorização de um produto derivacional” (Rio-Torto, 1998: 101).

Deste modo, os exemplos referidos comprovam que a variedade semântico-referencial de uma palavra e as variações de sentido que a podem afetar são responsáveis por discrepâncias em relação à sua estrutura morfo-semântica derivacionalmente construída, e remetem para a importância dos fatores contextuais. É por este motivo que Rio-Torto (1998: 99) afirma que “a operação semântica que preside a cada RFP não substitui nem esgota a complexidade semântica do produto construído”; antes, apresenta-se como um potencial de significação sobre o qual o contexto opera.

Torna-se evidente, assim, que os produtos derivados não podem ser considerados como a “mera segmentação linear dos elementos que os constituem (...)”<sup>31</sup> pois a simples “concatenação dos constituintes morfológicos não tem como resultado uma ampliação da palavra”<sup>32</sup> (Miranda, 1994: 130 *apud* Anastácio, 1998: 18). Não obstante, importa salientar que os valores semânticos aduzidos pelos constituintes não são anulados e favorecem uma determinada interpretação. São, porém, selecionados e formatados discursivamente: o contexto orienta a interpretação por meio de valores de ordem discursivo-pragmática, que

---

<sup>30</sup> Tal deve-se ao facto de a marca de intensidade que define o sufixo *-ão* isocategorial (responsável pela formação dos derivados por sufixação avaliativa) ser tão abundantemente impressiva que é suscetível de afetar, ainda que de forma não regular nem sistémica, alguns produtos heterocategoriais sufixados em *-ão* (ex.: *resmungão* é parafraseável como “aquele que resmunga”, subestimando-se este valor agentivo pela presença de *-ão*). Sobre este assunto ver Rio-Torto (1998: 149-73)

<sup>31</sup> “mera segmentación lineal de los elementos constitutivos (...)” (Miranda, J. A. (1994). *La formación de palabras en español*. Salamanca: Ed. Colegia do España).

<sup>32</sup> “concatenación de morfemas no da como resultado una ampliación de la palabra”.

valorizam determinados traços semânticos em detrimento de outros, de acordo com a sua ocorrência num determinado contexto situacional ou linguístico (Rio-Torto, 1997).

## **5. Conclusão**

No português, ambos os processos de flexão e derivação recorrem predominantemente a processos aditivos de concatenação afixal. Contudo, na flexão, os processos aditivos são selecionados e exigidos por razões meramente gramaticais e, portanto, os produtos flexionados são portadores de informação gramatical e apresentam um elevado grau de previsibilidade, sistematicidade e transparência semântica (não alteram a significação lexical/a estrutura léxico-referencial). Contrariamente, a derivação é responsável por uma alteração da informação/significação lexical da palavra, pois à derivação estão subjacentes regras de formação de novas palavras que podem provocar alterações morfológicas, sintáticas, fonológicas e semânticas nas palavras derivantes. Logo, a derivação apresenta uma maior polivalência semântica e uma maior opacidade, comparativamente com a flexão (Rio-Torto, 2002).

As diferenças notórias entre estes dois processos morfológicos têm sido alvo de estudo de muitos investigadores que, sob diferentes perspetivas, atestam que, tendo funções e comportamentos tão distintos, flexão e derivação apresentam representações distintas na gramática. Esta temática ocupa um lugar privilegiado no capítulo seguinte.

## Capítulo II

### *Representação e desenvolvimento da morfologia*

Neste capítulo são abordadas algumas temáticas intrinsecamente relacionadas com o tema da dissertação, as quais abarcam questões fulcrais para o alcance do objetivo da mesma. Primeiramente, são descritas hipóteses acerca da representação da morfologia no sistema lexical. De seguida, é apresentada uma breve revisão de base teórico-prática sobre o desenvolvimento morfológico típico. Por fim, é realizada uma exposição, igualmente de base teórico-prática, alusiva às dificuldades morfológicas das crianças com PEDL.

#### **1. Representação da morfologia no sistema lexical**

À luz da gramática generativa, a morfologia é concebida como parte integrante do componente lexical. De acordo com Aronoff & Anshen (1998), a morfologia e o léxico mantêm, também, uma relação de interdependência: a morfologia, ocupando-se da formação de novas palavras, é responsável pela criação lexical; por sua vez, é no léxico que se encontram as bases sobre as quais os processos de formação de palavras operam.

Como foi descrito no capítulo I, a morfologia divide-se em dois grandes e distintos processos de construção de estrutura interna das palavras: a flexão e a derivação. Com efeito, as fronteiras entre morfologia flexional e derivacional configuram uma área de reflexão que vem contribuindo para o avanço da teoria morfológica e linguística (Rio-Torto, 2002).

Muitos autores dedicaram os seus estudos à investigação da natureza da representação morfológica no sistema lexical e à forma como os processos da morfologia são representados no mesmo. Sobre a análise aqui empreendida, refere-se que existem duas posições diametralmente opostas.

A primeira posição remete para a hipótese lexicalista forte, que defende que a derivação e a flexão estão ambas representadas no léxico. Contudo, na regência da hipótese lexicalista forte, verificam-se duas propostas: a que defende que derivação e flexão apresentam representações lexicais semelhantes (Halle, 1973; Jackendoff, 1975<sup>33</sup> *apud* Cunha, 2000 e Chomsky, 1995) e a que defende que as duas componentes morfológicas

---

<sup>33</sup> Jackendoff, R. S. (1975). Régularités morphologiques et sémantiques dans le lexique (trad. de Morphological and semantic regularities in the lexicon. Em *Language*, 51, 639-671). Em M. Ronat (Ed.), *Langue, Théorie generative étendue*. Paris: Herman.

ocupam subcomponentes autônomos dentro do léxico (Miceli & Caramazza, 1988; Badecker & Caramazza, 1989; Laudanna, Badecker & Caramazza, 1992 e Miceli, 1994).

A segunda posição remete para a hipótese lexicalista fraca. À luz desta hipótese, apenas a derivação se encontra no léxico mental: por a derivação ser responsável pela formação de palavras, constitui um setor específico (Aronoff, 1976; Anderson, 1992; Aronoff & Anshen, 1998 e Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins, 2003). Aronoff & Anshen (1998) refere, contudo, que, apesar de a maioria dos itens lexicais serem palavras, no léxico também estão representadas unidades mais pequenas, como afixos.

## 1.1 Fundamentos lexicalistas

Foi Chomsky (1970) que deu origem às hipóteses lexicalistas, sugerindo que algumas palavras complexas são melhor explicadas como sendo criações lexicais do que como alterações, de ordem sintática, de uma mesma palavra.

No seguimento de Chomsky (1970), foram desenvolvidas as duas hipóteses lexicalistas referidas: a *hipótese lexicalista forte* (*the strong lexicalist hypothesis*) (Halle, 1973) e a *hipótese lexicalista fraca* (*the weak lexicalist hypothesis*) (Aronoff, 1976). Segundo a *hipótese lexicalista forte*, tanto a morfologia derivacional como a morfologia flexional fazem parte do léxico; esta hipótese sugere que tanto os processos de formação de palavras como as regras de flexão são incluídos no léxico. Além disso, de acordo com o *Princípio da Integridade Lexical* (*Principle of Lexical Integrity*), considera-se que a sintaxe não pode modificar, deslocar ou excluir partes da palavra e, por isso, não há qualquer interação entre as componentes morfológica e sintática (Scalise & Guevara, 2005).

Por sua vez, a *hipótese lexicalista fraca* sustenta que apenas a derivação é parte integrante do léxico, sendo a flexão realizada pela sintaxe.

### 1.1.1 Hipótese lexicalista forte

Halle (1973), Jackendoff (1975) e Chomsky (1995), por exemplo, defendem uma organização lexical onde derivação e flexão se encontram representados no léxico de forma semelhante, ou seja, não ocupam subcomponentes autônomos. **Halle (1973)** considera a existência de quatro subcomponentes do léxico: como primeiro subcomponente refere uma lista de constituintes morfológicos (os quais designa por *morfemas*), sobre os quais atuam livremente as RFP que representam o segundo subcomponente; neste atua o terceiro

subcomponente, o filtro, que especifica quais as palavras que realmente pertencem à língua, formando o *Dicionário da Língua*, o quarto componente. Halle não faz qualquer distinção entre morfologia flexional e morfologia derivacional: na lista de constituintes morfológicos (primeiro subcomponente) estão representados tanto constituintes morfológicos flexionais como derivacionais. De igual modo, não há qualquer distinção entre RFP flexionais e RFP derivacionais e constam do *Dicionário da Língua* de Halle todas as formas flexionadas.

**Jackendoff (1975)** defende a *Teoria da Entrada Lexical Plena*, segundo a qual tanto as formas flexionadas como as derivadas são listadas no léxico e relacionadas por *regras de redundância*. Essas regras expressam as regularidades fonológicas, sintáticas e semânticas existentes entre os itens lexicais em questão e, uma vez aprendidas, torna-se mais fácil aprender novos itens lexicais. Segundo Jackendoff (1975), as regras de redundância constituem a parte gramatical do léxico.

**Chomsky (1995)**<sup>34</sup> propõe o *programa minimalista*, que preconiza que a formação de palavras tem a capacidade de gerar as estruturas lexicais da língua. A morfologia derivacional, também designada por morfologia lexical, apresenta-se como parte integrante do léxico, constituindo, eventualmente, a componente generativa deste. Chomsky (1995) propõe, ainda, que as palavras se encontram no léxico já na sua forma flexionada; cabe à sintaxe, apenas, o papel de verificar e selecionar os traços morfológicos dos itens lexicais. Neste sentido, também a flexão se apresenta como parte integrante do léxico.

Outros autores (**Miceli & Caramazza, 1988; Badecker & Caramazza, 1989; Laudanna, Badecker & Caramazza, 1992 e Miceli, 1994**), vão, também, de encontro à hipótese lexicalista forte, na medida em que defendem que tanto a morfologia derivacional como a flexional se encontram representadas no léxico. Contudo, estes autores diferem de Halle (1973), Jackendoff (1975) e Chomsky (1995), pois salvaguardam que, apesar de ambas se encontrarem no léxico, a derivação e a flexão apresentam representações distintas, ou seja, ocupam subcomponentes autónomos.

Estes autores assumem que, no léxico, são representadas as bases, não os radicais. Defendem, assim, a *hipótese de representação das bases (the stem representation hypothesis)*. Nesta hipótese, apenas os afixos flexionais são representados separadamente das suas bases; os afixos derivacionais, pelo contrário, não apresentam representações separadas das suas

---

<sup>34</sup> Refere-se que o modelo anterior proposto por Chomsky (1981), designado *Modelo de Princípios e Parâmetros*, adota, pelo contrário, uma perspetiva lexicalista fraca (Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Berlin: Mouton de Gruyter.).

bases: as palavras derivadas são representadas no léxico na sua forma derivada mais informação flexional (ex.: *realization* + *s*).

Com o objetivo de testar esta hipótese, Laudanna, Badecker & Caramazza (1992) realizaram três experiências com universitários italianos. Numa primeira experiência, os autores pretenderam verificar se as palavras derivadas (ex.: *rapitore* (“raptor”)) eram tão eficazes como as palavras flexionadas regulares (ex.: *rapivano* (“raptavam”)) na facilitação do reconhecimento de uma palavra flexionada com o mesmo radical (ex.: *rapire* (“raptar”)). Com efeito, foi observado que ambas as palavras induzem o mesmo grau de facilitação no reconhecimento da palavra base, pelo que, esta primeira experiência, não evidenciado assimetrias entre os dois processos morfológicos, não confirmou a hipótese da representação das bases. Em contrapartida, as duas experiências seguintes foram consistentes com a hipótese referida: estas investigações comprovaram que palavras flexionadas apresentadas previamente (ex.: *mutarono* (“mudaram”)) funcionam como inibidoras do reconhecimento lexical de palavras flexionadas com radicais homógrafos (ex.: *mute* (“mudo”)), enquanto palavras derivadas com os mesmos radicais (ex.: *mutevole* (“mutável”)), apresentadas também anteriormente, não induzem qualquer inibição no reconhecimento desses radicais. Isto indica, segundo Laudanna, Badecker & Caramazza (1992), que existe um momento no processamento lexical em que as flexões, mas não os afixos derivacionais, são representadas separadamente das suas bases morfológicas.

Miceli (1994), por sua vez, remete para os resultados obtidos no estudo de Miceli & Caramazza (1988). Miceli & Caramazza (1988) estudou o discurso espontâneo e a repetição de palavras e não palavras de um indivíduo afásico com défices neurológicos marcados e comprovou a existência de um grande número de erros de operações flexionais, em contraste com um número diminuto de erros derivacionais (os erros consistiram, maioritariamente, na flexão nominal de número, contrastes de género e na flexão verbal de tempo-aspeto-modo; na repetição de palavras derivadas por prefixação, o indivíduo, não só não manifestou dificuldades neste processo de formação de palavras, como também evidenciou erros flexionais). Outro estudo semelhante, realizado por Badecker & Caramazza (1989), também com um indivíduo afásico, teve resultados similares: os erros derivacionais são pouco significativos quando em comparação com os erros de flexão; mesmo nas provas de avaliação da capacidade de derivação, a maioria dos erros demonstrados são de ordem flexional.



Segundo os autores, os resultados obtidos nestes estudos vão de encontro à hipótese de representação das bases: morfologia derivacional e flexional são representadas de forma distinta, na medida em que palavras derivadas se encontram no léxico na sua forma derivada, contrariamente às palavras flexionadas, que se encontram na sua forma não flexionada. Por outro lado, sugerem, também, a existência de um défice seletivo da componente flexional, o que enfatiza a sua autonomia funcional e, por isso, evidencia, de acordo com Badecker & Caramazza (1989: 114) “(...) a forte distinção entre morfologia flexional e derivacional<sup>35</sup>” e, de acordo com Miceli & Caramazza (1988: 1), que “os processos de flexão e derivação constituem subcomponentes autónomos do léxico<sup>36</sup>”.

Contudo, Miceli (1994) refere também estudos realizados com outros indivíduos afásicos (Badecker & Caramazza, 1991<sup>37</sup>; Semenza *et al*, 1990<sup>38</sup> *apud* Miceli, 1994), que evidenciaram a existência de erros derivacionais, resultantes de substituições de afixos e de ligações de afixos muito produtivos a radicais incorretos. Por este motivo, esta autora resguarda que, apesar de a representação lexical da palavra derivada abranger apenas a sua forma de base e as flexões, quando essa forma de base não está disponível, o léxico recorre às representações distintas dos radicais e sufixos derivacionais.

### 1.1.2 Hipótese lexicalista fraca

Como referido, a hipótese lexicalista fraca assume que apenas a morfologia derivacional se encontra representada no léxico. Segundo **Anderson (1992)**, a flexão opera gramaticalmente sobre uma palavra, provocando variações nessa mesma palavra como consequência das estruturas sintáticas onde esta ocorre, não sendo, por isso, responsável pela formação de novas palavras. De acordo com o mesmo autor (1992: 587), “a morfologia flexional é o que é relevante para a sintaxe<sup>39</sup>” e, sendo assim, está “fora do léxico<sup>40</sup>” (Anderson, 1992: 184).

---

<sup>35</sup> “(...) a strong distinction between inflectional and derivational morphology” (Badecker & Caramazza (1989: 114).

<sup>36</sup> “inflectional and derivational processes constitute autonomous subcomponentes of the lexicon” (Miceli & Caramazza (1988: 1).

<sup>37</sup> Badecker, W., & Caramazza, A. (1991). Morphological composition in the lexicon output system. *Cogn. Neuropsychol.*, 8, 335-368.

<sup>38</sup> Semenza, C., Butterworth, B., Panzeri, M., & Ferreri, T. (1990). Word formation: new evidence from aphasia. *Neuropsychologia*, 28, 499-502.

<sup>39</sup> “inflectional morphology is what is relevant to syntax” (Anderson, 1982: 587).

<sup>40</sup> “outside the lexicon” (Anderson: 1992: 184).

Estudos de **Clahsen & Almazan (2000)** e **Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003)**, defendem um modelo constituído por um mecanismo duplo. Este modelo advoga que a gramática mental apresenta uma estrutura modular, que integra, pelo menos, dois sistemas distintos: 1) um conjunto de entradas lexicais que são armazenadas na memória; 2) um conjunto de operações computacionais que dão forma a estruturas maiores a partir dos itens lexicais. As diferenças mentais entre os itens armazenados no léxico e as formas lexicais criadas por regras é o que realmente importa neste modelo. Segundo Clahsen & Almazan (2000), a flexão regular<sup>41</sup> e a derivação, sendo criadas por regras, devem estar unidas, contrastando com as formas de flexão irregular, que se apresentam como representações lexicais armazenadas. Porém, para Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003), também as formas derivadas estão armazenadas no léxico.

Clahsen & Almazan (2000) estudou a formação dos plurais em crianças inglesas com Síndrome de Williams<sup>42</sup>, com idades entre os onze e os quinze anos. Segundo os autores, os resultados obtidos neste estudo apresentam-se como um suporte empírico para a distinção entre o conjunto de entradas lexicais armazenadas e o sistema computacional baseado em regras. De facto, foi concluído que os plurais regulares com o sufixo *-s* são corretamente flexionados pelas crianças com Síndrome de Williams, em dissemelhança com os plurais irregulares que, na maioria das vezes, foram flexionados de forma incorreta (há tendência para uma sobregeneralização da utilização do sufixo *-s*).

Por sua vez, Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003), num estudo realizado com estudantes universitários alemães, investigou o estatuto da derivação, em contraste com a flexão, utilizando palavras derivadas (um tipo de nomes deverbais e nomes diminutivos). Foram utilizados dois métodos. O primeiro baseou-se nos efeitos que estímulos relacionados morfologicamente e fornecidos previamente apresentam no reconhecimento de uma palavra, ou seja, pretendeu verificar-se se o reconhecimento da base de uma palavra é facilitado caso seja, previamente, fornecida uma palavra derivada com essa base. O segundo método baseou-se numa tarefa de decisão lexical visual e relaciona-se com o efeito da frequência de uso das palavras nos tempos de reação. De uma forma geral, a análise dos resultados foi realizada da seguinte maneira: 1) se a palavra derivada apresentasse um efeito

---

<sup>41</sup> Segundo a análise dos artigos em questão, considera-se que flexão regular diz respeito a formas construídas com base num conjunto de regras. Contrariamente, a flexão irregular diz respeito à flexão (verbal e nominal) que gera formas lexicalizadas supletivas, que são armazenadas no léxico.

<sup>42</sup> O Síndrome de Williams é consequência de uma mutação genética que ocorre no cromossoma 7. Indivíduos com este síndrome apresentam défices cognitivos e dificuldades de aprendizagem. Ainda, podem manifestar as seguintes comorbilidades: doenças cardíacas, gastrointestinais, baixo peso no nascimento e atraso do crescimento (Clahsen & Almazan, 2000).

de facilitação no reconhecimento da sua base verbal, tal seria indicativo de que estas palavras são decompostas nas suas bases e sufixos (tal como as palavras flexionadas regulares); contrariamente, se não se verificasse esse efeito, concluir-se-ia que as palavras derivadas não são decompostas (similarmente às palavras flexionadas irregulares); 2) se a palavra derivada apresentasse efeitos de produtividade, concluir-se-ia que é uma forma armazenada no léxico (tal como as palavras flexionadas irregulares); caso contrário, se não apresentasse efeitos de produtividade, tal indicaria que não é representada no léxico como uma forma armazenada.

Os resultados obtidos demonstraram que as palavras derivadas testadas são facilitadoras do reconhecimento das suas bases a nível lexical e, ainda, que quanto mais produtiva for uma palavra derivada, menor o tempo de decisão lexical. Estas conclusões de Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003) foram, como referido, comparadas com estudos da flexão e evidenciaram a existência de semelhanças e diferenças entre a derivação e a flexão regular, por um lado, e a flexão irregular, por outro. Assim, a formação de plurais regulares com o sufixo *-s* também apresenta efeitos de facilitação no reconhecimento de uma palavra morfológicamente relacionada, mas não demonstra efeitos da produtividade; contrariamente, formas flexionadas irregulares apresentam efeitos de produtividade, mas não de facilitação do reconhecimento. Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003: 148) sugere, por isso, um modelo que “(...) aceite a flexão produtiva [regular] e a derivação como resultado de operações combinatórias, mas associe a derivação (como as formas de flexão irregular) a entradas armazenadas<sup>43</sup>” e que defenda que “(...) as bases derivadas diferem das formas de flexão irregular, pois as primeiras são baseadas em regras que contêm variáveis e, por isso, são analisadas nos seus radicais/bases e afixos, enquanto a flexão irregular apresenta representações que não se decompõem<sup>44</sup>” (Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins, 2003: 143). Estes resultados são, pois, compatíveis com os pressupostos que mantêm o contraste linguístico entre os dois processos morfológicos.

Considera-se importante referir um estudo de **Castro (2010)** que defende, igualmente, que as formas não produtivas dizem respeito a formas lexicalizadas, enquanto as formas produtivas, regulares, são baseadas em regras. O estudo de Castro (2010) é

---

<sup>43</sup> “(...) that treats productive [regular] inflectional and derivation both as the result of combinatorial operations but associates productive derivation (like irregular inflected items) with stored entries” (Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins, 2003: 148).

<sup>44</sup> “(...) derived stems differ from irregularly inflected forms in that the former are based on rules that contain variables and are therefore analyzable into roots/stems and exponents, whereas irregulars have undecomposed representations” (Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins, 2003: 143).

referido em pormenor na próxima secção. Refere-se, apenas, que esta autora verificou que, em português, as crianças mais novas, com idades entre os dois e os três anos, utilizam a regra geral de formação do plural (-ãos), e, conforme a idade vai avançando, verifica-se uma preferência pelo padrão de forma plural mais frequente, em -ões. Assim, segundo Castro (2010), os resultados obtidos são coincidentes com as hipóteses que defendem que “a aquisição da morfologia não regular é aprendida, partindo dos dados do *input*, e que as palavras são memorizadas individualmente” e ainda que “as crianças reconhecem e generalizam regras produtivas, enquanto memorizam o uso restrito de regras não produtivas...” (Castro, 2010: 277). Assim, apesar das formas plurais em -ão não pressupõem irregularidade, como defende a autora, pode referir-se que este estudo vai de encontro ao descrito por Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003) (e ainda por outros autores, como por exemplo, Sonnenstuhl & Huth, 2002<sup>45</sup>; Sonnenstuhl, Eisenbeiss & Clahsen, 1999<sup>46</sup> e Clahsen, Eisenbeiss & Sonnenstuhl, 1997<sup>47</sup> *apud* Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins, 2003), pois defende que formas plurais regulares não manifestam influência da produtividade, contrariamente às formas não produtivas que apresentam efeitos de produtividade, contribuindo para a confirmação da hipótese de que as formas não produtivas (como as formas irregulares) são formas lexicalizadas.

Também Aronoff & Anshen (1998) e Aronoff (1976) apresentam pontos de vista semelhantes. Aronoff & Anshen (1998) salvaguarda que deve haver uma separação entre as regras que geram palavras regulares e as formas irregulares lexicalizadas – por exemplo, plurais regulares, como *dogs* (“cães”), provêm de regras morfológicas, enquanto plurais irregulares, como *women* (“mulheres”), se encontram no léxico. Esta posição é defendida, também, em Aronoff (1976). Contudo, Aronoff difere dos autores supracitados em uma questão: o autor refere a possibilidade de determinadas palavras derivadas não pertencerem ao léxico. Para o autor, uma RFP opera sobre bases (que são sempre palavras) que pertencem a uma determinada categoria lexical, produzindo formas que pertencem, também, a uma única categoria lexical, e, no caso dos produtos dessas RFP serem formas semântica e fonologicamente transparentes, não são armazenados no léxico; apenas o lexema comum que as une aparece listado no léxico. Pelo contrário, se o acréscimo de

---

<sup>45</sup> Sonnenstuhl, I., & Huth, A. (2002). Processing and representation of German *-n* plurals: a dual mechanism approach. *Brain and Language*, 81, 276-290.

<sup>46</sup> Sonnenstuhl, I., Eisenbeiss, S., & Clahsen, H. (1999). Morphological priming in the German mental lexicon. *Cognition*, 17, 203-236.

<sup>47</sup> Clahsen, H., Eisenbeiss, S., & Sonnenstuhl, I. (1997). Morphological structure and the processing of inflected words. *Theoretical Linguistics*, 23, 201-249.

determinado afixo promover mudanças fonológicas ou se os produtos perderem significados previstos na regra ou, por outro lado, ganharem significados não previstos, terão de ser armazenados no léxico.

## **1.2 Conclusão**

Como verificado ao longo desta secção, a análise da representação das duas componentes no léxico mental incorpora e caldeira aspetos teóricos diversos e mereceu distintos tratamentos.

No âmbito da hipótese lexicalista forte, encontra-se, por um lado, a proposta de Halle (1973), Jackendoff (1975) e Chomsky (1995), que defende que não há diferenças na representação lexical da derivação e da flexão. Por outro lado, encontra-se a proposta de Miceli & Caramazza (1988), Badecker & Caramazza (1989), Laudanna, Badecker & Caramazza (1992) e Miceli (1994), que defende, igualmente, que a derivação e a flexão se encontram no léxico, mas salvaguarda que ocupam subcomponentes autónomos, isto é, apresentam representações distintas.

Como proponentes da hipótese lexicalista fraca, refere-se Aronoff (1976), Anderson (1992), Aronoff & Anshen (1998) e Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003), que defendem que apenas a derivação se encontra no léxico, pois a flexão encontra-se na sintaxe.

Com base nas características distintas da flexão e da derivação, discutidas no capítulo anterior, e na idade de aquisição distinta destes dois processos, referida na secção seguinte, não se considera legítimo assumir a hipótese de que não existem diferenças na representação lexical dos dois processos morfológicos. Ainda, é evidenciada, em Badecker & Caramazza (1989) e Miceli & Caramazza (1988), a possibilidade de existir défices em apenas uma das componentes morfológicas, o que comprova a existência de diferenças entre elas.

Por outro lado, se a flexão fosse realizada, apenas, na sintaxe, como defendem Aronoff (1976), Anderson (1992), Aronoff & Anshen (1998), Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003), não se prediria a existência de erros de flexão em palavras isoladas, sem a presença da estrutura sintática que exige a flexão, ou seja, erros nos processos flexionais regulares que permitem associar os afixos flexionais às bases. Porém, Miceli & Caramazza

(1988) demonstrou a presença de erros de flexão em palavras isoladas, o que indica, a meu ver, que, apesar de ser exigida pela sintaxe, a flexão está representada no léxico.

Por estes motivos, assumimos neste estudo a hipótese de Miceli & Caramazza (1988), Badecker & Caramazza (1989), Laudanna, Badecker & Caramazza (1992) e Miceli (1994), segundo a qual ambos os processos morfológicos estão representados no léxico, onde ocupam subcomponentes autónomos. Contudo, não concordamos totalmente com a hipótese de representação das bases, segundo a qual apenas os afixos flexionais são representados separadamente das suas bases. De facto, apesar de Miceli (1994) salvaguardar que, em determinadas circunstâncias, o léxico recorre às representações distintas dos radicais e sufixos derivacionais, assumimos que, sendo ambas a flexão e derivação resultantes de processos aditivos de concatenação afixal baseados em regras, apesar das diferenças, são ambas representadas pelos seus radicais/bases e afixos.

## 2. Desenvolvimento morfológico típico

O processo de aquisição da morfologia é um exemplo paradigmático de que a aquisição da linguagem é uma apropriação de um sistema regulado por regras e não uma mera aprendizagem de cor de itens lexicais flexionados.

(Sim-Sim, 1998: 158)

Segundo Clark (2001, 1996, 1993), são três os fatores que influenciam a aquisição da morfologia: transparência semântica, simplicidade e produtividade. Segundo a autora, as crianças fazem maior uso de palavras e/ou constituintes morfológicos com maior grau de transparência semântica. Como exemplo, a autora (1993) refere que produções como *tent-man* (“homem-tenda”) apresentam maior transparência semântica do que *camper* (“campista”), pois as crianças em estádios de desenvolvimento precoces ainda não são capazes de analisar o significado do sufixo *-er* e, por este motivo, as primeiras são produzidas com maior frequência. Contudo, afirma que a transparência semântica afeta mais as produções das crianças que se encontram em estádios de desenvolvimento precoces do que as das crianças de faixas etárias mais elevadas.

No que diz respeito à simplicidade, Clark (2001, 1996, 1993) refere que formas mais simples são produzidas mais cedo do que formas mais complexas. De facto, como abaixo indicado, palavras sem sufixos são produzidas mais precocemente, em comparação com

palavras com sufixos. Ainda, a presença de alomorfes e irregularidades diminui a simplicidade, pelo que palavras com estas características são produzidas mais tardiamente.

A produtividade é o único fator que, de acordo com Clark (1993), também afeta as produções na fase adulta. Segundo a autora, formas mais produtivas são adquiridas em momento mais precoce do que as formas menos produtivas.

Contudo, segundo Clark (1996), a tipologia da língua e a natureza do *input* ao qual as crianças estão sujeitas vão interagir com a transparência semântica, simplicidade e produtividade e interferir no desenvolvimento morfológico das crianças nas diferentes faixas etárias. No entanto, Sim-Sim (1998) refere que, apesar de as especificidades de cada língua, estudos realizados para línguas diferentes (Gleason, 1985<sup>48</sup> *apud* Sim-Sim, 1998) revelaram que os processos morfológicos no seu geral são adquiridos de forma idêntica e em estádios de desenvolvimento semelhantes em todas as línguas.

Na intenção de fazer uma breve descrição do processo típico de aquisição da morfologia, é necessária uma descrição do desenvolvimento morfo-sintático sendo que o desenvolvimento da componente morfológica está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento da sintaxe.

Aproximadamente entre os oito/nove meses e o ano de idade, as crianças deixam a fase vocal (caracterizada por vocalizações, palreio<sup>49</sup> e a lalação<sup>50</sup>), ainda não considerada linguagem por não existir ligação entre som e sentido, e entram no período holofrástico da fase verbal (Afonso, 2002; Sim-Sim, 1998). Neste momento, a criança utiliza uma só palavra que pode abarcar o conteúdo de toda uma frase e, por isso, o seu significado depende totalmente do contexto em que a palavra é produzida. De acordo com o estudo de Vigário & Garcia (2011), realizado com base nos dados de produção de uma criança portuguesa entre 1A1M e 3A3M, estas palavras, na faixa etária 1A1M - 1A11M, são, na sua maioria, nomes (esta categoria aparece em 83,94% das palavras produzidas).

No seguimento do período holofrástico, as crianças (agora entre os dezoito e os vinte meses) começam por produzir as primeiras sequências frásticas, caracterizadas, essencialmente, pela combinação de duas e três palavras, normalmente nomes ou verbos, já na ordem sintática canónica. Este período denomina-se período telegráfico e é, segundo

---

<sup>48</sup> Gleason, J. (1985). *The development of language*. Columbus, Ohio: Charles E. Merrill Pub. Company.

<sup>49</sup> Segundo Sim-Sim (1998), o palreio consiste numa sequência de sons vocálicos, particularmente sequências de sons vocálicos [o] e de sons consonânticos, como o [k] e [g].

<sup>50</sup> Segundo a mesma autora, lalação diz respeito à repetição em cadeia de combinações consoante/vogal e, por isso, a sua principal característica é a reduplicação silábica (ex.: “mamama”).

Sim-Sim (1998), muito limitado quanto ao tipo de relações expressas e de informação transmitida. Segundo Guasti (2002), neste período não se verifica o uso de constituintes morfológicos gramaticais, havendo ausência de concordância de tempo e de número; contudo, de acordo com Vigário & Garcia (2011), durante o primeiro ano de vida, verificam-se produções de palavras simples, nomeadamente nomes, na forma flexionada.

Vigário & Garcia (2011) e Clark (2001, 1996) salientam que, nesta faixa etária, as crianças já formam novas palavras, não produzidas pelos adultos. De acordo com Clark (2001, 1996), a produção dessas palavras deve-se ao facto de as crianças necessitarem, frequentemente, de uma palavra que carregue uma significação não presente em nenhuma outra presente no seu léxico. Contudo, estas novas palavras tendem a não envolver qualquer processo de formação de palavras por afixação: são formadas palavras por composição (ex.: *crow-bird* (“pássaro corvo”)) e por conversão, nomeadamente verbos provenientes de nomes cujo significado é conhecido (ex.: *to water* (designa um verbo referente à ação *beber água*)). De facto, a autora relata que as crianças começam a formar estas palavras antes do ano e meio ou dois anos. Porém, estas novas palavras são formadas a partir de nomes muito simples ao nível de forma e significado.

Após um período de produção de duas ou três palavras, segue-se um período caracterizado pela rapidez e eficiência na aquisição de regras que permitem a sedimentação dos padrões de organização da estrutura frásica básica da língua a que a criança é exposta, pois são adquiridas determinadas regras morfológicas e verifica-se um início da combinação de palavras em frases. De facto, dos dois aos três anos, verifica-se uma “explosão categorial” (Vigário & Garcia, 2011) que permite uma combinação de elementos para formar frases. Ainda, é na faixa etária dos dois aos três anos que se verifica um aumento do uso da flexão em categoriais nominais e, também, verbais, para assinalar pessoa e tempo. Estas aquisições marcam, de forma bastante evidente, a expansão inicial do conhecimento morfo-sintático (Afonso, 2002; Sim-Sim, 1998).

De acordo com Clark (2001), a flexão em número dos nomes é realizada em momento anterior à flexão em número dos verbos. Ainda, segundo a mesma autora e Sim-Sim (1998), na faixa etária dos dois aos três anos as crianças usam apenas a regra geral de formação do plural (junção do sufixo *-s*) e manifestam uma tendência de sobregeneralização deste sufixo em plurais irregulares. Salienta-se também que, os processos morfo-fonológicos presentes em algumas formas plurais dificultam a aquisição dessas formas. Assim, as formas irregulares são adquiridas bastante mais tarde, sendo que,



nestas formas, as crianças continuam a produzir erros de flexão em número até aos doze anos.

Tal é verificado no estudo de Castro (2010). A autora pretende ilustrar o modo como é realizada a pluralização dos nomes que terminam em ditongo nasal *-ão*. Segundo Castro (2010), apesar das variações morfo-fonológicas das formas plurais em *-ão* não pressuporem irregularidade mas se deverem à etimologia das palavras em causa, sob o ponto de vista sincrónico, o plural dos nomes que terminam neste ditongo nasal pode ser realizado de forma regular, ou seja, em *-ãos*, ou de forma não regular, em *-ões* ou *-ães*.

O estudo foi realizado com quarenta crianças portuguesas em idade pré-escolar (entre os dois e os cinco anos). Os resultados demonstraram que, as crianças mais novas (com dois e três anos) manifestam uma preferência pela estratégia de sobregeneralização da regra geral de pluralização (*-ãos*). Estas crianças não têm ainda uma forma aprendida e, portanto, formulam a forma plural pela aplicação de uma regra. Contudo, à medida que a idade aumenta, por influência do *input* e mediante a avaliação da sua produtividade, verifica-se uma preferência pelo padrão de forma plural mais frequente, em *-ões*. Estes resultados indicam que formas regulares e irregulares são adquiridas em estádios distintos: crianças com dois e três anos produzem, predominantemente, respostas em *-ãos*, sendo que as respostas em *-ões* vão aumentando, apenas, quando se aproximam dos quatro anos, o que aponta para o facto de estas formas irregulares serem adquiridas posteriormente às formas regulares.

Em seguimento, considera-se de extrema importância referir um estudo de Caeiro (2007) em que um dos objetivos consistiu em verificar se as crianças da amostra (52 crianças portuguesas com idades entre os 2A6M e os 3A5M) produziam plurais regulares de tema em *-a*, *-o* e *-e*, em palavras dissilábicas graves ou monossilábicas agudas, com estrutura silábica CVCV. A tarefa foi de produção elicitada, constituída por 16 itens. Caeiro (2007) concluiu que as crianças da amostra produziram corretamente plurais regulares: a produção correta dos plurais regulares tem início entre os 2A11M e os 3A1M, com maior incidência aos 3A. A autora refere ainda que, num primeiro momento, são adquiridos os plurais de tema em *-a* e *-o*, seguindo-se os de tema em *-e*.

Segundo Sim-Sim (1998: 160), “o período que se estende até aos sete anos é extraordinariamente rico na explosão e consolidação do conhecimento morfológico”. Deste modo, de acordo com esta autora, dos três aos sete anos as crianças vivenciam um progressivo domínio de regras específicas de morfologia (e de algumas exceções) e

desenvolvem as capacidades de uso não só de sufixos flexionais mas também de prefixos e sufixos derivacionais, não verificados até então. Este desenvolvimento morfológico é simultâneo à apreensão das regras de combinação das palavras na frase e ao domínio da estrutura frásica.

Outros autores (como Berko, 1958) afirmam o mesmo que Sim-Sim (1998). Berko (1958) recolheu dados junto de crianças inglesas com idades compreendidas entre os quatro e os sete anos de idade. Através de conversas e/ou leitura de composições e cartas e de outros documentos escritos pelas crianças da amostra, a autora verificou que estas crianças utilizam as regras morfológicas: foi verificado que todos os sufixos flexionais estão presentes (formas plurais regulares e irregulares, a terceira pessoa do singular dos verbos, etc.) e, apesar de em menor frequência, também foram verificadas palavras derivadas (ex.: *teacher* (“professor”), *birthday* (“aniversário”). Em seguida, Berko investigou a capacidade de as crianças utilizarem as mesmas regras morfológicas em palavras novas. A autora concluiu que se observa uma preferência pelas formas regulares do plural, em detrimento das formas irregulares e que, durante esta fase, as crianças estão em processo de aquisição da derivação.

Já Vigário & Garcia (2011) e Clark (2001, 1996, 1993) defendem que as crianças produzem palavras derivadas mais cedo do que o descrito pelos autores supramencionados. No caso da criança estudada por Vigário & Garcia (2011), as primeiras palavras derivadas surgiram a partir de 1A9M, sendo a sua produção mais sistemática a partir dos 2A5M. As autoras referem, ainda, que os diferentes processos de formação de palavras (sufixação *z-avalitativa* e outros processos de afixação e composição) aparecem em simultâneo, o que desvaloriza o papel do *input*: se a derivação é o processo de formação de palavras mais frequente na fala dos adultos, era esperado que, por influência do *input*, as crianças adquirissem este processo de formação de palavras em idade mais precoce do que os restantes processos. Salienta-se, ainda, que segundo Vigário & Garcia (2011), a morfologia derivacional é mais tardia no português do que em outras línguas, como por exemplo, o alemão.

Por sua vez, Clark (1993) estudou detalhadamente os comportamentos linguísticos de algumas crianças inglesas com idades entre os dois e os seis anos e verificou que são capazes de analisar nomes agentivos, como *farmer* (“agricultor”), e, quando é necessário, são capazes de utilizar os mesmos processos e produzir outras palavras derivadas, algumas, até, que não existem no léxico dos adultos (como *ruiner*).

Clark (2001, 1996) salienta que, aos dois anos, já se verificam algumas palavras derivadas, essencialmente por sufixação (segundo a autora, as crianças demonstram preferência e maior facilidade no uso de sufixos por estes estarem na posição final). Contudo, estas palavras são raras antes dos três anos e o seu uso mais extensivo manifesta-se a partir dos quatro. Torna-se pertinente referir que, segundo esta autora, os sufixos usados mais cedo para a formação de novas palavras são, geralmente, sufixos diminutivos e sufixos responsáveis pela criação de agentivos e instrumentais.

É, também, fulcral mencionar que a capacidade de produção se desenvolve mais tarde do que a capacidade de compreensão e, por isso, as crianças compreendem palavras derivadas antes de as produzirem (Clark, 2001).

Em suma, a aquisição da morfologia não é linear e não afeta de igual modo e simultaneamente todos os processos morfológicos. De facto, como verificado, a aquisição é tanto mais tardia quanto maior a complexidade (semântica e morfológica) dos constituintes morfológicos e menor a sua frequência. A flexão morfológica é mais regular e de uso obrigatório, sendo, assim, mais produtiva do que os processos de formação de palavras. Ainda, estes últimos envolvem a construção de palavras que carregam novos significados. Por estes motivos, são adquiridos mais tardiamente.

Todavia, dada a necessidade da formação de algumas palavras com determinados significados, requerida pelo contexto, as crianças começam a utilizar alguns desses processos de formação de palavras bastante cedo, aproximadamente ao mesmo tempo que as flexões, com cerca de dois anos de idade. No entanto, nesta altura, os processos de formação de palavras são simples e tendem a não englobar processos de afixação. Estes são, de facto, adquiridos mais tardiamente. Segundo Clark (2001, 1982) e Berko (1958), porque os sufixos derivacionais apresentam menor produtividade, maior irregularidade, menor grau de previsibilidade e maior polivalência semântica, são mais tardiamente utilizados, comparativamente aos sufixos de flexão. Apesar de, segundo Vigário & Garcia (2011) e Clark (2001, 1996, 1993), os sufixos derivacionais já serem utilizados perto dos dois anos, é, de acordo com Clark (2001, 1996), sobretudo a partir dos quatro anos que estes sufixos são usados com sistematicidade.

Conclui-se, portanto, que as crianças com desenvolvimento linguístico dentro da normalidade adquirem a morfologia derivacional numa idade mais tardia do que a morfologia flexional e, por este motivo, vão produzir, regularmente, palavras derivadas mais tardiamente do que palavras flexionadas. Estas diferenças na aquisição apresentam-se

como um fundamento para a distinção sobre o lugar que cada um dos processos ocupa na gramática mental. O facto de serem adquiridas em estádios de desenvolvimento linguístico distintos remete para a hipótese de a aquisição e desenvolvimento de cada um dos processos morfológicos ser independente da aquisição e desenvolvimento do outro e, portanto, ocuparem subcomponentes autónomos.

Na secção seguinte é realizada uma revisão baseada em hipóteses teóricas e estudos empíricos alusiva à tipologia da população em estudo nesta dissertação.

### 3. Perturbações Específicas do Desenvolvimento da Linguagem

O termo *Perturbação Específica do Desenvolvimento da Linguagem* – PEDL (*Specific Language Impairment*, em inglês) é usado na literatura para referir uma patologia linguística persistente com carácter evolutivo, que se define por dificuldades específicas nos aspetos linguísticos (Befi-Lopes, Araújo & Giusti, 2005; Leonard, 1998). Estas dificuldades podem abranger uma ou mais componentes da linguagem (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática), ao nível compreensivo e/ou expressivo, sendo que essas dificuldades ultrapassam o mero atraso (Castro & Gomes, 2000). O diagnóstico de PEDL é baseado em critérios de inclusão e exclusão: Marshall & Van Der Lely (2007) refere que crianças com PEDL apresentam dificuldades linguísticas significativas que não estão associadas a qualquer causa axiomática, tal como perda auditiva, alterações cognitivas ou de aprendizagem, alterações do meio ambiente e emocionais, alterações da estrutura oral e do seu funcionamento ou lesões do sistema nervoso central; para além disso, apresentam uma discrepância entre o quociente de inteligência (QI) verbal e o não verbal. Segundo Hall & Aram (1996)<sup>51</sup> *apud* Martins (2002), o QI não verbal não deverá ser inferior a 70-80, pois tal é indicativo de atraso mental. Já Castro-Rebolledo *et al* (2004) e Leonard (1998) defendem que o QI não verbal deve ser igual ou superior a 85.

Relativamente à idade ideal para estabelecer o diagnóstico, a literatura não é consensual. Segundo Martins (2002), os casos mais graves são detetados mais cedo, em idade pré-escolar, enquanto as PEDL mais ligeiras apenas são identificadas com a entrada para a escola. Contudo, parece existir uma idade mínima para estabelecer o diagnóstico de

---

<sup>51</sup> Hall, N., & Aram, D. M. (1996). Classification of development language disorders (DLD). Em I. Rapin (Ed.), *Preschool children with inadequate communication. Development language disorder, autism, low Q.I.*. Londres: McKeith Press.

PEDL, que corresponde aos 4 anos, uma vez que em idades inferiores o perfil linguístico das crianças poderá não ser consistente e estar sujeito a muitos fatores de desenvolvimento.

No que concerne à etiologia, Castro-Rebolledo *et al* (2004) refere que, embora longe de definitivamente esclarecida, pensa-se que a origem da PEDL se encontra numa predisposição genética pois, como Leonard (1998) refere, grande parte destas crianças demonstra uma história familiar positiva de dificuldades linguísticas. Segundo Castro-Rebolledo *et al* (2004), a PEDL afeta 7,4% das crianças com cinco anos, sendo, como também sustenta Leonard (1998), mais comum nas crianças de género masculino.

Alguma literatura sobre as PEDL (Schulz & Friedmann, 2011; Friedmann & Novogrodsky, 2008; Martins, 2002) descreve esta patologia linguística como um défice heterogéneo, quer no tipo, quer no prognóstico, que causa dificuldades em vários aspetos - acesso ao léxico, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática - de forma não harmoniosa. Devido à grande heterogeneidade desta patologia, têm sido realizados estudos com o objetivo de identificar dificuldades semelhantes em várias crianças com PEDL e poder criar grupos mais homogéneos, classificados de acordo com a(s) componente(s) da linguagem que se encontra(m) mais afetada(s).

Não é objetivo deste trabalho a realização de uma análise e classificação minuciosa das PEDL e dos seus subtipos<sup>52</sup>. Contudo, considera-se relevante referir alguns estudos que demonstram o carácter heterogéneo desta patologia e justificam a classificação das PEDL em grupos.

Um destes estudos é o de Friedmann & Novogrodsky (2008). Estes autores pretenderam explorar a possibilidade de um défice seletivo de uma componente da linguagem poder existir na ausência de défices noutras componentes linguísticas. Num estudo realizado com quatro grupos de crianças (todas elas com PEDL, mas com características muito dissemelhantes), os autores demonstraram que crianças com défices sintáticos podem não apresentar défices lexicais, fonológicos e pragmáticos e que, por sua vez, crianças com défices lexicais, fonológicos e pragmáticos podem apresentar as capacidades sintáticas intactas.

Descrevendo este estudo mais detalhadamente, refere-se que o primeiro grupo mencionado diz respeito a crianças com graves défices na componente sintática. Em vinte dessas crianças, onze apresentavam boas capacidades fonológicas e lexicais. O segundo

---

<sup>52</sup> Sobre este assunto ver Martins (2002).

grupo, por sua vez, apresentava défices severos no acesso ao léxico e, apesar dessas dificuldades, demonstrava boas capacidades sintáticas (boas capacidades de compreensão e produção de frases). O terceiro grupo apresentava dificuldades fonológicas (não repetiam palavras e não palavras fonologicamente complexas e apresentavam dificuldades na segmentação silábica e no julgamento fonológico de partes das palavras). Não obstante, estas crianças demonstravam boas capacidades sintáticas. Por fim, o último grupo diz respeito a crianças com graves alterações pragmáticas, ou seja, com dificuldades na adequação do seu discurso ao contexto em que este se insere. Apesar das dificuldades pragmáticas, estas crianças evidenciavam boas capacidades em atividades puramente sintáticas.

Na mesma linha, Schulz & Friedmann (2011) e Friedmann & Novogrodsky (2008) descrevem outros estudos que incidem sobre crianças com PEDL, que obtiveram as mesmas conclusões: as crianças das amostras destes estudos apresentavam défices em determinadas áreas linguísticas enquanto outras áreas se apresentavam intactas.

É de salientar que estes estudos não advogam que todas as crianças que, por exemplo, apresentem défices sintáticos, não manifestem défices lexicais, fonológicos ou pragmáticos. Analogamente, também não é inevitável que crianças com défices lexicais, fonológicos ou pragmáticos não possam apresentar défices sintáticos. Estas investigações suportam, todavia, a conceção da existência de subtipos de PEDL, onde é possível identificar défices seletivos numa componente específica da linguagem. Estes resultados são importantes “na medida em que permitem aplicar programas de intervenção específica para crianças com necessidades linguísticas especiais<sup>53</sup>” (Friedmann & Novogrodsky, 2008: 214-5) e “(...) contribuem para o debate acerca da modularidade do sistema linguístico<sup>54</sup>” (Schulz & Friedmann, 2011: 334).

### **3.1 Caracterização das dificuldades morfológicas na PEDL**

Como verificado, as dificuldades evidenciadas pelas crianças com PEDL têm sido estudadas por inúmeros autores, com o intuito de promover uma melhor definição desta patologia. Para além dos estudos supramencionados, cuja descrição teve como objetivo a justificação da existência de grupos de PEDL, outros estudos, dirigidos para a

---

<sup>53</sup> "In order to apply specific intervention programs for children with specific language needs" (Friedmann & Novogrodsky, 2008: 214-5).

<sup>54</sup> “(...) contribute to the debate on the modularity of the language system” (Schulz & Friedmann, 2011: 334).

caracterização das dificuldades apresentadas por crianças com PEDL no seu geral, têm sido efetuados. Apesar das ambivalências, é unânime a conceção de que estas crianças podem apresentar défices nos vários aspetos da linguagem. Ainda, Leonard (1998) salienta que as dificuldades podem abranger apenas a produção ou, simultaneamente, a produção e a compreensão.

Dado o objetivo da presente dissertação, apenas é realizada uma abordagem às dificuldades na componente morfológica da linguagem.

No que diz respeito aos défices morfológicos evidenciados por crianças com esta patologia, os estudos apresentam-se pouco elucidativos. Segundo Marshall & Van Der Lely (2007), a existência de défices ao nível da morfologia flexional é uma realidade, mas a presença/ausência de défices derivacionais é uma questão pouco investigada.

### **3.1.1 Evidências de dificuldades na morfologia flexional**

Existem algumas ambivalências no que diz respeito à presença ou ausência de dificuldades na morfologia flexional nas crianças com PEDL. Apesar da existência de alguns estudos citados em Leonard (1998), que demonstraram que as crianças com PEDL apresentam capacidades de flexão semelhantes a crianças com desenvolvimento linguístico normal da mesma idade, um maior número de estudos evidenciou dificuldades a esse nível. Marshall & Van Der Lely (2007) e Leonard (1998) referem estudos realizados com crianças com PEDL, falantes de inglês, que identificaram défices na flexão verbal de duração mais longa em comparação a outros grupos de crianças.

De acordo com os mesmos autores, as crianças com PEDL apresentam percentagens de uso de constituintes morfológicos flexionais inferiores comparativamente às crianças de desenvolvimento linguístico normal, o que se materializa pela produção de bases não flexionadas em contextos onde a flexão verbal é requerida: omissões do sufixo do passado *-ed*, do sufixo da terceira pessoa do singular *-s*, omissões do verbo auxiliar *be*, entre outros. Estas omissões resultam, muitas vezes, na produção de verbos no infinitivo. Rice, Wexler & Cleave (1995) defende que estas omissões podem ser resultado de uma estagnação, por um período de tempo mais longo do que o que seria normal, num estágio de desenvolvimento onde formas verbais flexionadas e formas no infinitivo (ou seja, formas não flexionadas) estão em alternativa na gramática das crianças. Este estágio de

desenvolvimento é designado na literatura como *Estádio de Infinitivo Opcional* (*Optional Infinitive Stage*) (Wexler, 1994<sup>55</sup> *apud* Rice, Wexler & Cleave, 1995).

É defendido que este estágio é vivenciado por todas as crianças. O termo *Infinitivo Opcional* remete para essa opcionalidade entre realização da flexão verbal em tempo-modo-aspecto ou produção dos verbos na forma infinitiva. Rice, Wexler & Cleave (1995) salienta que, neste estágio, apesar de as crianças poderem não realizar esta flexão verbal quando exigida, elas demonstram conhecimento de flexão verbal em pessoa-número.

Rice, Wexler & Cleave (1995) investigou de que forma este estágio é vivenciado pelas crianças com PEDL. Assim, compararam os resultados de flexão verbal (sufixo do passado *-ed*; o sufixo da terceira pessoa do singular *-s* e o verbo auxiliar *be* e o *do*) de dezoito crianças inglesas de cinco anos, com PEDL, com dois grupos de controlo: um constituído por crianças com desenvolvimento linguístico normal, da mesma faixa etária, e o outro por crianças também com desenvolvimento normal, mas dois anos mais novas. Os procedimentos basearam-se na recolha e análise de discurso espontâneo e de respostas elicitadas.

Verificou-se que as crianças da amostra omitiram uma maior quantidade dos constituintes flexionais referidos, quando comparadas com as crianças com desenvolvimento normal da mesma faixa etária. Esta discrepância de resultados não é tão evidente quando se compara o grupo de PEDL com o grupo de controlo constituído por crianças mais novas. Por conseguinte, os resultados evidenciam um estágio de infinitivo opcional mais longo nas crianças com PEDL, que os autores designam como *Estádio de Infinitivo Opcional Alargado* (*Extended Optional Infinitive Stage*).

Para além das omissões dos constituintes morfológicos flexionais, Leonard (1998) mostra evidências de que crianças com a patologia em questão também realizam flexões verbais inapropriadas: o sufixo da terceira pessoa do singular *-s* é, ocasionalmente, usado na terceira pessoa do plural; ocorrem sobregeneralizações do sufixo do passado *-ed*; entre outros. De acordo com Gopnik (1990)<sup>56</sup> *apud* Leonard (1998), estes comportamentos são indicativos de que estas crianças não possuem conhecimento do papel gramatical destes constituintes morfológicos.

---

<sup>55</sup> Wexler, K. (1994). Optional Infinitives. Em D. Lightfoot & N. Hornstein (Eds.), *Verb movement*. New York: Cambridge University Press.

<sup>56</sup> Gopnik, M. (1990). Feature blindness: a case study. *Language Acquisition*, 1:2, 139-164.



Alguma literatura comprova que os défices flexionais podem abranger a flexão nominal, nomeadamente a flexão em número. Leonard *et al* (1997)<sup>57</sup> *apud* Castro & Gomes (2000) comparou produções de três grupos de crianças inglesas em idade pré-escolar: o primeiro grupo continha crianças com PEDL, o segundo crianças com desenvolvimento linguístico normal da mesma faixa etária e o terceiro era composto por crianças mais novas. Os autores verificaram que as crianças com PEDL são as que mais omitem o sufixo *-s* que marca a forma plural. Outros autores, como Bedore & Leonard (2001), realizaram os seus estudos com crianças espanholas com PEDL, também em idade pré-escolar, e verificaram que o uso de formas singulares em contextos em que a forma plural é requerida é mais frequente nestas crianças do que nas crianças da mesma faixa etária com desenvolvimento típico.

Contudo, é dito em Marshall & Van Der Lely (2007) que as dificuldades na construção dos plurais não estão, ainda, bem definidas. De facto, Clahsen & Almazan (2000) cita alguns autores que defendem que a produção das formas plurais regulares e irregulares nas crianças com PEDL se assemelha à produção dessas mesmas formas em crianças com desenvolvimento linguístico normal e, ainda, que a sobregeneralização da utilização do sufixo *-s* em plurais irregulares é muito rara em crianças inglesas com PEDL. Em contrapartida, Clahsen & Almazan (2000) cita outros estudos que demonstram que as regras morfo-fonológicas necessárias para a formação dos plurais irregulares não estão, totalmente, consolidadas nestas crianças e, portanto, elas vão sobregeneralizar a utilização do sufixo *-s* em, pelo menos, algumas formas irregulares.

Como os estudos mencionados claramente demonstram, os défices da flexão nominal em número em crianças com PEDL constituem um objeto de controvérsias. Não obstante, a componente derivacional apresenta-se como a grande lacuna na descrição dos défices morfológicos nas crianças com PEDL, pois são muito escassas as investigações realizadas neste âmbito.

### **3.1.2 Evidências de dificuldades na morfologia derivacional**

Conforme Vigário & Garcia (2011), Clark (2001, 1996, 1993, 1982) e Berko (1958) defendem, as crianças com desenvolvimento linguístico dentro da normalidade adquirem a

---

<sup>57</sup> Leonard, L., Eyer, J., Bedore, L., & Grela, B. (1997). Three accounts of the grammatical morpheme difficulties of English-speaking children with specific language impairment, *Journal of Speech and Hearing Research*.

derivação numa idade mais tardia do que a flexão, pois a derivação é mais irregular e apresenta menor grau de previsibilidade e maior polivalência semântica. Assim, por serem adquiridas em estádios de desenvolvimento distintos, a derivação pode ser diagnosticada como uma área morfológica afetada em crianças com PEDL que já dominam as regras de flexão (Ravid, Levie & Ben-Zvi, 2003<sup>58</sup> *apud* Marshall & Van Der Lely, 2007).

Estudos citados em Marshall & Van Der Lely (2007), sobre os efeitos de produtividade dos sufixos na derivação, evidenciaram que crianças inglesas com PEDL apresentam maior dificuldade em determinar os significados dos sufixos derivacionais, quando comparadas com crianças da mesma faixa etária, sem patologia. Contudo, foi atestada a ausência de diferenças quando a comparação é realizada com crianças sem patologia mas com idades cronológicas inferiores (Marshall & Van Der Lely, 2007). Por sua vez, Ravid, Levie & Ben-Zvi (2003) realizou estudos com crianças hebraicas com PEDL e demonstrou uma boa capacidade de compreensão de nomes deverbais e denominais, em detrimento da sua produção, e dificuldades na compreensão e produção de adjetivos deverbais e denominais. Relativamente a estes últimos, os autores interpretaram os resultados como sendo consequência da complexidade semântica destas formas, pois elas, nem sempre, têm significados previsíveis. Marshall & Van Der Lely (2007) salienta que estes estudos não garantem, com certeza, a existência de dificuldades na componente derivacional em crianças com PEDL.

Com efeito, Marshall & Van Der Lely (2007) descreve três hipóteses explicativas de dificuldades das crianças com PEDL e, com base na análise dos seus fundamentos, prediz a presença ou ausência de dificuldades derivacionais. A primeira hipótese refere-se ao *Estádio de Infinitivo Opcional Alargado*, já supra referido. De acordo com esta hipótese, as crianças apresentam um atraso na maturação das propriedades sintáticas relevantes para a flexão de tempo e concordância, vivenciando o *estádio do infinitivo opcional* por um período de tempo mais longo comparativamente com as crianças com desenvolvimento linguístico normal e, portanto, elas vão omitir os sufixos de flexão verbal e, consequentemente, produzir verbos na forma infinitiva, durante mais tempo. Por não se verificar um estágio semelhante para a derivação, Marshall & Van Der Lely (2007) prediz que os défices não abrangem a derivação.

---

<sup>58</sup> Ravid, D., Levie, R., & Ben-Zvi, G. A. (2003). The role of language typology in linguistic development: Implications for the study of language disorders. Em Y. Levy & J. Schaeffer (Eds.), *Language competence across populations: Towards a definition of specific language impairment*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

De acordo com a segunda hipótese, cujo nome é *Regra Implícita (Implicit Rule)* (Gopnik, 1999<sup>59</sup>; Ullman & Gopnik, 1999<sup>60</sup> *apud* Marshall & Van Der Lely, 2007), os défices estão relacionados com o uso das regras gramaticais e dos paradigmas morfológicos. Segundo esta hipótese, as crianças não apresentam o conhecimento implícito e automático das regras e, por isso, vão utilizar outras estratégias, como a memória e o uso de regras explícitas (por exemplo, foi verificado, em estudos de Van der Lely & Christian (2000)<sup>61</sup> *apud* Marshall & Van Der Lely (2007), que crianças inglesas com PEDL, por influência de formas irregulares armazenadas, produziam plurais regulares dentro de compostos (\**rats-eater*), o que, contrariamente a nomes com flexões em número irregulares (*mice-eater*), não é correto). Deste modo, Marshall & Van Der Lely (2007) defende que, segundo esta hipótese, os défices abrangem a derivação: por não apresentarem o conhecimento implícito associado aos processos de formação de palavras, há criação de novas palavras (das quais muitas incorretas) por analogia ou uso de regras explícitas.

Por último, a terceira hipótese, designada *Complexidade Gramatical Computacional (Computational Grammatical Complexity)* (Van Der Lely, 2005<sup>62</sup>; Marshall, 2004<sup>63</sup> *apud* Marshall & Van Der Lely, 2007), aceita a existência de défices na representação da estrutura ao nível das componentes sintática, morfológica (morfologia flexional) e fonológica. Segundo esta hipótese, os défices nestas três áreas da linguagem são independentes e podem coocorrer ou, ainda, pode existir um défice que seja comum a essas três áreas. Neste seguimento, os autores referem que estas três componentes interagem para a realização da flexão verbal em tempo-modo-aspeto, já que as formas flexionadas regulares são sintática, morfológica e fonologicamente complexas. Por outro lado, esta hipótese defende a não existência de dificuldades lexicais e, sendo a derivação um processo de formação de palavras e, por isso, responsável pela criação lexical, não se prediz que esteja lesada nas crianças com a patologia referida. Porém, esta hipótese considera que os défices na flexão morfológica e na fonologia podem prejudicar a derivação: a existência de processos fonológicos pode

---

<sup>59</sup> Gopnik, M. (1999). Familial language impairment: more English evidence. *Folia Phoniatrica e Logopaedica*, 51, 5–19.

<sup>60</sup> Ullman, M. T., & Gopnik, M. (1999). Inflectional morphology in a family with inherited SLI. *Applied Psycholinguistics*, 20, 51–117.

<sup>61</sup> Van Der Lely, H. K. J., & Christian, V. (2000). Lexical word formation in children with grammatical SLI: a grammar-specific versus an input-processing deficit?. *Cognition*, 75, 33–63.

<sup>62</sup> Van Der Lely, H. K. J. (2005). Domain-specific cognitive systems: Insight from Grammatical-Specific Language Impairment. *Trends in Cognitive Sciences*, 9, 53–59.

<sup>63</sup> Marshall, C. R. (2004). *The morpho-phonological interface in children with Grammatical-Specific Language Impairment*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Londres.

provocar, por exemplo, a omissão de sufixos, bem como pode ocorrer a adição de sufixos a palavras incorretamente flexionadas.

Marshall & Van Der Lely (2007) pretendeu esclarecer qual das predições realizadas para a morfologia derivacional estaria correta e, por isso, dirigiu os seus estudos para os seguintes objetivos: 1) verificar se a omissão de sufixos derivacionais é uma característica das crianças com PEDL, tal como as omissões dos sufixos flexionais responsáveis pela flexão verbal em tempo-modo-aspeto e pessoa-número; e 2) investigar se a complexidade fonológica e flexional afeta a produção dos sufixos derivacionais. Assim, utilizando crianças inglesas com PEDL, com idades compreendidas entre os nove anos e dez meses e os dezasseis anos e oito meses, estudou, numa primeira experiência, a produção de adjetivos comparativos e superlativos e, numa segunda experiência, a produção de adjetivos denominais. Na primeira experiência, a fonologia (nomeadamente a complexidade da estrutura silábica) foi manipulada, pretendendo verificar-se se o número de sílabas tem influência na derivação. Por sua vez, na segunda experiência, foi manipulada a componente flexional em número, com o objetivo de descobrir o impacto da complexidade morfológica das palavras na produção da derivação.

Os resultados deste estudo demonstraram que as crianças com PEDL raramente omitem sufixos derivacionais. As omissões observadas foram em número bastante inferior às observadas nos estudos realizados para a flexão verbal. Mesmo quando ligados a bases complexas ao nível fonológico e flexional, os sufixos derivacionais raramente foram omitidos e, portanto, as dificuldades evidenciadas nos estudos da flexão, não estão presentes, na mesma proporção, na derivação.

Contudo, foi demonstrado que a complexidade fonológica afeta as produções derivacionais: tal como verificado no estudo de Wauquier-Gravelines *et al* (1997)<sup>64</sup> *apud* Marshall & Van Der Lely (2007), o número de sílabas afetou a derivação, pois foi verificada a realização de reduções silábicas de palavras trissilábicas, que afetavam a base derivacional<sup>65</sup>. De modo semelhante, também a complexidade morfológica manifestou o

---

<sup>64</sup> Wauquier-Gravelines, S., Jakubowicz, C., Sauzet, P., Durand, C., & Franc, S. (1997). Phonological knowledge in developmental language disorders: “liaison enchainée” and derivations in French. Em A. Sorace, C. Heycock & R. Shillcock (Eds.), *Proceedings of the GALA 1997 conference on language acquisition*. Edinburgh: Human Communication Research Centre, University of Edinburgh.

<sup>65</sup> No seguimento desta questão, salienta-se a existência de outros estudos citados em Marshall & Van Der Lely, (2007) que evidenciaram que as sílabas átonas são, tendencialmente, mais omitidas do que as sílabas tónicas.

seu efeito na derivação: algumas crianças produziram, incorretamente, os adjetivos denominais quando os nomes que lhe serviam de base apresentavam marcas do plural.

Por fim, Marshall & Van Der Lely (2007) faz uma análise dos resultados à luz das três hipóteses explicativas. Refere-se que estas experiências não podem estar de acordo com a hipótese do infinitivo opcional alargado, pois esta não prediz qualquer alteração da componente derivacional da morfologia ou da possibilidade da existência de erros se dever à interação entre várias componentes linguísticas. Poderia, por outro lado, estar de acordo com a hipótese da regra implícita, na medida em que esta pode explicar os processos de sufixação bem sucedidos como resultado da aplicação de uma regra explícita e/ou recuperação de uma forma armazenada no léxico. Contudo, esta hipótese não explica a larga discrepância entre a omissão de sufixos flexionais (que ocorreu numa taxa elevada) e de sufixos derivacionais (que foi quase nula). Resta a hipótese da complexidade gramatical computacional. De facto, os resultados de Marshall & Van Der Lely (2007) estão de acordo com esta hipótese, pois ela defende que as crianças apresentam défices em diferentes componentes da linguagem (sintaxe, morfologia flexional e fonologia), e que estes défices podem interferir em componentes da linguagem que não se encontram afetadas, como é o caso da morfologia derivacional. Os resultados demonstraram, realmente, que os tipos de derivação investigados não estão significativamente afetados nas crianças estudadas. Todavia, a complexidade fonológica e flexional teve impacto na derivação, resultando em produtos derivacionais incorretos.

### **3.2 Conclusão**

Assume-se que a PEDL é uma perturbação heterogénea que afeta maioritariamente as crianças do sexo masculino e que se pode manter até à idade adulta. A heterogeneidade da PEDL subjaz a existência de dificuldades diversas que podem ocorrer nas várias componentes da linguagem. Se a componente morfológica estiver afetada, é comumente defendida a existência de dificuldades na flexão verbal. No entanto, as dificuldades na flexão nominal constituem um objeto de maior ambivalência. Porém, Bedore & Leonard (2001) e Leonard *et al* (1997) *apud* Castro & Gomes (2000) defendem que a flexão nominal em número pode estar afetada em crianças com esta patologia.

No que concerne às dificuldades derivacionais, são escassos os estudos que comprovem a sua presença ou ausência. Contudo, Marshall & Van Der Lely (2007) afirma

que crianças com PEDL não apresentam dificuldades nos processos derivacionais, mas que estes podem ser afetados devido a défices noutras componentes.

Nos capítulos que se seguem está descrito o trabalho experimental realizado no contexto desta dissertação, cujo objetivo é contribuir para uma melhor identificação dos défices morfológicos de crianças com esta patologia, no âmbito da língua portuguesa.

## Capítulo III

### *O Estudo*

Neste capítulo apresenta-se o desenho experimental que orientou o estudo realizado no âmbito desta dissertação.

Em primeiro lugar, é definida a problemática que impulsionou a realização do trabalho experimental à luz das temáticas abordadas nos capítulos anteriores, e procurar-se-á fundamentar a escolha do objeto de estudo (secções 1-2).

Em segundo lugar, é descrita a metodologia do trabalho experimental, englobando a caracterização da amostra, e a descrição dos materiais e dos procedimentos de recolha e análise de dados (secções 3-5).

#### **1. Definição da problemática e do objeto de estudo**

Perante a exposição teórica realizada, pode afirmar-se que existem três hipóteses relativas à representação dos dois processos da morfologia no léxico mental. A primeira hipótese, defendida por Halle (1973), Jackendoff (1975) e Chomsky (1995), advoga que a derivação e a flexão estão representadas no léxico da mesma maneira. A segunda hipótese, sustentada por Miceli & Caramazza (1988), Badecker & Caramazza (1989), Laudanna, Badecker & Caramazza (1992) e Miceli (1994), defende que os dois processos morfológicos constituem subcomponentes autónomos do léxico. A terceira hipótese, refere que apenas a derivação se encontra representada no léxico, e é defendida por Aronoff (1976), Anderson (1992), Aronoff & Anshen (1998) e Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003). Como referido na secção 1 do capítulo II, aprovamos a hipótese de que morfologia derivacional e flexional são subcomponentes autónomos.

No que diz respeito às dificuldades linguísticas nas crianças com PEDL, sabe-se que estas apresentam défices linguísticos seletivos que corroboram a modularidade do sistema linguístico (Friedmann & Novogrodsky, 2008; Befi-Lopes, Araújo & Giusti, 2005; e outros). Contudo, as dificuldades morfológicas das crianças com PEDL constituem um objeto de controvérsias: embora exista evidência clara de dificuldades na flexão verbal, o debate acerca das dificuldades na flexão nominal permanece em aberto (Marshall & Van Der Lely, 2007; Martins, 2002; Bedore & Leonard, 2001; Castro & Gomes, 2000). Além disso, a derivação apresenta-se como uma grande lacuna na descrição dos défices morfológicos nas crianças com PEDL, pois são muito escassas as investigações realizadas

neste âmbito. Porém, estudos de Marshall & Van Der Lely (2007) sugerem que estas crianças não manifestam dificuldades na morfologia derivacional, mas que esta pode ser afetada por fatores semânticos, fonológicos ou relacionados com a morfologia flexional.

Deste modo, por serem escassos os estudos referentes a esta temática, são poucos os dados relativos a crianças com PEDL que permitam corroborar, convincentemente, a hipótese modular da morfologia no léxico mental. É com base nestes fundamentos teóricos que esta dissertação tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão das dificuldades morfológicas das crianças com PEDL e, por conseguinte, comprovar/refutar a predição de que flexão e derivação constituem subcomponentes autónomos do léxico. Portanto, as seguintes questões podem ser colocadas: será que as crianças com PEDL apresentam dificuldades na realização da flexão? Será que não apresentam défices ao nível dos processos de formação de palavras? Corroborarão os dados deste estudo a hipótese da organização modular da morfológica no léxico mental?

Estas são as questões que servem de base a este trabalho. De facto, pretende esclarecer-se se, como defendem os muitos autores referidos, as crianças com PEDL apresentam dificuldades na morfologia flexional. Mais especificamente, é objetivo verificar se crianças com a patologia referida apresentam dificuldades na realização da flexão nominal em número realizada pela junção do sufixo *-s*, tal como defendem Bedore & Leonard (2001) e Leonard *et al* (1997). Conjuntamente, pretende averiguar-se se, como sustentam os estudos de Marshall & Van Der Lely (2007), as crianças com PEDL não apresentam dificuldades na morfologia derivacional. É de salientar que, apesar de a análise do fenómeno de formação de palavras não se poder confinar, como justificado ao longo do capítulo I, a uma metodologia afixocêntrica, neste trabalho, a existência/presença de dificuldades derivacionais dependem da capacidade demonstrada na produção de um tipo de derivação, os AG e INST pela junção do sufixo *-dor*.

Salienta-se que, neste trabalho, apenas é investigada a capacidade de produção dos referidos processos; a capacidade de compreensão não é estudada. Considerou-se que a introdução de uma tarefa adicional que avaliasse a compreensão tornaria o estudo muito extenso. Deste modo, optou-se por avaliar apenas a produção, na medida em que esta capacidade se desenvolve mais tardiamente que a compreensão (cf. secção 2 capítulo II) e está, de um modo geral, sempre mais afetada.

Ora, se confirmada a presença de dificuldades na construção da flexão nominal em número e a ausência de dificuldades na formação de AG e INST em *-dor* por parte da



amostra, os resultados que defendem que flexão e derivação se apresentam como processos funcionais distintos e são representados no léxico de forma diferente serão suportados.

Todavia, outra situação convém ser referida. As conclusões dos estudos referidos podem, também, ser sustentadas se as crianças manifestarem dificuldades na formação de AG e INST em *-dor* e, contrariamente, não apresentarem défices na realização da flexão nominal em número. De facto, a conceção de que flexão e derivação se apresentam como subcomponentes autónomos do léxico remete para as duas situações referidas pois, neste caso, o fundamental é que haja uma diferença significativa entre os resultados obtidos nos dois processos morfológicos.

Uma hipótese bidirecional pode, portanto, ser formulada: há diferenças significativas entre os erros de flexão nominal em número e os erros de derivação de AG e INST em *-dor* nas crianças com PEDL e, portanto, morfologia flexional e morfologia derivacional apresentam representação lexical distinta – estas crianças produzem erros na flexão, mas não na produção de palavras derivadas; ou, contrariamente, apresentam dificuldades na produção de palavras derivadas, não manifestando erros na flexão.

## **2. Justificação do objeto de estudo**

Com o intuito de testar a presença/ausência de défices de morfologia flexional nas crianças com PEDL, utilizou-se, como referido, a flexão nominal em número realizada pela junção do sufixo *-s*. De facto, é objetivo verificar se as crianças com PEDL manifestam conhecimento da regra geral de flexão nominal em número, materializada pela união do sufixo referido, que marca a forma plural. Por este motivo, não foram introduzidas quaisquer formas de plural irregular.

Relativamente à morfologia flexional, é ainda importante referir que, como descrito por Caeiro (2007) (cf. secção 2 capítulo II), as crianças portuguesas com desenvolvimento linguístico normal realizam, corretamente, a flexão nominal em número com junção do sufixo *-s*, aos três anos. Ora, é de esperar que crianças com desenvolvimento linguístico normal que apresentam a mesma faixa etária da amostra em estudo (entre os 4A8M e os 7A5M) já realizem, correta e produtivamente, esta regra morfológica. Por este motivo, é seguro concluir que a sua realização incorreta por parte da amostra demonstra, sem dúvidas, dificuldade neste tipo de morfologia flexional, evitando a colocação da hipótese

dos erros se deverem ao facto de as crianças se encontrarem num estágio de desenvolvimento morfológico anterior àquele onde a aquisição desta regra é prevista.

No que concerne à morfologia derivacional seleccionou-se, como mencionado, os AG e INST formados por junção do sufixo *-dor*. Uma das razões para a escolha deste tipo de derivação é a questão da produtividade. Observa-se que, para cada verbo em português, se espera a existência de uma forma nominalizada e, por isso, a produtividade da nominalização aproxima-se da da flexão (Cunha, 2000). Desta forma, por ser finalidade uma comparação entre flexão e derivação, uma proximidade em termos de produtividade considera-se uma mais-valia. Outro fundamento prende-se ao facto de, como referido por Clark (1996, 2001), os agentivos e instrumentais estarem entre as palavras formadas por processos de derivação mais precocemente produzidas. Por sua vez, foi escolhido o sufixo *-dor* por dois motivos: o primeiro diz respeito a este sufixo apresentar um elevado grau de produtividade na construção destes produtos derivacionais, como mencionado por Rio-Torto (1998), e o segundo prende-se ao facto da RFP AG com este sufixo se caracterizar por alguma simplicidade por não apresentar alternância do radical (ex.: *varrer* ([varr]<sub>RV</sub> (er)) / *varredor* ([varr]<sub>RV</sub> + [-dor]).

Segundo o estudo, realizado em português, de Vigário & Garcia (2011), palavras derivadas por sufixação podem ser verificadas a partir de 1A9M, mas o seu uso mais extensivo ocorre a partir dos 2A5M. Sim-Sim (1998) refere, ainda, que, aos sete anos de idade, este conhecimento está consolidado. Consequentemente, pode referir-se que crianças com desenvolvimento linguístico normal com a mesma faixa etária da amostra já são capazes de produzir os AG e INST corretamente. Tais factos permitem, portanto, salvaguardar que a existência de erros não se deve ao facto das crianças se encontrarem num estágio de desenvolvimento precoce ao esperado para a aquisição deste tipo de RFP.

### 3. Amostra

Foi delineado um plano de amostragem não-probabilística, seleccionada por conveniência, composta por várias crianças que apresentavam alguns critérios de seleção, previamente definidos. Essas crianças foram divididas em dois grupos: o *grupo PEDL*, constituído por crianças com PEDL, e o *grupo de controlo*, constituído por crianças com desenvolvimento linguístico normal.

### 3.1 Grupo PEDL

No sentido de estabelecer critérios para a formação deste grupo, utilizou-se como referência os critérios de inclusão definidos em Marshall & Van Der Lely (2007), Castro-Rebolledo *et al* (2004), Martins (2002) e Leonard (1998). Assim, foram selecionadas seis crianças com PEDL com uma idade mínima de 4 anos, na medida em que, como referido na secção 3 do capítulo II, até esta idade o perfil linguístico das crianças pode não ser consistente e poderão ser realizados diagnósticos incorretos. Os diagnósticos foram realizados por um terapeuta da fala qualificado seguindo os critérios de inclusão e exclusão referidos. Todas as crianças frequentam sessões de terapia da fala pelo menos uma vez por semana. Este aspeto assume particular importância dado que a intervenção terapêutica poderá constituir um fator de otimização de dificuldades apresentadas. De acordo com a faixa etária, as crianças frequentam o jardim de infância (J.F.) ou o 1º ciclo do ensino básico.

A **Tabela 1** apresenta uma caracterização específica do grupo PEDL tendo em conta os critérios indicados.

	<i>Género</i>	<i>Idade (A;M)</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Tempo de T. Fala (A;M)</i>
<b>G.R.</b>	M	4;8	J.F. (4 anos)	0;6
<b>C.C.</b>	F	5;10	J.F.(5 anos)	1;4
<b>J.T.</b>	M	6;1	J.F. (5 anos)	1;2
<b>P.C.</b>	M	6;2	J.F. (5 anos)	2;2
<b>D.M.</b>	M	7;0	1ºAno do 1º Ciclo	4
<b>D.G.</b>	M	7;5	2ºAno do 1º Ciclo	2;10

**Tabela 1** – Caracterização da amostra em género (feminino/masculino), idade (anos;meses), tempo de terapia da fala (anos;meses) e escolaridade.

Para melhor caracterização do grupo PEDL, e por o número reduzido de elementos o permitir, considera-se relevante apresentar algumas informações diagnósticas, fornecidas pelos terapeutas da fala, no momento da testagem. Em primeiro lugar, revela-se fulcral salientar que não apresentam défices cognitivos nem sensoriais diagnosticados e revelaram ausência de comprometimento significativo nas estruturas oro-faciais.

De um modo geral, as crianças manifestaram resultados fonológicos e morfo-sintáticos abaixo do esperado para a faixa etária, em detrimento da componente pragmática e da estrutura semântica que se encontram adequadas, à exceção da criança D.G. que

apresenta défices semânticos (apresenta, para esta área, -2,5 de desvio padrão, referente à GOL-E (“Grelha de Observação da Linguagem – Escolar”)).

Quase todas estas crianças apresentam processos fonológicos produtivos (ocorrem em pelo menos 40% do total de ocorrências), tais como desvozeamento dos fonemas /z/ e /ʒ/, substituição de líquidas (substituição do fonema /ʎ/ pelo fonema /l/ ou do fonema /r/ pelo fonema /l/), semivocalização das líquidas (os fonemas /l/ e /ʎ/ são substituídos por semivogais) e redução de grupos e encontros consonânticos. No que concerne às crianças em idade pré-escolar, refere-se que apresentam, no geral, dificuldades de discriminação auditiva, no domínio de algumas competências de consciência silábica, tais como divisão silábica e emparelhamento de sílabas iniciais, mediais e finais, e nas rimas. Apenas a criança J.T. não apresenta processos fonológicos não esperados para a sua idade cronológica e revela um bom nível de processamento (meta)fonológico.

No que diz respeito às crianças em idade de escolarização, refere-se que a criança D.G. manifesta dificuldades significativas ao nível do processamento (meta)fonológico subjacente à capacidade de leitura e de escrita: não domina algumas das competências de consciência silábica (supressão e reconstrução silábicas) e competências de consciência fonémica (segmentação, supressão, e inversão fonémicas). Além disso, não identifica todos os grafemas da língua portuguesa nem os converte nos seus correspondentes fonémicos, evidenciando, assim, dificuldades na correspondência grafema-fonema. A criança D.M., por sua vez, revela um bom nível de processamento (meta)fonológico, quer nas competências de consciência silábica, quer nas competências de consciência fonémica. Verifica-se, contudo, na leitura e na escrita, trocas de fonemas e grafemas, que correspondem às verificadas no seu discurso espontâneo e traduzem a sua dificuldade de discriminação auditiva.

Relativamente à estrutura morfo-sintática, refere-se que está bastante afetada em toda a amostra. De facto, segundo Castro & Gomes (2000), as dificuldades a nível da morfologia e da sintaxe são, talvez, o sinal mais saliente deste tipo de perturbação.

As crianças em idade pré-escolar manifestam características muito homogêneas no que diz respeito à morfo-sintaxe. Todas estas crianças apresentam estruturas frásicas muito simples, com omissão de certos constituintes gramaticais como alguns determinantes, troca de preposições e troca da ordem dos elementos da frase. São referidos, também, usos inadequados dos tempos verbais e ausência de concordância pessoa-número. À exceção da criança J.T., todas as outras apresentam erros nos contrastes de género. Considera-se de

extrema importância referir que, antes de iniciarem a terapia da fala, todas estas crianças demonstravam erros de flexão nominal em número. Contudo, a flexão nominal em número foi uma área de intervenção, pelo que estas dificuldades poderão estar ultrapassadas.

Relativamente à estrutura morfo-sintática das frases produzidas pelas crianças em idade escolar, refere-se que o D.G. apresentou um desvio padrão de -4,5. Esta criança apresenta grande comprometimento da produção morfo-sintática: suprime constituintes gramaticais, realiza erros nos contrastes de género nas categorias nominais e de flexão verbal de forma assistemática. Já a criança D.M. apresentou um desvio padrão de -1,4 e são referidos desajustes nas regras e estruturas gramaticais.

Acrescenta-se que algumas destas crianças (C.C, D.M. e D.G.) foram avaliadas no âmbito da psicologia. Foi aplicado às crianças D.M. e D.G. o teste WPPSI-R (*Escala de Inteligência de Wechsler para a Idade Pré-Escolar e Primária*) e este evidenciou resultados de QI não verbal superior a 85 para ambas: o D.G. obteve 87, enquanto o D.M. obteve 86. À criança C.C. foi aplicado o teste WISC-III (*Escala de Inteligência Wechsler para Crianças*) e foi referido que esta obteve bons resultados, apesar de não ter sido revelado o valor. No que diz respeito às restantes crianças do grupo PEDL, não há dados de avaliações de psicologia. Contudo, segundo os respetivos terapeutas da fala, as crianças não parecem demonstrar comportamentos que indiquem dificuldades de realização não verbal: demonstram boa capacidade de construção de sequências, puzzles e jogos de encaixe.

A tabela seguinte representa, de forma globalizada, as áreas linguísticas afetadas nas crianças do grupo PEDL.

Amostra	Semântica	Fonologia	Morfo-sintaxe	Pragmática
G.R.		×	×	
C.C.		×	×	
J.T.			×	
P.C.		×	×	
D.M.		×	×	
D.G.	×	×	×	

**Tabela 2** – Caracterização geral das dificuldades linguísticas do grupo PEDL.

### 3.2 Grupo de controlo

O grupo de controlo é constituído por nove crianças, três do género feminino e seis do género masculino, que apresentam desenvolvimento linguístico considerado normal<sup>66</sup>. Estas crianças incluem-se em faixas etárias semelhantes às do grupo PEDL e frequentam, de acordo com a faixa etária, o jardim de infância ou o 1º ciclo do ensino básico.

A tabela seguinte ilustra uma caracterização do grupo de controlo tendo em conta o género, idade e escolaridade.

	<i>Género</i>	<i>Idade (A;M)</i>	<i>Escolaridade</i>
<b>D.R.</b>	M	4;6	J.F. (4anos)
<b>C.R.</b>	F	5;6	J.F. (5anos)
<b>J.M.</b>	M	5;11	J.F. (5anos)
<b>N.G.</b>	M	6;1	J.F. (5anos)
<b>M.P.</b>	F	6;1	J.F. (5anos)
<b>M.C.</b>	F	6;3	J.F. (5anos)
<b>L.R.</b>	M	6;11	1ºAno do 1º Ciclo
<b>A.T.</b>	M	7;1	1ºAno do 1º Ciclo
<b>T.R.</b>	M	7;10	2ºAno do 1º Ciclo

**Tabela 3** – Caracterização do grupo de controlo por género, idade (anos;meses) e escolaridade.

## 4. Materiais

Num primeiro momento, foi construída uma declaração de consentimento que os encarregados de educação das crianças, pertencentes ao grupo PEDL e ao grupo de controlo, tiveram de preencher e assinar antes ou no momento da recolha dos dados (Anexo I).

Para a concretização do estudo, construiu-se um teste que se divide em dois subtestes: um referente a palavras (designado, a partir deste momento, *subteste 1*), que apresenta 45 itens, e outro a pseudopalavras (designado, a partir deste momento, *subteste 2*), com 24 itens. O subteste 1 pretendeu testar a capacidade das crianças com PEDL para a

---

<sup>66</sup> Afirma-se, com veracidade, que as crianças do grupo de controlo não apresentam défices linguísticos pois foi-lhes realizado um despiste de alterações da linguagem, através de uma avaliação da linguagem utilizando o teste TICL (“Teste de Identificação das Competências Linguísticas”): D.R., J.M. e M.P.; o teste GOL-E: L.R., A.T. e T.R.; ou através de uma avaliação informal e conversa com a educadora de infância: C.R., N.G. e M.C..

produção de AG e INST em *-dor* e para a produção de plurais regulares de nomes. Deste modo, englobou duas subtarefas: a produção de AG e INST em *-dor* e a realização da flexão em número de nomes. Ambas apresentaram um número de itens equitativo – 12 – sendo que, na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, 6 são AG e 6 INST. De referir que este subteste apresentou 21 itens de controlo. Por sua vez, o subteste 2 pretendeu testar a capacidade das crianças com PEDL para a produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor* e para a realização da flexão em número de pseudonomes, apresentando, também, duas subtarefas. Cada uma das subtarefas deste subteste apresentou o mesmo número de itens do subteste anterior. Porém, não há itens de controlo.

O teste foi aplicado através da apresentação de imagens em formato papel; para cada item de cada subteste selecionou-se uma imagem referente. Essas imagens eram coloridas, atrativas, não ambíguas e de compreensão fácil. Quadros expositivos dos itens de cada subteste (que são descritos e justificados de seguida) e respetivas imagens, encontram-se nos Anexos II e III.

O teste foi precedido por 9 itens de treino, cujo objetivo assentou na explicação do mesmo à amostra, demonstração do seu procedimento e esclarecimento de possíveis dúvidas. Os itens de treino dizem respeito a nomes agentivos e instrumentais sem derivação (*padre, médico, chefe, dinheiro, colher* e *agulha*) e nomes [fem] (*rata, tia* e *macaca*) – Anexo IV.

Ainda, como é referido posteriormente, o teste referido desencadeou a necessidade da construção de uma folha de registo com duas versões (A e B) que, conforme o nome indica, serviu para registar os dados obtidos (Anexo V).

#### 4.1 Subteste 1 - *Teste de Palavras: AG e INST em -dor e nomes [+plu]*

No que concerne ao subteste 1 (Anexo II), considera-se importante referir quais os verbos e nomes selecionados. No que diz respeito à **subtarefa de produção de AG e INST em *-dor***, os 12 AG e INST são formados a partir de verbos dissilábicos<sup>67</sup>. A preferência pela escolha de verbos com o referido número de sílabas pretendeu evitar o

---

<sup>67</sup> Salienta-se que o verbo *espremer* não é, contrariamente a todos os outros verbos selecionados, um verbo dissilábico, mas sim trissilábico. A escolha de um verbo trissilábico deveu-se à dificuldade em encontrar mais verbos dissilábicos da segunda conjugação passíveis de construir um INST em *-dor*. Por este motivo, optou-se por um verbo em que, na fala coloquial, se verifica a supressão da vogal átona [i] e por isso, a nível fonético, o verbo apresenta duas sílabas ([ʃpri.ˈmer]).

efeito demonstrado em estudos como os de Marshall & Van Der Lely (2007) e Wauquier-Gravelines *et al* (1997) *apud* Marshall & Van Der Lely (2007), que revelaram que um elevado número de sílabas afeta a capacidade de derivação. A estrutura silábica<sup>68</sup> não se apresentou como um critério de seleção dos verbos (os verbos podem apresentar qualquer estrutura silábica), pois, como descrito no final da secção 5 deste capítulo, a existência de processos fonológicos, suscetíveis de ser observados em estruturas silábicas mais complexas, não comprometem a análise levada a cabo neste trabalho. Por isso, alguns verbos apresentam estruturas silábicas CV (consoante-vogal) (como a primeira sílaba do verbo *caçar*), enquanto outros se apresentam com estrutura silábica CVC (como o verbo *ferver*) ou CCV (como a primeira sílaba do verbo *grelhar*). Por sua vez, os verbos pertencem à primeira e segunda conjugação, incluindo o subteste 6 itens de cada conjugação. Não foram utilizados verbos referentes à terceira conjugação dada a escassez de verbos considerados adequados para a faixa etária da amostra. No que concerne à estrutura argumental, refere-se que os verbos selecionados são, maioritariamente, predicados binários, mas também foram incluídos predicados ternários (*vender*), predicados unários (*nadar*; *correr*) e predicados que podem funcionar com um argumento interno implícito (*caçar*; *pescar*; *regar*) e apresentam, inevitavelmente, o papel temático de agente<sup>69</sup>.

Considera-se importante salientar que, de entre uma quantidade numerosa de verbos que preenchiam os requisitos descritos, a seleção dos verbos obedeceu a um critério de “frequência de ocorrência”, segundo o *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, bem como de acordo com algum juízo pessoal. Considerou-se o fator *produtividade*, pois, segundo Garman (1990), palavras mais produtivas são mais facilmente acedidas, ou seja, o acesso lexical é fortemente influenciado pela frequência com que os itens lexicais são utilizados na língua: os itens com maior frequência são mais rapidamente reconhecidos, enquanto os que têm menor frequência serão reconhecidos mais lentamente. Contudo, não se selecionaram palavras com valores exageradamente elevados de produtividade pois tal poderia condicionar o objetivo do estudo. Segundo Cunha (2000), quando um item lexical é muito frequente, o seu nível de ativação é de tal maneira alto que o seu reconhecimento é imediato, logo, as crianças poderiam responder utilizando somente o processo de memorização da palavra-alvo, em detrimento da realização do processo morfológico pretendido.

---

<sup>68</sup> Por ser um estudo de produção oral, refere-se que a estrutura silábica considerada é sempre a fonética, ou seja, a estrutura silábica da sua forma sonora, independentemente de ser igual, ou não, à da sua forma gráfica.

<sup>69</sup> Agente é o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação (Duarte & Brito, 2003).



Assim, foram selecionados os verbos da primeira conjugação *nadar*, *caçar* e *pescar*, que servem de base aos AG *nadador*, *caçador* e *pescador*, respetivamente, e os verbos da segunda conjugação *vender*, *varrer* e *correr*, que servem de base aos AG *vendedor*, *varredor* e *corredor*, respetivamente. Por sua vez, foram selecionados os verbos da primeira conjugação *regar*, *grelhar* e *secar*, que servem de base aos INST *regador*, *grelhador* e *secador*, respetivamente, e os verbos da segunda conjugação *ferver*, *bater* e *espremer*, que servem de base aos INST *fervedor*, *batedor* e *espremedor*, respetivamente.

Relativamente à **subtarefa de realização da flexão em número de nomes**, selecionaram-se 12 nomes com radicais de tema em *-a*, *-o* e *-e*. Nestas palavras, como referido na secção 3 do capítulo I, o plural é especificado pela junção do sufixo *-s*; sob o ponto de vista fonológico, esta junção tem como consequência a palatalização do /s/, que é realizado foneticamente como [ʃ]. Os nomes são dissilábicos e trissilábicos e, por serem radicais de tema em *-a*, *-o* e *-e*, não há diferença no número de sílabas entre o singular e o plural. Selecionaram-se apenas estes tipos de radicais, pois este trabalho tem somente como intuito verificar o conhecimento do sufixo do plural, em detrimento de qualquer análise dos processos morfo-fonológicos implicados na flexão de nomes que terminam em *-ão*, em *-l*, em *-r*, *-s*, *-z*, entre outros. Como referido para os verbos de base dos AG e INST, a estrutura silábica não foi um critério de seleção: os nomes apresentam estruturas silábicas CV, CCV, CVC (ex.: *casa*, *presente*, *tarte*, respetivamente). Foram incluídos 4 exemplares de cada vogal temática, sendo, destes, 2 dissilábicos e 2 trissilábicos.

Não obstante as condições referidas, os nomes foram selecionados ao acaso, tendo em consideração, apenas, que todos fazem parte do léxico ativo ou, pelo menos, passivo das crianças. Optou-se pelos nomes dissilábicos *casa*, *pera*, *lobo*, *nabo*, *pente* e *tarte*, e pelos nomes trissilábicos *panela*, *abelha*, *pássaro*, *morango*, *presente* e *raquete*.

Foram usados ainda, como referido, 21 **itens de controlo**. Por um lado, utilizou-se estímulos que funcionassem como distratores/controlo para os itens da morfologia derivacional (AG e INST em *-dor*) e, por outro lado, estímulos que funcionassem como distratores/controlo para os itens da morfologia flexional (flexão nominal em número). Assim, para o primeiro caso, selecionou-se:

1. Três nomes agentivos (*ladrão*, *músico*, *juiz*), elicitados a partir dos verbos dissilábicos *roubar*, *tocar* e *julgar*, respetivamente; e três nomes instrumentais (*tesoura*, *cadeira*, *copo*), elicitados a partir dos verbos dissilábicos *cortar*, *sentar* e *beber*, respetivamente. A escolha destes itens prendeu-se ao facto de ser considerada importante a inclusão

de agentivos e instrumentais que não fossem formados por qualquer tipo de processo de derivação.

2. Três nomes agentivos em *-eiro* (*carteiro*, *barbeiro* e *peixeiro*)<sup>70</sup> e três nomes locativos<sup>70</sup> em *-eiro* (*cinzeiro*, *tinteiro* e *chaveiro*). Foram escolhidos estes itens de controlo por diferirem dos AG e INST em *-dor* no processo de derivação: verifica-se um processo de nominalização denominal (diferindo dos AG e INST em *-dor* na categoria sintática da forma de base), utilizando o sufixo *-eiro*. Assim, a partir dos nomes dissilábicos *carta*, *barba*, *peixe*, seleccionaram-se os agentivos denominais *carteiro*, *barbeiro* e *peixeiro*, respetivamente; e, a partir dos nomes dissilábicos *cinza*, *tinta* e *chave*, seleccionaram-se os locativos denominais *cinzeiro*, *tinteiro* e *chaveiro*, respetivamente.
3. Três nomes “nomina actionis”<sup>71</sup> (*saída*, *entrada* e *partida*). Em semelhança ao item anterior, pretendeu-se incluir itens de controlo que diferissem, em relação aos AG e INST, no processo de derivação. Contudo, contrariamente ao item anterior, os “nomina actionis” não diferem na categoria sintática das formas de base dos AG e INST, apenas na interpretação semântica do produto derivado. Assim, seleccionaram-se os três nomes referidos a partir da junção do sufixo *-da* aos seguintes verbos inacusativos de movimento dissilábicos: *sair*, *entrar* e *partir*.

Como itens de controlo para os itens referentes à flexão nominal em número, seleccionaram-se nomes de género feminino. Assim, para abranger o mesmo número de sílabas dos itens a testar, seleccionaram-se 6 nomes [fem], 3 dissilábicos (*gata*, *filha* e *pata*) e 3 trissilábicos (*aluna*, *menina* e *boneca*), formados a partir dos nomes [masc] *gato*, *filho*, *pato*, *aluno*, *menino* e *boneco*, respetivamente.

#### 4.2 Subteste 2 – Teste de Pseudopalavras: PseudoAG e PseudoINST em *-dor* e *pseudonomes*[+plu]

O subteste 2 (Anexo III) foi acrescentado ao teste referido por permitir uma melhor identificação das capacidades morfológicas das crianças. De facto, é certo que as pseudopalavras são palavras novas para as crianças e, por isso, se as crianças realizarem os processos morfológicos pretendidos nestas palavras novas, não será, com certeza, por

---

<sup>70</sup> Nomes com valor semântico de “lugar onde há X”, sendo X o nome que lhe dá origem (Villalva, 2008).

<sup>71</sup> Nomes deverbais com o seguinte valor semântico: “ação/processo/resultado de V” (Rio-Torto, 1998).

acesso à memória, mas sim, como defende Clark (1982), por acesso a regras. Ora, ao realizar ou não os processos morfológicos pretendidos, vai ser possível verificar se as crianças possuem realmente um conhecimento morfológico que lhes permite utilizar as regras morfológicas em palavras novas. Deste modo, as pseudopalavras permitem controlar os efeitos do conhecimento do vocabulário das crianças e salvaguardar que a produção das palavras-alvo não se deve unicamente aos processos de memorização e analogia (Clark, 1982).

Este subteste foi construído de modo semelhante ao anterior. Por conseguinte, incorpora o mesmo número de itens relativos a cada componente da morfologia: 12 itens referentes a pseudoAG e pseudoINST em *-dor* (6 AG e 6 INST) e 12 referentes à flexão em número de pseudonomes.

As pseudopalavras escolhidas apresentam as mesmas características relevantes que os verbos e nomes que constituem o primeiro subteste. Deste modo, para a **subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor***, os pseudoverbos selecionados são dissilábicos e a estrutura silábica não foi um critério de seleção (sucedeu que todos os verbos têm estrutura CV). Tal como no subteste 1, os pseudoverbos pertencem à primeira e segunda conjugações, tendo o teste 3 exemplares de cada conjugação para cada um. Assim, foram escolhidos os pseudoverbos *dužar*, *lamar*, *fabar*, *sumer*, *žaler* e *piver*, que formam os pseudoAG *dužador*, *lamador*, *fabador*, *sumedor*, *žaledor* e *pivedor*, respetivamente e, por sua vez, os pseudoverbos *žibar*, *jafar*, *tagar*, *panfer*, *tiner* e *lasser*, que formam os pseudoINST *žibador*, *jafador*, *tagador*, *panfedor*, *tinedor* e *lassedor*, respetivamente.

No que concerne à **subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes**, selecionaram-se, tal como no subteste das palavras, pseudonomes com radicais de tema em *-a*, *-o* e *-e*, em que o plural é especificado pela junção do sufixo *-s*. Os pseudonomes são, também, dissilábicos e trissilábicos e não apresentam diferenças no número de sílabas entre o singular e o plural. Mais uma vez, a estrutura silábica não foi um critério de seleção; porém, sucedeu, mais uma vez, que todos os pseudonomes apresentam estrutura CV. Foram incluídos 4 exemplares de cada vogal temática, sendo, destes, 2 dissilábicos (*neda*, *tima*, *guipo*, *folo*, *made* e *rane*) e 2 trissilábicos (*žamofa*, *fampoca*, *jigoto*, *conito*, *bandete* e *sagofê*).

## 5. Procedimentos

### 5.1 Procedimentos de recolha de dados

A tarefa experimental era de produção elicitada, devendo a criança terminar uma frase iniciada pelo experimentador. Neste trabalho seguimos Cunha (2000), que defende que as tarefas experimentais que têm como objetivo avaliar questões relativas à organização do léxico devem ser bimodais, ou seja, devem fornecer aos sujeitos dois estímulos em modalidades diferentes. Assim, o primeiro estímulo (o verbo ou pseudoverbo presente na frase fornecida, no caso dos AG e INST e pseudoAG e pseudoINST em *-dor*; e o nome ou pseudonome [-plu] também presente na frase fornecida, no caso dos nomes ou pseudonomes [+plu]) era fornecido por modo auditivo, enquanto o segundo estímulo, designado por *estímulo-alvo*, dizia respeito à apresentação da imagem representativa da palavra-alvo ou pseudopalavra-alvo, e era, por isso, apresentado de modo visual. Os estímulos-alvo foram, como já referido, apresentados às crianças em formato de papel A5.

Sendo um teste de eliciação de produções orais, a frase iniciada pelo experimentador era repetida tantas vezes quantas as solicitadas pelas crianças. Todavia, só após ser fornecido o comando verbal na totalidade é que era solicitada uma resposta à criança.

É importante referir que tanto os primeiros estímulos como os estímulos-alvo foram pilotados junto de crianças de várias idades com desenvolvimento linguístico normal, tendo o teste sido revisto em função dos resultados dessa testagem prévia.

As crianças do grupo PEDL foram testadas pelo mesmo experimentador, de modo a seguir o mesmo padrão comportamental, individualmente, no gabinete onde frequentam a terapia da fala, num ambiente silencioso. De salientar que as crianças do grupo de controlo foram testadas em ambientes distintos – jardins de infância ou domicílios - num ambiente igualmente tranquilo. A aplicação do teste teve uma duração de cerca de 30 minutos.

Assim, foi dito às crianças que iriam ver objetos e bonecos, alguns dos quais conhecidos, referentes a entidades engraçadas, algumas a desempenhar uma ação, e que teriam que completar a frase dada pelo experimentador (ver figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7). A criança observava o estímulo-alvo, completava a frase e, consoante a resposta dada, era escrito na folha de registo: um × na coluna “resposta correta”, se a criança respondesse utilizando a palavra-alvo; um × na coluna “ausência de resposta”, se a criança não respondesse; a transcrição fonética de qualquer outra resposta na coluna “resposta

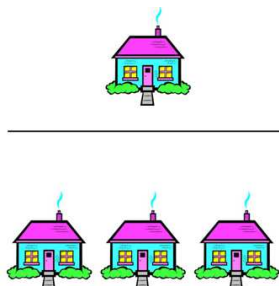
incorreta”<sup>72</sup>, de maneira a transcrever, exatamente, o que a criança produziu e a forma como o fez.



**Figura 1** – Exemplo de estímulo-alvo de AG em *-dor* (“Este senhor está a varrer<sup>73</sup>, ele é um...”).



**Figura 2** – Exemplo de estímulo-alvo de INST em *-dor* (“Isto serve para secar o cabelo, é um...”).



**Figura 3** – Exemplo de estímulo-alvo de nome [+plu] (“Aqui está uma casa, aqui estão três...”).



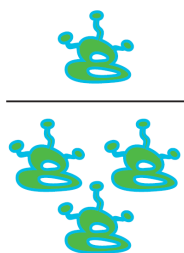
**Figura 4** – Exemplo de estímulo-alvo de pseudoAG em *-dor* (“Este boneco está a sumer, ele é um...”).

<sup>72</sup> A proposta de análise das produções das crianças está descrita, em pormenor, na secção seguinte. Denote-se que, apesar de a coluna onde se apresenta a transcrição fonética das produções das crianças que não corresponderem à palavra-alvo ser intitulada de “respostas incorretas”, nem sempre essas respostas foram consideradas erradas, como é referido seguidamente.

<sup>73</sup> Exemplo de primeiro estímulo.



**Figura 5** – Exemplo de estímulo-alvo de pseudoINST em *-dor* (“Isto serve para tagar, é um...”).



**Figura 6** – Exemplo de estímulo-alvo de pseudonome [+plu] (“Aqui está um jigoto, aqui estão três...”).

A forma de apresentação foi semelhante para todos os outros estímulos-alvo de todas as subtarefas. De igual modo, os itens de controlo foram apresentados da mesma maneira (Figura 7).



**Figura 7** – Exemplo de estímulo-alvo de um item de controlo relativo a agentivo sem derivação (“Este senhor está a roubar, ele é um...”)

Relativamente à ordem de aplicação, os itens foram apresentados segundo duas versões (Versão A e Versão B), evidentes nas duas versões das folhas de registo. As duas versões diferem na ordem de apresentação dos itens. Decidiu proceder-se à aplicação do teste segundo duas versões, de maneira a evitar possíveis efeitos de ordem<sup>74</sup>. A Versão A foi aplicada a 3 crianças do grupo PEDL e a 4 crianças do grupo de controlo; a Versão B foi aplicada a 3 crianças do grupo PEDL e a 5 crianças do grupo de controlo.

<sup>74</sup> Não faz parte dos objetivos do trabalho a realização de uma comparação sistemática entre os resultados obtidos nas duas versões; porém, não foram observados quaisquer efeitos que pudessem ser atribuídos a diferenças na ordem dos itens.

## 5.2 Procedimentos de análise de dados

Para efeito de análise dos dados, recorreu-se ao programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 19. Os dados dizem respeito a variáveis nominais com possibilidade de respostas múltiplas. Num primeiro momento recorreu-se à estatística univariada, onde foi realizada uma análise de frequências simples para cada item a estudar. Seguidamente, recorreu-se à estatística bivariada para realizar o cruzamento de duas variáveis e poder estabelecer comparações entre si. A este propósito, importa referir que se recorreu ao teste estatístico de associação entre variáveis do Qui-quadrado. Todavia, considerando que as condições para a sua aplicabilidade não foram reunidas<sup>75</sup>, não são apresentados os seus resultados. Embora o recurso ao SPSS não tenha possibilitado uma análise estatística inferencial, permitiu, porém, alargar o âmbito do tratamento dos dados da investigação, revestindo-os de um caráter eclético, dada a sua abordagem qualitativa e quantitativa.

### 5.2.1 Proposta de análise de dados

Torna-se imprescindível uma explicação acerca de quais as respostas consideradas como corretas, como incorretas ou como não-respostas. No que concerne à subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, são consideradas respostas corretas as seguintes:

1. Produção das palavras-alvo (ex.: *corredor*) onde há formação de um AG ou INST com junção do sufixo *-dor*, a partir dos estímulos fornecidos;
2. Produção de palavras possíveis:
  - 2.1 Produção de um AG ou INST em *-dor* formado por uma RFP AG de forma correta, mas a partir de um verbo que não corresponde ao primeiro estímulo fornecido, apesar de relacionado (ex.: *limpador* em detrimento de *varredor*, em que o primeiro estímulo fornecido foi o verbo *varrer*);
  - 2.2 Produção de palavras possíveis mas não existentes<sup>76</sup> (Villalva, 2008) formadas a partir de: 1) uma RFP AG legítima, onde é selecionado um

---

<sup>75</sup> Não foram reunidas as seguintes condições “não mais do que 20% das células devem ter valores esperados inferiores a 5” e “o valor mínimo esperado não deve ser inferior a 1”.

<sup>76</sup> Palavras possíveis são todas as palavras que correspondem a aplicações legítimas de um qualquer processo de formação de palavras. Palavras possíveis não existentes são palavras morfológicamente complexas e bem formadas, mas que não são reconhecidas pelos falantes de uma língua como palavras existentes nessa língua (Villalva, 2008).

sufixo que pode ser ligado a temas verbais no infinitivo, como é o caso dos primeiros estímulos fornecidos; contudo, estes sufixos não são o sufixo *-dor* (ex.: *corredeiro* em vez de *corredor*)<sup>77</sup>; 2) uma união de uma base nominal com um sufixo que a seleciona, originando agentivos denominais (ex.: *geladeiro*).

- 2.3 Produção de palavras que apresentam diferente valor semântico das palavras-alvo, resultantes da realização de uma RFP diferente da RFP AG (ex.: *pesqueiro*<sup>78</sup> em vez da palavra-alvo *pescador*);

De facto, remete-se para a situação em que palavras como *limpador*, *corredeiro*, *geladeiro* ou *pesqueiro* necessitam de ser consideradas palavras corretas, pois podem ser indicativas de conhecimento de morfologia derivacional. Apesar de, neste trabalho, estar a ser testada a RFP AG com o sufixo *-dor* e de se esperar que as crianças procedam à junção do sufixo *-dor* ao tema do verbo fornecido como primeiro estímulo, o objetivo intrínseco do trabalho é verificar se há dificuldades na derivação e, por isso, tais respostas não podem ser consideradas incorretas, uma vez que não indiciam dificuldades na morfologia derivacional. Em exemplos como *limpador*, a justificação é simples. É criado um AG com o sufixo *-dor*: as crianças utilizam a RFP AG de forma correta e unem o sufixo *-dor* a um tema verbal que respeita as restrições de seleção do sufixo; apenas esse tema verbal não corresponde ao primeiro estímulo (embora esteja com ele relacionado).

No segundo caso, não obstante não serem formados AG ou INST com o sufixo *-dor*, as crianças demonstram saber que é necessária a junção de um sufixo derivacional a uma base verbal para criar uma palavra que seja interpretada como “aquele/aquilo que Vb”, e assim o fazem, de forma lícita: aceitam o tema verbal do verbo fornecido como primeiro estímulo e unem-lhe um sufixo que não apresenta qualquer restrição em ser unido à forma de base referida. Como hipótese, refere-se Basílio (1980)<sup>79</sup> *apud* Cunha (2009) que defende que, quando há competição entre sufixos, sempre que os sufixos altamente produtivos estiverem disponíveis, os falantes não farão uso daqueles que aparecem num número mais restrito de itens lexicais. Deste modo, é provável que o sufixo *-deiro* seja, para as crianças que realizem tais produções, mais produtivo que o sufixo *-dor*. Neste caso, o que acontece é a geração de palavras não lexicalizadas, mas totalmente corretas sob o ponto de

---

<sup>77</sup> O sufixo *-deiro* é, tal como o sufixo *-dor*, usado na formação de AG e INST a partir de um radical verbal no infinitivo.

<sup>78</sup> Em que *pesqueiro* representa, segundo Costa (1998), “fio com uma aselha numa extremidade e um anzol na outra, para pescar; local onde os peixes se abrigam, comem ou vivem; barco de pesca próprio para pescar” (Costa, 1998: 1263).

<sup>79</sup> Basílio, M.(1980). *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes.



vista morfológico. Em semelhança, referem-se palavras como *geladeiro*. Como Villalva (2008) refere, existem agentivos formados por um processo de nominalização denominal, isto é, resultantes da união de uma base nominal a um sufixo que a seleciona. Palavras como *geladeiro* encontram-se nesta categoria: há união de uma base nominal (neste caso, *gelado*), a um sufixo que não apresenta restrições nesta junção (por exemplo, o sufixo *-eiro*), originando um agentivo denominal. Contudo, em semelhança ao referido para *corredeiro*, *geladeiro* não se encontra lexicalizado.

Em relação ao quarto caso, verifica-se uma situação parecida. Não são formados, realmente, quaisquer AG ou INST, mas há, mais uma vez, conhecimento do princípio da derivação: é necessário unir um afixo derivacional a uma forma de base. No entanto, neste caso em particular, para esta afirmação ser verdadeira, não se considera que as crianças estejam a produzir um agentivo a partir do Vb fornecido (\*[[*pesc*]<sub>RV</sub> + [*eiro*]]), o que desencadearia uma resposta impossível. Assim, assume-se por hipótese que estas crianças não utilizam a forma verbal referente ao primeiro estímulo, mas selecionam uma base nominal relacionada semanticamente (no exemplo *pesqueiro*, seria a base nominal *pescar*) e unem-lhe um sufixo que seleciona base nominais (no caso, seria o sufixo *-eiro*) e, portanto, verifica-se a aplicação de uma RFP completamente correta. O que acontece é que são geradas palavras com interpretações semânticas díspares das interpretações dos AG ou INST.

Como respostas incorretas, consideram-se aquelas que demonstram a inexistência de conhecimento de morfologia derivacional, em que se verifique:

1. Produção de palavras impossíveis, resultantes de um processo de formação de palavras que não obedece às regras de restrição de natureza morfológica, em que há união de um sufixo a um radical incompatível (ex.: *correiro* em vez de *corredor*, pois o sufixo *-eiro* seleciona radicais nominais e não verbais);

Como não-respostas, consideram-se aquelas que, por si só, não permitem inferir, com fidelidade, a presença ou ausência de défices. São elas:

1. Não realização de uma RFP:
  - 1.1 Produção de palavras isoladas não derivadas (ex.: *atleta*, em vez da palavra-alvo *corredor*, ou *homem*);
  - 1.2 Produção de frases que mantenham o primeiro estímulo (ex.: “...senhor que está a vender” ou “...coisa que serve para bater”);

1.3 Produção de frases que não contenham o primeiro estímulo fornecido (ex.: “...senhor que está na piscina”).

2. Respostas ausentes (dizem respeito a respostas em que as crianças permaneçam em silêncio, abanem a cabeça como gesto de negação ou produzam afirmações como “não sei” ou outras equivalentes).

Considera-se importante justificar, essencialmente para o primeiro caso, a inserção destas respostas nas “não-respostas”. De facto, a derivação é um processo opcional, não-obrigatório. Por este motivo, não se pode afirmar que a produção de formas alternativas, por si só, seja consequência de dificuldades derivacionais. Pode-se, no entanto, perante um elevado número de respostas sem realização da derivação, colocar a hipótese de estas serem indicativas de défices a este nível. Semelhantemente, um elevado número de respostas ausentes pode ser indicativo de défices, na medida em que tal pode ser interpretado como consequência de as crianças, não tendo conhecimento das RFP, não saberem que resposta produzir perante a eliciação.

No que concerne à subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, as condições de análise das respostas são semelhantes; porém, por se tratar de pseudopalavras, menos respostas são passíveis de ser observadas. Assim, consideram-se respostas corretas aquelas em que as crianças:

1. Produzam as palavras-alvo (ex.: *duzador*), onde há formação de um AG ou INST com junção do sufixo *-dor* ao pseudoverbo dado como primeiro estímulo;
2. Produzam pseudopalavras possíveis, formadas a partir de uma RFP AG legítima, onde é selecionado um sufixo que pode ser ligado a temas verbais no infinitivo. Contudo, a criança recorre a outros sufixos que formam AG e INST (ex.: *duzadeiro* em vez de *duzador*).

Como respostas incorretas enumera-se:

1. Produção de pseudopalavras impossíveis, resultantes de um processo de formação de palavras que não obedece às regras de restrição de natureza morfológica (ex.: *duzeiro* em vez de *duzador*, pois o sufixo *-eiro* seleciona radicais nominais e não verbais);

Como não-respostas refere-se:

1. Não realização de uma RFP:

- 1.1 Produção de palavras isoladas não derivadas (ex.: *boneco*);
- 1.2 Produção de frases que mantenham o primeiro estímulo (ex.: “...boneco que está a duzar” ou “...coisa que serve para zibar”);
- 1.3 Produção de frases que não contenham o primeiro estímulo fornecido (ex.: “...boneco a fazer piruetas”).

## 2. Respostas ausentes.

Em relação às subtarefas de realização da flexão em número de nomes e pseudonomes, a análise é mais simples: são consideradas respostas corretas aquelas onde se verifica a junção do sufixo do plural *-s* (ex.: *casas* ou *nedas*); são consideradas respostas incorretas aquelas em que não se verifica a realização do plural, ou seja, onde há repetição do primeiro estímulo, o nome [-plu] ou pseudonome [-plu] (ex.: *casa* em detrimento de *casas* e *neda* em detrimento de *nedas*). Salienta-se, ainda, a possibilidade de existência de outro tipo de respostas, também contabilizadas nas subtarefas derivacionais, que são as respostas ausentes, consideradas não-respostas.

Considera-se relevante salientar que, dada a faixa etária da amostra e, no caso do grupo PEDL, a patologia apresentada, é de esperar que as crianças produzam, em ambos os subtestes, processos fonológicos, como desvozeamento de fonemas vozeados, reduções de grupos e encontros consonânticos, entre outros (tal como referido em Befi-Lopes, Araújo & Giusti, 2005). Nestes casos, visto as alterações serem de ordem fonológica e não morfológica, as respostas são consideradas como corretas, pois não há implicações para o objetivo do trabalho. De facto, se houver redução de grupos consonânticos nas sílabas que apresentam estrutura CCV (ex.: se a criança produzir [gɪʎɐˈdor] quando se refere ao estímulo-alvo de *grelhador*) ou redução de encontros nas sílabas CVC (ex.: se a criança produzir [fɪviˈdor] quando se refere ao estímulo-alvo de *fervedor*), a resposta é considerada correta.

O mesmo se verifica se houver omissão do fonema [r] do sufixo *-dor*. Com base na experiência profissional individual e nas características fonológicas da amostra, considera-se que a omissão deste fonema pode ocorrer. Mais uma vez, por tal processo ser de natureza fonológica e não morfológica, a resposta é considerada certa. Assim, caso as crianças produzam, por exemplo, [fɪviˈdo] quando se referem ao estímulo-alvo de *fervedor*, a resposta é considerada certa. De igual modo, pelo mesmo motivo, são consideradas respostas

corretas aquelas em que se verifique assimilações de fonemas (alteração de um fonema provocada pela presença de outro da mesma palavra) ou reduções silábicas.

Finalmente, a presença de alterações articulatórias, como sigmatismos, em que o ponto de articulação dos fonemas não é o adequado, também não é relevante, pelo que a sua presença não influencia a avaliação das respostas.

## Capítulo IV

### *Apresentação e discussão dos resultados*

De acordo com a metodologia já descrita no capítulo III, são apresentados, discutidos e comparados, no presente capítulo, os resultados dos desempenhos do grupo PEDL e do grupo de controlo.

#### **1. Apresentação dos resultados**

Os dados são apresentados em tabelas e gráficos, para melhor interpretação e discussão dos seus resultados. É de referir que, devido ao reduzido número de elementos do grupo PEDL e do grupo de controlo, é possível realizar uma abordagem eclética: é apresentada uma análise qualitativa dos resultados e uma análise quantitativa (em frequências e percentagem), utilizada, essencialmente, para estabelecer comparações entre os resultados. No âmbito da análise quantitativa, considera-se importante lembrar que não foi possível recorrer a testes estatísticos que permitam averiguar a significância estatística das diferenças obtidas nos cruzamentos de variáveis (cf. secção 5.2 do capítulo III). Por este motivo, a significância das diferenças não é definida estatisticamente (ou seja, não se pode afirmar que as diferenças são estatisticamente significativas), mas sim hipoteticamente, com base numa análise pessoal da discrepância dos resultados.

#### **1.1 Resultados obtidos nas subtarefas de morfologia derivacional**

Considera-se importante lembrar que as subtarefas relativas à morfologia derivacional (subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* e subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*) apresentam cinco possibilidades de resposta:

- (1) Palavras-alvo/pseudopalavras-alvo;
- (2) Palavras/ pseudopalavras possíveis, nas quais se incluem: a) para os AG e INST, a produção de um AG ou INST em *-dor* formado por uma RFP AG a partir de um verbo que não corresponde ao primeiro estímulo fornecido; a produção de palavras possíveis mas não existentes; e a produção de palavras resultantes de uma RFP diferente da RFP AG; b) para os pseudoAG e pseudoINST, as pseudopalavras formadas a partir de uma RFP AG legítima onde é selecionado um sufixo que não o sufixo *-dor*;

- (3) Palavras ou pseudopalavras impossíveis;
- (4) Não realização da qualquer RFP;
- (5) Respostas ausentes.

É relevante para este trabalho salientar que as respostas (1) e (2) constituem a totalidade de respostas corretas. Já as respostas (3) constituem as respostas incorretas. As respostas (4) e (5) constituem as não-respostas.

### **1.1.1 Análise de frequências (*análise qualitativa e quantitativa dos resultados*)**

#### *i) Análise dos resultados obtidos na subtarefa de produção de AG e INST em -dor*

A **Tabela 1** apresenta a frequência (e respetiva percentagem) de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de AG em *-dor*.

	Nadador				Caçador				Pescador			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	1	16,7	8	88,9	5	83,3	9	100	3	50	8	88,9
Palavras possíveis	0	-	1	11,1	0	-	0	-	1	16,7	0	-
Palavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	1	16,7	0	-
Não realização de RFP	2	33,3	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Respostas ausentes	3	50	0	-	1	16,7	0	-	1	16,7	1	11,1
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Vendedor				Varredor				Corredor			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	1	16,7	7	77,8	1	16,7	3	33,3	1	16,7	6	66,7
Palavras possíveis	1	16,7	0	-	3	50	3	33,3	1	16,7	0	-
Palavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não realização de RFP	3	50	1	11,1	1	16,7	3	33,3	1	16,7	2	22,2
Respostas ausentes	1	16,7	1	11,1	1	16,7	0	-	3	50	1	11,1
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 1** – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de AG em *-dor*.

De acordo com a tabela, observa-se que o grupo de controlo obteve um maior número de palavras-alvo comparativamente ao grupo PEDL. A tabela demonstra que, no grupo PEDL, o maior número de respostas relativas às palavras-alvo é verificado na produção dos AG *caçador* e *pescador*. No grupo de controlo, esses dois AG são, também, e em semelhança com o AG *nadador*, os que apresentam maior número de respostas relativas às palavras-alvo. Para os restantes AG, o grupo PEDL obteve um número similar de palavras-alvo. Relativamente ao grupo de controlo, refere-se que o menor número de palavras-alvo corresponde à produção do AG *varredor*.

Observam-se, por parte do grupo de controlo, 4 palavras possíveis que demonstram, de facto, conhecimento do princípio básico da derivação. Em detrimento dos AG *nadador* e *varredor*, foram produzidos AG em *-dor* com Vb distintos – *mergulhador* e *limpador*, respetivamente. Este tipo de resposta é verificado em maior número no grupo

PEDL. Relativamente ao AG *varredor*, duas crianças produziram AG em *-dor* com Vb distinto – *limpador* – e uma criança produziu 1 palavra possível mas não existente – *varredeiro*. Nos AG *pescador* e *corredor* verifica-se a produção de 1 palavra possível mas não existente, resultante da união do sufixo *-deiro* ao Vb – *pescadeiro* e *corredeiro*, respetivamente. Verifica-se, ainda, 1 agentivo de base nominal com o sufixo *-eiro*, que originou outra palavra possível mas não existente – *geladeiro* – em vez do AG *vendedor*.

Observa-se, também, que o grupo PEDL produziu 1 resposta impossível para o estímulo-alvo do AG *pescador* – *\*pescor* (o sufixo *-or* seleciona radicais verbais de tema [s] e [t], não [k]).

No que diz respeito às respostas sem realização de RFP, são verificadas: no grupo PEDL, 3 para o AG *nadador* (*homem* e *homem na piscina*), 3 para o AG *vendedor* (*gelado*, *senhor* e *homem*), 1 para o AG *varredor* (*homem*) e 1 para o AG *corredor* (*senhor a correr*); no grupo de controlo, 1 para o AG *vendedor* (*senhor dos gelados*), 3 para o AG *varredor* (*senhor a varrer* ou *senhor que está a varrer*) e 2 para o AG *corredor* (*atleta*).

Por último, são verificadas 10 respostas ausentes no grupo PEDL. Por sua vez, o grupo de controlo produziu 3 respostas ausentes.

Na **Tabela 2** estão representados os resultados em frequência (e respetiva percentagem) de cada resposta para cada um dos itens de produção de INST em *-dor*.



	Regador				Grelhador				Secador			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	4	66,7	9	100	1	16,7	7	77,8	4	66,7	8	88,9
Palavras possíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Palavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	1	16,7	0	-
Não realização de RFP	0	-	0	-	0	-	1	11,1	0	-	0	-
Respostas ausentes	2	33,3	0	-	5	83,3	1	11,1	1	16,7	1	11,1
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Fervedor				Batedor				Espremedor			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	0	-	4	44,4	1	16,7	8	88,9	1	16,7	7	77,8
Palavras possíveis	1	16,7	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Palavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não realização de RFP	1	16,7	1	11,1	0	-	0	-	1	16,7	1	11,1
Respostas ausentes	4	66,7	4	44,4	5	83,3	1	11,1	4	66,7	1	11,1
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 2** - Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de INST em *-dor*.

Mais uma vez, observa-se que o grupo de controlo obteve um maior número de palavras-alvo comparativamente ao grupo PEDL. É, ainda, possível verificar que o maior número de palavras-alvo produzidas pelo grupo PEDL diz respeito aos INST *regador* e *secador*. No grupo de controlo, os resultados são semelhantes: as crianças deste grupo produziram, na sua totalidade, a palavra-alvo relativa ao INST *regador* e obtiveram valores igualmente elevados para os restantes INST. Relativamente ao INST que obteve menor número de palavras-alvo, os resultados também são simétricos nos dois grupos, e dizem respeito ao INST *fervedor*. Considera-se importante salientar que nenhuma criança do grupo PEDL produziu esta palavra-alvo. As palavras-alvo dos restantes 3 INST também foram produzidas em número escasso pelo grupo PEDL.

Apenas são verificadas respostas relativas a palavras possíveis e impossíveis no grupo PEDL. Uma criança deste grupo produziu 1 palavra possível mas não existente para

o estímulo-alvo do INST *fervedor* – *agueiro* (esta palavra apresenta a base nominal *água* unida ao sufixo *-eiro*). Outra criança produziu 1 palavra impossível para o estímulo-alvo do INST *secador* – *\*secor* (como já foi referido, o sufixo *-or* seleciona radicais verbais de tema [s] e [t], não [k]).

No que diz respeito às respostas sem realização de RFP, são verificadas, no grupo PEDL: 1 para o INST *fervedor* (*panela*) e 1 para o INST *espremador* (*coisa para fazer sumo*). No grupo de controlo, verifica-se 1 resposta sem realização de RFP para o INST *grelhador* (*coiso de grelhar*), 1 para o INST *fervedor* (*coiso de ferver*) e 1 para o INST *espremador* (*coiso de espremer*). Como é visível no Anexo VI, foi a mesma criança do grupo de controlo, a criança D.R., quem produziu as 3 respostas sem realização de RFP.

Por fim, refere-se que o grupo PEDL produziu 21 respostas ausentes e o grupo de controlo produziu 8 destas respostas.

ii) *Análise dos resultados obtidos na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em -dor*

A **Tabela 3** apresenta a frequência (e respetiva percentagem) de cada resposta para cada um dos itens de produção de pseudoAG em *-dor*.

	Duzador				Lamador				Fabador			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Pseudopalavras-alvo	1	16,7	6	66,7	2	33,3	8	88,9	1	16,7	7	77,8
Pseudopalavras possíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Pseudopalavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	1	16,7	1	11,1
Não realização de RFP	2	33,3	0	-	2	33,3	1	11,1	2	33,3	1	11,1
Respostas ausentes	3	50	3	33,3	2	33,3	0	-	2	33,3	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Sumedor				Zaledor				Pivedor			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Pseudopalavras-alvo	2	33,3	7	77,8	2	33,3	8	88,9	1	16,7	7	77,8
Pseudopalavras possíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Pseudopalavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não realização de RFP	2	33,3	2	22,2	2	33,3	1	11,1	3	50	2	22,2
Respostas ausentes	2	33,3	0	-	2	33,3	0	-	2	33,3	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 3** - Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de pseudoAG em *-dor*.

Pela análise da tabela, observa-se que, mais uma vez, o grupo de controlo obteve, para os pseudoAG, um maior número de pseudopalavras-alvo comparativamente ao grupo PEDL. De um modo geral, o grupo PEDL produziu um número diminuto de pseudopalavras-alvo (verifica-se, apenas, 1 ou 2 pseudopalavras-alvo para cada pseudoAG), apresentando, maioritariamente, não-respostas. De facto, verifica-se que o grupo PEDL produziu 13 respostas sem realização de RFP: essas respostas são, em grande número e para todos os pseudoAG, palavras isoladas como *boneco* ou *artista*<sup>80</sup>; e verifica-se, também,

<sup>80</sup> Apesar de *artista* ser uma palavra derivada denominal, aceitou-se a sua produção como não-resposta. De facto, esta palavra foi produzida apenas por uma criança, a D.G., várias vezes, na tarefa de pseudopalavras, sendo que esta criança não produziu mais nenhuma palavra derivada. Considera-se que não se pode afirmar, com veracidade, que a criança estivesse a recorrer a uma RFP, pelo contrário, crê-se na forte possibilidade da criança estar a recorrer à memória dessa palavra: pensa-se que será uma palavra bastante utilizada no contexto da criança. É por este motivo que não se engloba a palavra *artista* nas palavras possíveis, indicativas de conhecimento morfológico, mas sim, nas não-respostas.

para o pseudoAG *fabador*, a repetição do pseudoverbo usado como primeiro estímulo (*fabar*). Este grupo apresenta, igualmente, 13 respostas ausentes.

No grupo de controlo as respostas são, predominantemente, pseudopalavras-alvo. Verifica-se a produção de 7 respostas sem realização de RFP: *senhor de lamar*, *boneco de fabar*, *senhor de zaler*, *boneco de piver*, *pivete*, *sumer* e *senhor a sumer*. Este grupo produziu, apenas, 3 respostas ausentes, todas elas para o pseudoAG *duzador*.

Curiosamente, observa-se a existência de 2 respostas relativas a pseudopalavras impossíveis para o estímulo-alvo do pseudoAG *fabador*, uma produzida pelo grupo PEDL e outra pelo grupo de controlo. Estas produções são iguais: *\*fabor* (mais uma vez, salienta-se que o sufixo *-or* seleciona radicais verbais de tema [s] e [t], não [b]).

A **Tabela 4** apresenta a frequência (e respetiva percentagem) de cada resposta para cada um dos itens de produção de pseudoINST em *-dor*.

	Zibador				Jafador				Tagador			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	1	16,7	6	66,7	1	16,7	8	88,9	2	33,3	8	88,9
Palavras possíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Palavras impossíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não realização de RFP	1	16,7	1	11,1	1	16,7	1	11,1	2	33,3	1	11,1
Respostas ausentes	4	66,7	2	22,2	4	66,7	0	-	2	33,3	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Panfedor				Tinedor				Lassedor			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	0	-	7	77,8	2	33,3	8	88,9	2	33,3	8	88,9
Palavras possíveis	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Palavras impossíveis	0	-	1	11,1	0	-	0	-	0	-	0	-
Não realização de RFP	2	33,3	1	11,1	1	16,7	1	11,1	1	16,7	1	11,1
Respostas ausentes	4	66,7	0	-	3	50	0	-	3	50	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 4** - Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de pseudoINST em *-dor*.

A análise da tabela permite verificar que o grupo de controlo também demonstra um maior número de pseudopalavras-alvo comparativamente ao grupo PEDL, para os pseudoINST em *-dor*. Verifica-se, também, que nenhum dos grupos produziu pseudopalavras possíveis.

Tal como verificado para os pseudoAG, a grupo PEDL evidencia um número diminuto de pseudopalavras-alvo, demonstrando um número maioritário de não-respostas. Neste grupo, as palavras sem realização de RFP são: o pseudoverbo usado como primeiro estímulo – 1 para o pseudoINST *jafador* (*jafar*) e 1 para o pseudoINST *panfedor* (*panfer*); palavras isoladas para o pseudoINST *zibador* (*quadro*), pseudoINST *tagador* (*artista*<sup>81</sup> e *desenho*

<sup>81</sup> Esta palavra foi, como já referido para os pseudoAG, produzida pela mesma criança. Pelos motivos acima referidos, considera-se uma não-resposta.

*azul*), pseudoINST *panfedor* (*artista*), pseudoINST *tinedor* (*artista*) e para o pseudoINST *lassedor* (*comer*). No que concerne às palavras ausentes, estas são verificadas 20 vezes.

De modo semelhante ao observado para os pseudoAG, nesta subtarefa, o grupo de controlo produziu, maioritariamente, pseudopalavras-alvo. Observa-se uma resposta impossível para o estímulo-alvo do INST *panfedor* – *\*panfor* (repetindo, o sufixo *-or* seleciona radicais verbais de tema [s] e [t], não [f]). No que concerne às respostas sem realização de RFP, verifica-se uma situação curiosa semelhante à observada para os INST: como se pode observar no Anexo VI, apenas a criança D.R. produziu essas palavras e fê-lo, de modo semelhante, para todos os pseudoINST (*coiso de zibar*, *coiso de jafar*, *coiso de tagar*, *coiso de panfer*, *coiso de tiner* e *coiso de lasser*). São verificadas, apenas, 2 respostas ausentes para o pseudoINST *zibador*.

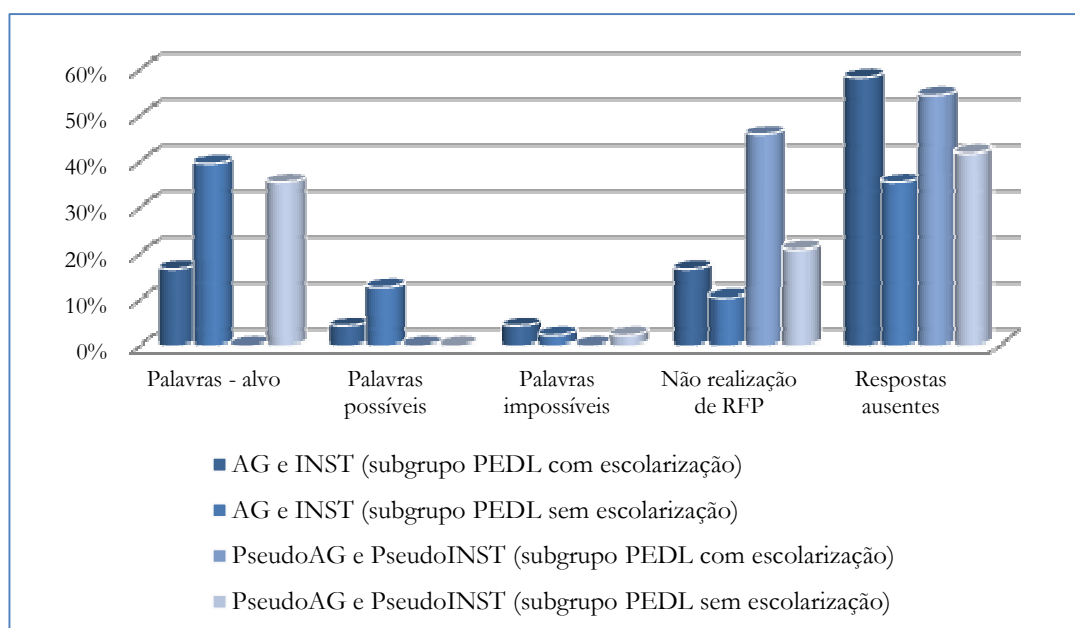
### 1.1.2 Análise quantitativa dos resultados

Como referido, a análise quantitativa dos resultados é realizada através das percentagens totais obtidas para cada resposta. Esta análise tem como objetivo a realização de comparações. São realizadas as seguintes comparações intragrupos: a) comparação entre as crianças com escolarização e as crianças sem escolarização; b) comparação entre os resultados obtidos na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* e os obtidos na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*. Por sua vez, são realizadas as seguintes comparações intergrupos: a) comparação entre os resultados obtidos pelos dois grupos nas duas subtarefas; b) comparação entre os subgrupos com escolarização e entre os subgrupos sem escolarização.

#### 1.1.2.1 Comparações intragrupos

##### i) (Sub)grupo PEDL com escolarização vs (sub)grupo PEDL sem escolarização

Neste ponto, divide-se o grupo PEDL em dois subgrupos: um subgrupo onde se incluem as duas crianças com escolarização (subgrupo PEDL com escolarização) e outro onde se incluem as quatro crianças sem escolarização (subgrupo PEDL sem escolarização). Pretende verificar-se se existem diferenças entre os dois subgrupos, apesar de ser difícil retirar conclusões perante um número tão diminuto. No **Gráfico 1** encontram-se representados os resultados dos dois subgrupos PEDL para a subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* e para a subtarefa de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.



**Gráfico 1** – Resultados dos subgrupos PEDL nas subtarefas de produção de AG e INST em *-dor* e pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

Pela análise geral do **Gráfico 1**, é possível verificar que o subgrupo PEDL sem escolarização evidencia maior percentagem de respostas corretas do que o subgrupo PEDL com escolarização, quer na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, quer na de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

Na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, a percentagem de palavras-alvo e de palavras possíveis é maior no subgrupo PEDL sem escolarização. De facto, o subgrupo PEDL com escolaridade produziu 16,7% de palavras-alvo e 4,2% de palavras possíveis, enquanto o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta, respetivamente, valores de 39,6% e 12,5%. A percentagem de respostas impossíveis é menor para o subgrupo sem escolarização, que produziu estas palavras em 2,1%, enquanto o subgrupo com escolarização em 4,2%. Congruentemente, o subgrupo PEDL sem escolarização demonstra percentagens mais baixas de não-respostas: este subgrupo evidencia uma percentagem de 10,4% de palavras sem realização da derivação e de 35,4% de respostas ausentes. Por sua vez, o subgrupo PEDL com escolarização apresenta valores percentuais de 16,7% de respostas não derivadas e de 58,3% de respostas ausentes.

Como referido, na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, os resultados são semelhantes. Verifica-se que o subgrupo PEDL com escolarização apresenta percentagens nulas de respostas corretas, ou seja, 0% de pseudopalavras-alvo e 0% de pseudopalavras possíveis, enquanto o subgrupo PEDL sem escolarização, apesar de apresentar, igualmente, valores nulos de pseudopalavras possíveis, apresenta respostas

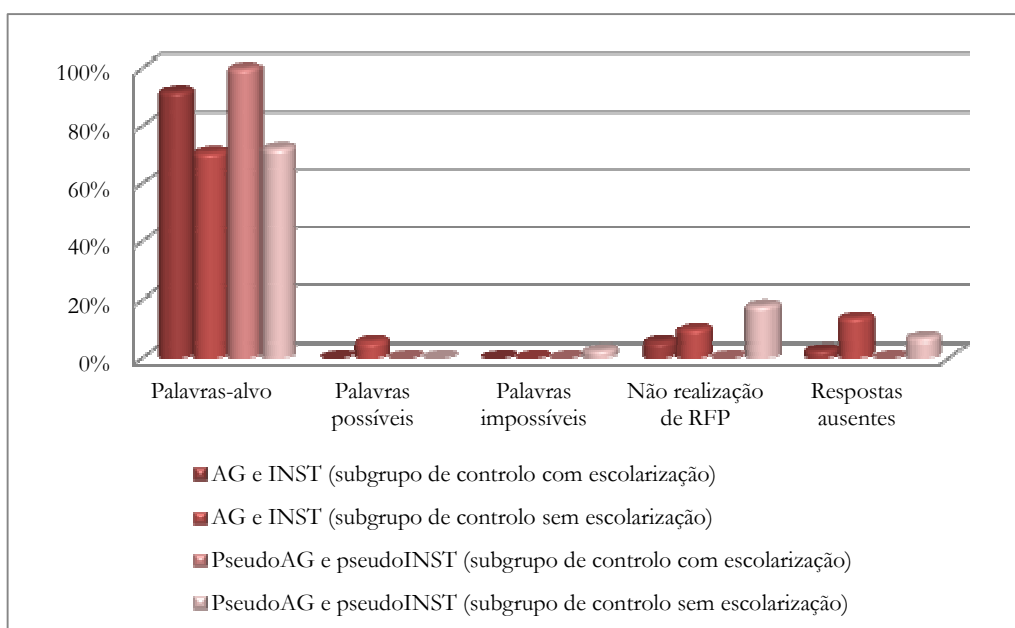
relativas a palavras-alvo numa percentagem de 35,4%. Em seguimento, as respostas incorretas são visíveis em menor número no subgrupo PEDL com escolarização: o valor é nulo neste subgrupo, enquanto o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta um valor de 2,1%. As respostas relativas à não realização da derivação e as respostas ausentes encontram-se em percentagens mais elevadas neste subgrupo (o subgrupo PEDL com escolarização apresenta, respetivamente, valores de 45,8% e 54,2%, e o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta, respetivamente, valores de 20,8% e 41,7%).

Em suma, refere-se que existem diferenças entre estes dois subgrupos: o subgrupo PEDL com escolarização obteve piores resultados que o subgrupo PEDL sem escolarização. Na subtarefa de palavras, verifica-se que o subgrupo com escolarização obteve valores mais baixos de palavras-alvo e mais elevados de respostas impossíveis e não-respostas. Na subtarefa de pseudopalavras, o subgrupo com escolarização não apresenta respostas corretas nem incorretas, mas os valores de não-respostas são, igualmente, muito elevados e superiores.

*ii) (Sub)grupo de controlo com escolarização vs (sub)grupo de controlo sem escolarização*

Em semelhança ao ponto i), divide-se o grupo de controlo em dois subgrupos: subgrupo de controlo com escolarização (constituído por três crianças) e subgrupo de controlo sem escolarização (constituído por seis crianças). Neste ponto, pretende verificar-se se existem diferenças entre os resultados obtidos por estes dois subgrupos. No **Gráfico 2** encontram-se representados os resultados dos dois subgrupos de controlo para as subtarefas de produção de AG e INST em *-dor* e de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.





**Gráfico 2** – Resultados dos subgrupos de controlo nas subtarefas de produção de AG e INST em *-dor* e pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

De um modo geral, observa-se que o subgrupo de controlo com escolarização obteve uma maior percentagem de palavras e pseudopalavras corretas, comparativamente ao subgrupo de controlo sem escolarização. Contrariamente, as respostas incorretas verificam-se em maior percentagem no subgrupo de controlo sem escolarização, quer na sub tarefa de produção de AG e INST em *-dor*, quer na sub tarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*. Porém, a discrepância de valores é mais elevada na sub tarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

Para a sub tarefa de produção de AG e INST em *-dor*, o subgrupo de controlo com escolarização apresenta uma percentagem de respostas corretas superior. Este grupo apresenta 91,7% de palavras-alvo, enquanto o subgrupo sem escolarização produziu essas palavras numa percentagem de 70,8%. As palavras possíveis são nulas no subgrupo de controlo com escolarização e aparecem numa percentagem de 5,6% no outro subgrupo. Não se observa a existência de palavras impossíveis nos dois subgrupos. Consequentemente, as não-respostas são verificadas numa percentagem superior no subgrupo de controlo sem escolaridade. Este subgrupo apresenta uma percentagem de 9,7% de respostas sem realização de RFP e de 13,9% de respostas ausentes, enquanto o subgrupo de controlo com escolarização apresenta, para essas respostas, valores de 5,6% e 2,8%, respetivamente.

Para a sub tarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, os resultados são semelhantes. Contudo, a discrepância observada entre os resultados dos dois subgrupos

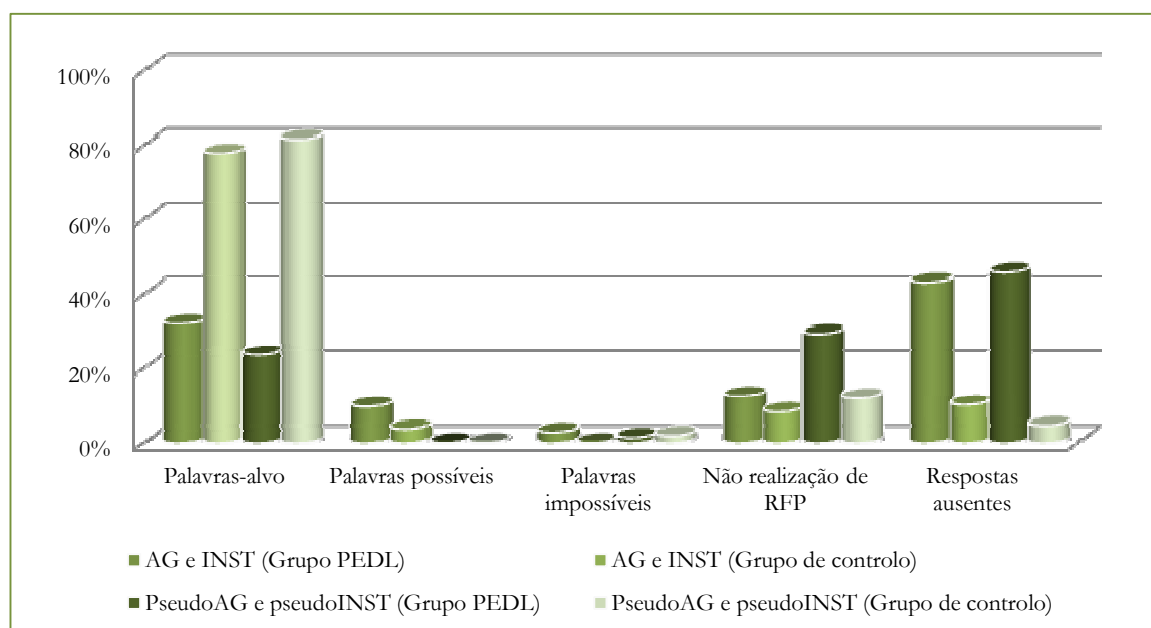
é maior do que na subtarefa descrita anteriormente. O subgrupo de controlo com escolarização demonstra uma percentagem de 100% de pseudopalavras-alvo. O subgrupo de controlo sem escolarização produziu pseudopalavras-alvo apenas em 72,2% das respostas. Valores das restantes respostas demonstradas por este subgrupo (2,8% de respostas impossíveis, 18,1% de respostas não derivadas e 6,9% de respostas ausentes) são confrontados com valores de 0% do subgrupo com escolarização.

Em suma, verificam-se diferenças entre estes dois subgrupos. O subgrupo de controlo com escolarização obteve melhores resultados que o grupo de controlo sem escolarização, nas duas subtarefas. Contudo, essas diferenças são mais significativas na subtarefa de pseudopalavras, na medida em que o subgrupo de controlo com escolarização obteve a totalidade de respostas corretas.

### *iii) AG e INST em -dor vs pseudoAG e pseudoINST em -dor*

Neste ponto, é realizada uma comparação entre as duas subtarefas de morfologia derivacional. A percentagem total da resposta obtida na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* é confrontada com a percentagem da mesma resposta obtida na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, de maneira a verificar a presença/ausência de diferenças entre os resultados obtidos.

O **Gráfico 3** permite a visualização das percentagens que cada um dos grupos (grupo PEDL e grupo de controlo) obteve para cada subtarefa.



**Gráfico 3** – Resultados obtidos pelo grupo PEDL e pelo grupo de controlo nas subtarefas de morfologia derivacional.

### **Grupo PEDL**

Pode verificar-se pela análise do **Gráfico 3** que a produção de palavras-alvo ocorreu em maior percentagem na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, comparativamente à subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*: para a primeira, as palavras-alvo verificam-se numa percentagem de 31,9%; para a segunda, essa percentagem é de 23,6%. No que diz respeito às palavras possíveis, o mesmo é verificado. De facto, é verificada a existência de palavras possíveis numa percentagem de 9,7% e a ausência de pseudopalavras possíveis.

De igual modo, a percentagem de palavras impossíveis é muito ligeiramente superior à percentagem de pseudopalavras impossíveis: o grupo PEDL produziu palavras impossíveis em 2,8%, enquanto a produção de pseudopalavras impossíveis apenas se verificou em 1,4%. Pelo contrário, a percentagem de respostas não derivadas e de respostas ausentes é superior na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*. De facto, o grupo PEDL evidencia maiores percentagens desses tipos de respostas nas pseudopalavras do que nas palavras: no que concerne às respostas sem derivação, a percentagem é de 12,5% para as palavras e de 29,2% para as pseudopalavras; relativamente às respostas ausentes, a percentagem é de 43,1% para as palavras e de 45,8% para as pseudopalavras.

Em suma, denota-se a existência de diferenças nas duas subtarefas no grupo PEDL. Este grupo apresenta maior percentagem de respostas corretas e menor percentagem de não-respostas para a subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*. Contudo, apesar de a diferença ser pouco significativa, é visível uma maior percentagem de respostas incorretas nesta subtarefa.

### **Grupo de Controlo**

Para o grupo de controlo, as conclusões são distintas. Este grupo produziu uma percentagem ligeiramente superior de pseudopalavras-alvo, comparativamente às palavras-alvo (a percentagem de 81,5% obtida para as pseudopalavras é superior, ainda que de forma não significativa, à obtida para as palavras – 77,8%). No que diz respeito a respostas possíveis, estas não são verificadas na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, pelo que a percentagem evidenciada na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* é superior (3,7%).

O contrário é evidenciado pela observação das percentagens de palavras/pseudopalavras impossíveis: estas não foram produzidas na subtarefa de produção

de AG e INST em *-dor*, mas verificam-se numa percentagem de 1,9% na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*. De igual modo, a não realização de qualquer RFP é verificada em percentagem ligeiramente maior na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*: a percentagem destas respostas obtida nesta subtarefa é de 12%, superior à obtida na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, que é de 8,3%. Contrariamente, e apesar de ambos os valores serem baixos, o grupo de controlo evidencia uma maior percentagem de respostas ausentes na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* (10,2%) do que na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor* (4,6%).

Ao analisar estes resultados à luz das respostas corretas, os resultados são curiosos: como na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* é obtida uma percentagem de 77,8% de pseudopalavras-alvo e uma percentagem de palavras possíveis de 3,7%, o total de respostas corretas é igual a 81,5%; por sua vez, na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, este grupo não produziu pseudopalavras possíveis pelo que a percentagem de respostas corretas é igual à percentagem de pseudopalavras-alvo, ou seja, de 81,5%. Ora, verifica-se que este grupo apresenta percentagens de respostas corretas iguais nas duas subtarefas.

Em suma, refere-se que não se observam diferenças nas duas subtarefas no grupo de controlo: este grupo obteve valores iguais de respostas corretas nas duas subtarefas, e valores muito baixos e similares de não-respostas.

### 1.1.2.2 Comparações intergrupos

#### i) Grupo PEDL vs Grupo de controlo

Seguidamente, apresenta-se uma comparação entre os resultados obtidos pelo grupo PEDL e pelo grupo de controlo. Como apoio a esta comparação remete-se para a visualização do **Gráfico 3**.

#### **Subtarefa de produção de AG e INST em *-dor***

Através da visualização do **Gráfico 3** observa-se que o grupo de controlo produziu as palavras-alvo numa percentagem significativamente mais elevada do que o grupo PEDL. A percentagem de produção de palavras-alvo pelo grupo de controlo aproxima-se dos 80% (77,8%) enquanto a percentagem das mesmas palavras demonstradas pelo grupo PEDL é inferior a 35% (31,9%). Contrariamente, é o grupo PEDL que demonstra maior percentagem de produção de palavras possíveis: estas palavras encontram-se numa

percentagem de 9,7% neste grupo e em apenas 3,7% no grupo de controlo. Deste modo, refere-se que a percentagem total de palavras corretas é bastante superior no grupo de controlo: neste grupo, essa percentagem é de 81,5%; no grupo PEDL é, apenas, de 41,6%.

As palavras impossíveis foram, apenas, produzidas pelo grupo PEDL, numa percentagem de 2,8%. É este grupo que apresenta, igualmente, valores percentuais de respostas sem qualquer RFP mais elevados: a percentagem obtida por este grupo é 12,5%, valor superior ao obtido pelo grupo de controlo – 8,3%. O mesmo é verificado nas percentagens de respostas ausentes: o grupo PEDL tem valores bastante mais elevados que o grupo de controlo – o primeiro grupo produziu estas respostas numa percentagem de 43,1%, enquanto no segundo grupo essa percentagem é de 10,2%.

Em suma, verificam-se diferenças significativas entre os resultados obtidos pelo grupo PEDL e pelo grupo de controlo, favorecendo o grupo de controlo. De facto, o grupo PEDL demonstra percentagens bastantes inferiores de palavras corretas e percentagens superiores de respostas desviantes e, essencialmente, de não-respostas.

#### **Subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em -dor**

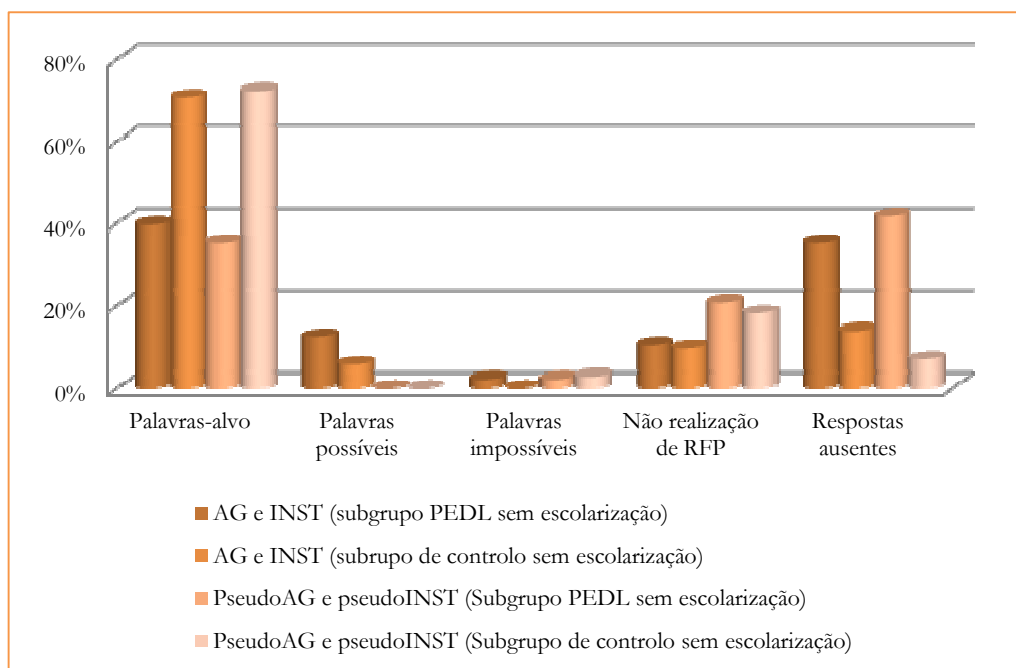
Pela análise do **Gráfico 3**, observa-se que, analogamente ao verificado para os AG e INST, o grupo de controlo se destacou de forma significativa na produção de pseudopalavras-alvo: o grupo de controlo produziu as pseudopalavras-alvo numa percentagem de 81,5%, valor bastante superior ao evidenciado pelo grupo PEDL, que é de 23,6%. Verifica-se que nenhum dos grupos produziu pseudopalavras possíveis e, portanto, a percentagem de respostas corretas é igual à percentagem de pseudopalavras-alvo, sendo, como já mencionado, bastante superior no grupo de controlo.

No que diz respeito à percentagem de respostas impossíveis, refere-se que o grupo de controlo apresenta um valor ligeiramente maior (1,9% comparativamente a 1,4%). Contudo, esta diferença não é significativa. A percentagem de respostas relativas a palavras não derivadas e de respostas ausentes é, também, maior no grupo PEDL. As respostas não derivadas aparecem numa percentagem de 29,2% neste grupo, e em apenas 12% no grupo de controlo. Já nas respostas ausentes, as diferenças são bastante mais significativas: 45,8% no grupo PEDL e 4,6% no grupo de controlo.

Em suma, observa-se a existência de diferenças entre os grupos. O grupo PEDL demonstra valores realmente inferiores de pseudopalavras corretas. Para além disso, salientam-se, neste grupo, os valores fortemente mais elevados de não-respostas.

ii) (Sub)grupo PEDL sem escolarização vs (sub)grupo de controlo sem escolarização

Neste ponto, é realizada uma comparação semelhante à realizada no ponto anterior. Contudo, a comparação é realizada à luz do fator “não escolarização”. Refere-se que o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta quatro crianças, enquanto o subgrupo de controlo sem escolarização apresenta seis crianças.



**Gráfico 4** – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL sem escolarização e pelo subgrupo de controlo sem escolarização nas subtarefas de morfologia derivacional.

De um modo geral, pela análise do **Gráfico 4** é facilmente concluído que o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta percentagens mais baixas de respostas corretas e mais altas de respostas incorretas, comparativamente ao subgrupo de controlo sem escolarização. Estas conclusões são referentes tanto à subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, como à de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

É visível que a percentagem de palavras-alvo e de pseudopalavras-alvo é superior no subgrupo de controlo sem escolarização: os valores encontram-se próximos dos 70% neste subgrupo (70,8% na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* e 72,2% na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*) e entre os 35% e os 40% no subgrupo PEDL sem escolarização (39,6% na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor* e 35,4% na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*). Relativamente às respostas possíveis, é visível o inverso. O subgrupo PEDL sem escolarização apresenta percentagens mais elevadas (12,5%) do que o subgrupo de controlo

sem escolarização (5,6%). Ambos evidenciam valores nulos destas respostas na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*.

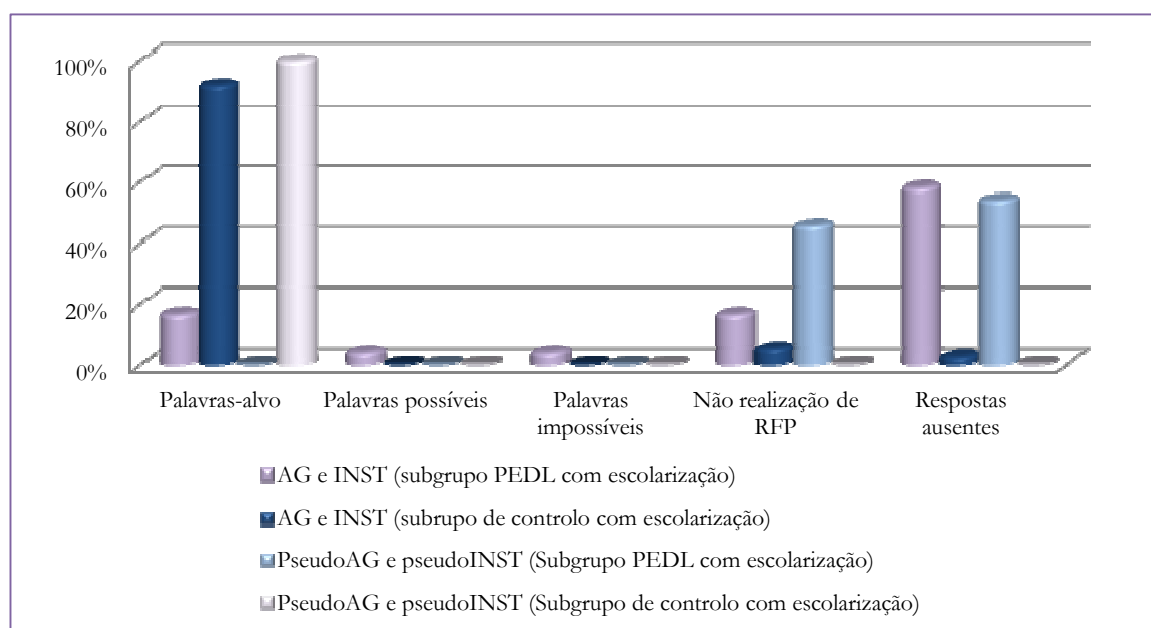
No que concerne às respostas impossíveis, verifica-se que estas são nulas no subgrupo de controlo sem escolarização e ocorrem numa percentagem de 2,1% no subgrupo PEDL sem escolarização, na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*. Na outra subtarefa, os resultados são inversos: o subgrupo de controlo sem escolarização apresenta valores percentuais ligeiramente superiores, comparativamente ao subgrupo PEDL sem escolarização. Estes valores são, respetivamente, 2,8% e 2,1%.

As respostas sem RFP e a respostas ausentes são, também, verificadas em maior número no subgrupo PEDL sem escolarização. Referindo a subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, este subgrupo obteve, nas respostas referidas, percentagens de 10,4% e 35,4%. Na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, os valores são, respetivamente, 20,8% e 41,7%. Como referido, os valores do subgrupo de controlo sem escolarização são inferiores: as respostas relativas a produções sem qualquer RFP verificam-se numa percentagem de 9,7% na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, e de 18,1% na subtarefa de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*; as respostas ausentes verificam-se numa percentagem de 13,9% na primeira subtarefa, e de 6,9% na segunda.

Em suma, refere-se que se verificam diferenças entre os subgrupos nas duas subtarefas. Os resultados do subgrupo PEDL sem escolarização são piores, comparativamente ao subgrupo com desenvolvimento linguístico normal, com o mesmo grau de escolarização.

### *iii) (Sub)grupo PEDL com escolarização vs (sub)grupo de controlo com escolarização*

Neste ponto, é realizada uma comparação semelhante às realizadas nos pontos anteriores. Contudo, a comparação é realizada à luz do fator “com escolarização”. Salienta-se que os subgrupos com escolarização apresentam um número muito pequeno de elementos (duas crianças no subgrupo PEDL e três crianças no subgrupo de controlo).



**Gráfico 5** - Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo de controlo com escolarização nas subtarefas de morfologia derivacional.

Através da visualização do **Gráfico 5** conclui-se que, ao comparar os resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização com os obtidos pelo subgrupo de controlo com escolarização, os resultados são similares aos descritos acima. De facto, o subgrupo de controlo com escolarização apresenta valores mais elevados de respostas corretas e valores inferiores de respostas incorretas. Já o subgrupo PEDL com escolarização apresenta, contrariamente, valores inferiores de respostas corretas e valores superiores de respostas incorretas. Contudo, a discrepância dos valores percentuais é muito mais significativa do que na comparação entre os subgrupos sem escolarização.

Observa-se que o subgrupo de controlo com escolarização produziu, em 91,7%, as palavras-alvo na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, sendo que essas respostas atingem os 100% na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*. Consequentemente, os valores das outras respostas são mais elevados no subgrupo PEDL com escolarização do que neste subgrupo: uma vez que apresenta valores próximos dos 90% de palavras-alvo na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, o subgrupo de controlo com escolarização apresenta, para as respostas possíveis, impossíveis, sem derivação e respostas ausentes, valores muito baixos (a percentagem de respostas possíveis e de respostas impossíveis é 0%, de respostas não derivadas é 5,6% e de respostas ausentes é 2,8%). Na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, por ter evidenciado 100% de respostas relativas a palavras-alvo, os valores das outras possibilidades de resposta são nulos no subgrupo de controlo com escolarização.



Estes resultados são muito discrepantes com os obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização: este subgrupo produziu palavras-alvo apenas em 16,7% na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*, e obteve valores nulos de pseudopalavras-alvo. As palavras possíveis verificam-se numa percentagem de 4,2%, e as pseudopalavras possíveis numa percentagem de 0%. Deste modo, a percentagem de respostas incorretas e não-respostas é muito superior: comparativamente ao subgrupo de controlo com escolarização, o subgrupo PEDL com escolarização evidencia valores mais elevados de respostas impossíveis, não derivadas e não-respostas na subtarefa de produção de AG e INST em *-dor*; estes valores são, respetivamente, 4,2%, 16,7% e 58,3%. Na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, as respostas não derivadas e as respostas ausentes são dominantes: 45,8% e 54,2%, respetivamente.

Em suma, refere-se que existem diferenças muito significativas entre os dois subgrupos nas duas subtarefas. De facto, de um modo geral, o subgrupo de controlo com escolarização obteve, praticamente, a percentagem total de respostas-alvo; contrariamente, o subgrupo PEDL com escolarização obteve valores muito baixos de palavras corretas, chegando a atingir percentagens próximas de 0% dessas respostas na subtarefa de pseudopalavras. Neste subgrupo, dominam as não-respostas.

### 1.1.3 Análise global

Conclui-se que existem diferenças entre os dois grupos, que favorecem o grupo de controlo. Este grupo obteve uma maior percentagem de palavras corretas que o grupo PEDL, tanto na subtarefa referente a palavras, como na subtarefa referente a pseudopalavras: na subtarefa de palavras, o grupo de controlo apresenta 81,5% de palavras corretas, enquanto o grupo PEDL apresenta 41,6%; na subtarefa de pseudopalavras, os valores são, respetivamente, 81,5% e 23,6%. De salientar que, de um modo geral, as respostas possíveis e impossíveis se verificam em baixa percentagem nos dois grupos. Contudo, as percentagens de não-respostas são em valor bastante elevado para o grupo PEDL: essencialmente as percentagens de respostas ausentes são muito elevadas neste grupo (na subtarefa de palavras verifica-se um valor de 43,1% e na subtarefa de pseudopalavras esse valor é 45,8%), não se verificando o mesmo para o grupo de controlo.

Estas diferenças são, igualmente, visíveis quando há um cruzamento à luz do fator “escolarização”. Contudo, as diferenças são mais significativas entre os subgrupos com escolarização: as diferenças entre os resultados das crianças com PEDL com escolarização

e os resultados das crianças do grupo de controlo com escolarização são muito mais evidentes do que as diferenças encontradas entre as crianças com PEDL sem escolarização e as crianças do grupo de controlo sem escolarização. De facto, mesmo ao comparar os resultados das crianças com PEDL sem escolarização com os resultados das crianças com PEDL com escolarização, refere-se que, ao contrário do que seria de esperar, estas últimas demonstram percentagens mais baixas de respostas corretas.

No que diz respeito às diferenças entre as subtarefas, para o grupo de controlo são inexistentes. Contudo, o grupo PEDL evidencia melhores resultados na subtarefa relativa a palavras.

## **1.2 Resultados obtidos nas subtarefas de morfologia flexional**

Considera-se importante relembrar que as subtarefas relativas à morfologia flexional (subtarefa de realização da flexão em número de nomes e subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes) apresentam três possibilidades de resposta:

- (1) Palavras/pseudopalavras-alvo;
- (2) Palavras/pseudopalavras sem realização da flexão em número (apresentando-se na forma [-plu]);
- (3) Respostas ausentes.

É de salientar que as respostas (1) correspondem às respostas corretas, indicativas de conhecimento deste processo flexional. As respostas (2) constituem as respostas incorretas e as respostas (3) são consideradas não-respostas.

### **1.2.1 Análise de frequências (*análise qualitativa e quantitativa dos resultados*)**

#### *i) Análise dos resultados obtidos na subtarefa de realização da flexão em número de nomes*

Na **Tabela 5** estão representadas as frequências (e respetivas percentagens) de cada resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de nomes.

	Casas				Peras				Panelas				Abelhas			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100
Não realização do plural	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Respostas ausentes	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Lobos				Nabos				Pássaros				Morangos			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100
Não realização do plural	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Respostas ausentes	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Pentes				Tartes				Presentes				Raquetes			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	N	%	n	%
Palavras-alvo	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100
Não realização do plural	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Respostas ausentes	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 5** – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de nomes.

Pela análise da tabela, observa-se que a amostra obteve a totalidade de respostas relativas às palavras-alvo, não existindo assimetrias entre o grupo PEDL e o grupo de controlo. Para além disso, não se verificam diferenças entre os itens dissilábicos e trissilábicos, bem como não existem diferenças entre os nomes com os diferentes índices temáticos.

ii) *Análise dos resultados obtidos na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes*

Na **Tabela 6** estão representadas as frequências (e respetivas percentagens) de cada resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

	Nedas				Timas				Zamofas				Fampocas			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	N	%	n	%	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
Pseudopalavras-alvo	6	100	9	100	5	83,3	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100
Não realização do plural	0	-	0	-	1	16,7	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não respostas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Guipos				Folos				Jigotos				Conitos			
	PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo		PEDL		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
Pseudopalavras-alvo	5	83,3	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	8	88,9
Não realização do plural	1	16,7	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	11,1
Não respostas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

	Mades				Ranes				Bandetes				Sagofes			
	Teste		Controlo		Teste		Controlo		Teste		Controlo		Teste		Controlo	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
Pseudopalavras-alvo	4	66,7	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100
Não realização do plural	2	33,3	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Não respostas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100	6	100	9	100

**Tabela 6** - Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

Através da análise da tabela, observa-se que as pseudopalavras-alvo foram produzidas em maior número pelo grupo de controlo. Apenas uma criança deste grupo não realizou a flexão em número do pseudonome *conitos*, produzindo este pseudonome na sua forma [-plu]. Contudo, verificam-se, também, valores elevados de pseudopalavras-alvo no

grupo PEDL e não são evidenciadas não-respostas. Curiosamente, observa-se que as 4 respostas incorretas do grupo PEDL, materializadas pela produção dos pseudonomes nas suas formas [-plu], se verificam em pseudonomes dissilábicos com os diferentes índices temáticos, e são, apenas, produzidas por duas crianças (Anexo VI).

### 1.2.2 Análise quantitativa dos resultados

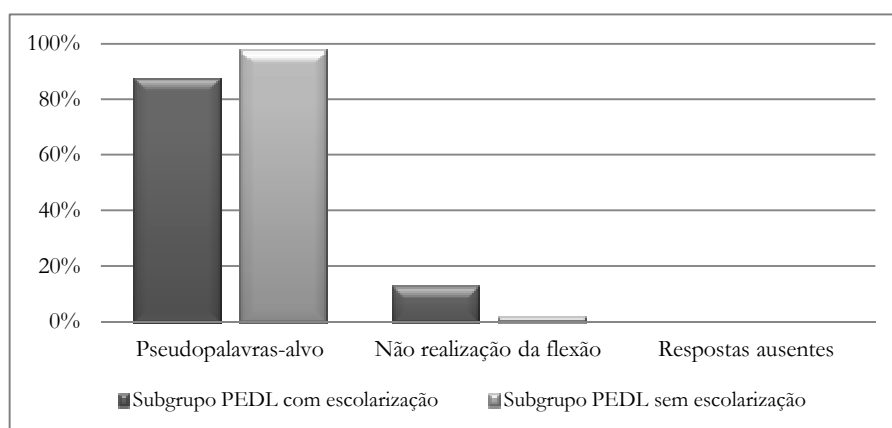
Como já mencionado, a análise quantitativa dos resultados é realizada através das percentagens totais obtidas para cada resposta. São realizadas as seguintes comparações intragrupos: a) comparação entre as crianças com escolarização e as crianças sem escolarização do grupo PEDL; b) comparação entre os resultados obtidos na subtarefa de realização da flexão em número de nomes e os obtidos na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes. Salienta-se que o grupo de controlo obteve valores muito homogéneos e, portanto, não é realizada uma comparação detalhada entre crianças com e sem escolarização intra-grupo de controlo, na medida em que é evidente que não há diferenças entre essas crianças. Por sua vez, são realizadas as seguintes comparações intergrupos: a) comparação entre os resultados obtidos pelos dois grupos nas duas subtarefas; b) comparação entre os resultados obtidos pelos dois subgrupos com escolarização e entre os obtidos pelos dois subgrupos sem escolarização.

#### 1.2.2.1 Comparações intragrupos

##### *i) (Sub)grupo PEDL com escolarização vs (sub)grupo PEDL sem escolarização*

Apenas é realizada uma comparação detalhada intragrupos para a subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes. De facto, na subtarefa de realização da flexão em número de nomes, o grupo PEDL demonstra, na sua totalidade, respostas corretas, pelo que não são visíveis diferenças entre os subgrupos. Como já referido, o subgrupo PEDL com escolarização apresenta um número muito diminuto de elementos (dois).

No **Gráfico 6** encontram-se representados os resultados dos dois subgrupos PEDL obtidos na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.



**Gráfico 6** – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo PEDL sem escolarização na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

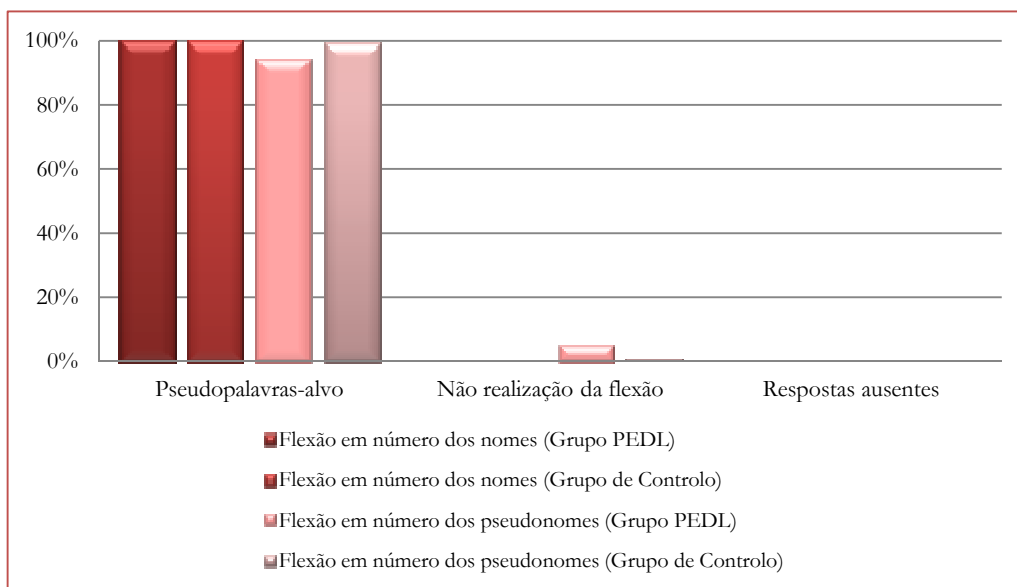
Pela análise do **Gráfico 6**, é facilmente concluído que o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta maior percentagem de pseudopalavras-alvo e menor percentagem de respostas sem realização da flexão em número. A percentagem de não-respostas é igual para estes subgrupos (0%). Ora, o subgrupo PEDL sem escolarização apresenta 97,9% de pseudopalavras-alvo, enquanto o subgrupo PEDL com escolarização apresenta 87,5%. Por conseguinte, refere-se que o subgrupo PEDL sem escolarização evidencia, apenas, 2,1% de respostas sem realização da flexão em número (o que equivale, em frequência, a 1 resposta). Já no subgrupo de PEDL com escolarização, a percentagem destas respostas é mais elevada – 12,5% (esta percentagem equivale a 3 respostas erradas produzidas por apenas uma criança, o D.G. (Anexo VI)).

Em suma, refere-se que não existem diferenças entre os dois subgrupos PEDL na subtarefa de palavras. No entanto, verificam-se diferenças ligeiras entre os dois subgrupos na subtarefa de pseudopalavras, favorecendo o subgrupo sem escolarização.

## ii) *Flexão em número dos nomes vs flexão em número dos pseudonomes*

Neste ponto, é realizada uma comparação entre as duas subtarefas de morfologia flexional. A percentagem total de cada tipo de resposta obtida na subtarefa de realização da flexão em número de nomes é confrontada com a percentagem da mesma resposta obtida na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

O **Gráfico 7** permite a visualização das percentagens de cada resposta que cada um dos grupos (grupo PEDL e grupo de controlo) obteve em cada subtarefa.



**Gráfico 7-** Resultados obtidos pelo grupo PEDL e pelo grupo de controlo nas subtarefas de realização da flexão em número de nomes e pseudonomes.

### **Grupo PEDL**

Verificam-se ligeiras diferenças nos resultados obtidos pelo grupo PEDL nas subtarefas de flexão em número de nomes e pseudonomes. Observa-se uma percentagem mais elevada de palavras-alvo do que de pseudopalavras-alvo. De facto, a flexão em número dos nomes é realizada numa percentagem de 100% neste grupo. A flexão em número dos pseudonomes verifica-se em 94,4% das respostas, sendo que a produção dos pseudonomes na sua forma [-plu] se verifica numa percentagem de 5,6%.

Em suma, refere-se que se verificam ligeiras diferenças entre os resultados obtidos nas duas subtarefas. Contudo, são pouco significativas.

### **Grupo de controlo**

Pela análise do **Gráfico 7**, observa-se que o grupo de controlo não demonstra diferenças significativas nas subtarefas de realização do plural de nomes e de pseudonomes. Na subtarefa de flexão em número de nomes, o grupo de controlo obteve 100% de palavras-alvo, e na subtarefa de flexão em número de pseudonomes essa percentagem é 99,1%. Na subtarefa de flexão em número de pseudonomes verifica-se, por isso, uma percentagem de 0,9% de respostas onde foi produzido o pseudonome na forma [-plu]. Esta percentagem diz respeito, em frequência, a apenas 1 resposta. Isto significa que o grupo de controlo obteve a totalidade de respostas corretas na subtarefa de realização da flexão em número de nomes e apenas 1 resposta errada na subtarefa de flexão em número de pseudonomes, pelo que as diferenças obtidas nas duas subtarefas não são significativas.

Em suma, pode afirmar-se que não existem diferenças entre as duas subtarefas no grupo de controlo.

### 1.2.2.2 Comparações intergrupos

#### *i) Grupo PEDL vs Grupo de controlo*

No que concerne à subtarefa de realização da flexão em número de nomes, os dois grupos obtiveram valores iguais – 100% de palavras-alvo – pelo que não se verificam diferenças intergrupos.

Dissemelhanças são encontradas, porém, na subtarefa de realização de flexão em número de pseudonomes. Como auxílio à descrição destas dissemelhanças, remete-se para a visualização do **Gráfico 7**.

Nesta subtarefa, o grupo de controlo obteve uma maior percentagem de pseudopalavras-alvo do que o grupo PEDL: o primeiro grupo apresenta 99,1% de pseudopalavras-alvo, enquanto o grupo PEDL apresenta 94,4%. Por conseguinte, o grupo PEDL apresenta maior número de respostas incorretas: a produção dos pseudonomes na sua forma [-plu] verifica-se numa percentagem de 5,6% no grupo PEDL e de 0,9% no grupo de controlo (a percentagem de 0,9% apresentada pelo grupo de controlo equivale, em frequência, a 1 resposta). Não são verificadas não-respostas.

Em suma, apesar de não haver diferenças entre os dois grupos na subtarefa de realização da flexão em número de nomes, são verificadas diferenças, ainda que quase insignificantes, na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes: o grupo de controlo obteve uma maior percentagem de respostas corretas.

#### *ii) (Sub)grupo PEDL sem escolarização vs (sub)grupo de controlo sem escolarização*

Por os resultados dos grupos serem homogéneos na subtarefa de realização da flexão em número de nomes (todos os elementos produziram 100% de palavras-alvo), conclui-se facilmente que, nesta subtarefa, não há diferenças entre os dois subgrupos referidos. Assim, são, apenas, descritas em pormenor as diferenças obtidas entre estes dois subgrupos na subtarefa de flexão em número de pseudonomes.

O **Gráfico 8** seguinte representa as diferenças obtidas pelo subgrupo PEDL sem escolarização e pelo subgrupo de controlo sem escolarização.





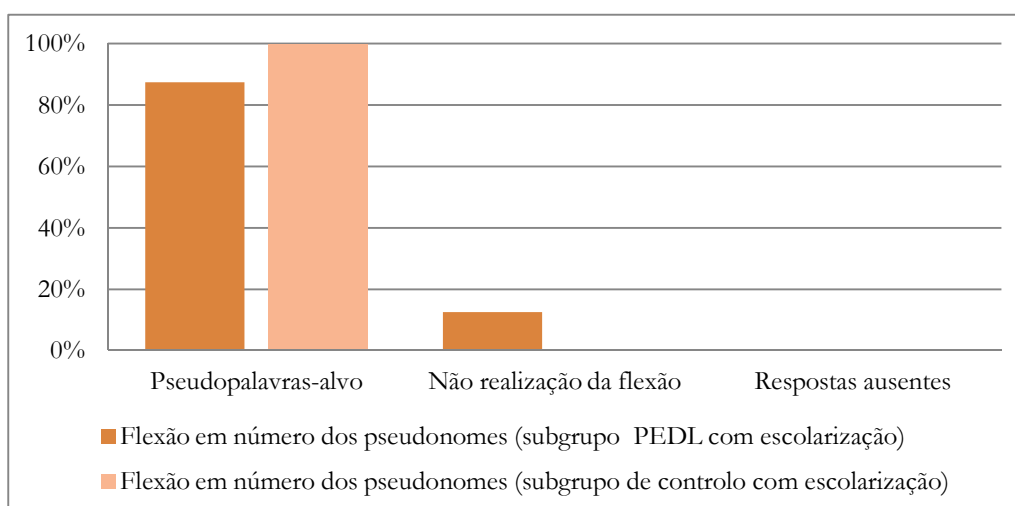
**Gráfico 8** – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL sem escolarização e pelo subgrupo de controlo sem escolarização na sub tarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

Pela análise do **Gráfico 8**, observa-se que o subgrupo de controlo sem escolarização obteve percentagens ligeiramente mais elevadas de pseudopalavras-alvo comparativamente com o subgrupo PEDL sem escolarização. As pseudopalavras-alvo são produzidas numa percentagem de 97,9% no subgrupo PEDL e de 98,6% no subgrupo de controlo. As diferenças não são, portanto, significativas. Refere-se que o subgrupo PEDL sem escolarização não realizou a flexão em número de pseudonomes em 2,1%, sendo a percentagem dessas respostas de 1,4% para o subgrupo de controlo. Porém, através de uma análise de frequências, pode revelar-se a insignificância destas disparidades: estes resultados percentuais correspondem, igualmente, a um valor de frequência igual a 1 para cada um dos grupos, ou seja, cada grupo produziu apenas 1 resposta incorreta na flexão em número de pseudonomes.

Em suma, conclui-se que não se verificam diferenças entre os dois subgrupos sem escolaridade nas duas sub tarefas.

### *iii) (Sub)grupo PEDL com escolarização vs (sub)grupo de controlo com escolarização*

O **Gráfico 9** representa os resultados percentuais obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo de controlo com escolarização na sub tarefa de realização da flexão em número de pseudonomes, e permite uma melhor descrição dessas diferenças. Salienta-se, novamente, que o número de elementos dos subgrupos com escolarização é diminuto (o subgrupo PEDL com escolarização apresenta duas crianças e o subgrupo de controlo com escolarização apresenta três crianças).



**Gráfico 9** - Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo de controlo com escolarização na sub tarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.

Observa-se que o subgrupo de controlo com escolarização obteve melhores resultados que o subgrupo PEDL com escolarização. De facto, observa-se que o subgrupo de controlo obteve uma percentagem de 100% de pseudopalavras-alvo e, por conseguinte, 0% de respostas erradas. Por sua vez, o subgrupo PEDL com escolarização apresenta uma percentagem de 87,5% de pseudopalavras-alvo e de 12,5% de pseudopalavras na sua forma [-plu]. Salienta-se que, como visível no anexo VI, das duas crianças com escolarização, foi apenas a criança D.G. que produziu os nomes na sua forma [-plu].

Em suma, pelos motivos acima descritos, conclui-se que não há diferenças entre estes dois subgrupos na sub tarefa de realização da flexão em número de nomes. Porém, essas diferenças são visíveis na sub tarefa de realização da flexão em número de pseudonomes, valorizando o subgrupo de controlo com escolarização.

### 1.2.3 Análise global

Para a sub tarefa de realização da flexão em número de nomes não se verificam diferenças entre o grupo PEDL e o grupo de controlo: ambos evidenciam uma totalidade de palavras corretas. Não obstante, na sub tarefa de pseudopalavras, há diferenças muito ligeiras entre os dois grupos, que favorecem o grupo de controlo.

Porém, numa análise mais específica, comparando os grupos tendo em conta a sua escolarização, são reveladas maiores diferenças: o subgrupo PEDL com escolarização evidencia piores resultados que o subgrupo de controlo com escolarização, apesar de não se ter verificado diferenças entre os dois subgrupos sem escolarização. Ainda, ao comparar

os dois subgrupos PEDL, as crianças sem escolarização obtiveram resultados positivos superiores. Salienta-se que o grupo de controlo obteve valores muito homogêneos e, portanto, não há diferenças entre os dois subgrupos de controlo.

No que diz respeito à comparação entre as duas subtarefas, o grupo de controlo evidencia a totalidade de respostas corretas na sub tarefa de palavras, e apenas 1 resposta incorreta na sub tarefa de pseudopalavras, pelo que se considera não haver diferenças entre as subtarefas neste grupo. Já o grupo PEDL evidencia diferenças, ainda que pouco significativas, favorecendo a sub tarefa de realização da flexão em número de nomes.

### 1.3 Resultados da derivação vs Resultados da flexão

O teste construído no âmbito deste trabalho apresenta o mesmo número de itens de morfologia derivacional e flexional. Isto permite a realização de uma comparação entre as performances evidenciadas pelos grupos nestes dois tipos de morfologia. No entanto, para tal é necessário considerar apenas as três hipóteses gerais de respostas: as corretas, indicativas de conhecimento destes tipos de morfologia (nas subtarefas de morfologia derivacional são as pseudo/palavras-alvo e as pseudo/palavras possíveis, e nas subtarefas de morfologia flexional são, apenas, as pseudo/palavras-alvo); as incorretas, que se apresentam como desviantes (pseudopalavras/palavras impossíveis na morfologia derivacional, e pseudonomes/nomes [-plu] na morfologia flexional); e as não-respostas (respostas sem RFP e respostas ausentes na morfologia derivacional, e, apenas, respostas ausentes na morfologia flexional).

A **Tabela 7** apresenta os resultados gerais obtidos pelo grupo PEDL.

	Subteste 1 – Teste de Palavras		Subteste 2 – Teste de Pseudopalavras	
	Sub tarefa de morfologia derivacional	Sub tarefa de morfologia flexional	Sub tarefa de morfologia derivacional	Sub tarefa de morfologia flexional
Respostas corretas	41,6%	100%	23,6%	94,4%
Respostas incorretas	2,8%	0%	1,4%	5,6%
Não-respostas	55,6%	0%	75%	0%

**Tabela 7** - Resultados gerais obtidos pelo grupo PEDL.

Pela análise da **Tabela 7** observa-se uma maior percentagem de resultados corretos nas subtarefas de morfologia flexional comparativamente às subtarefas de morfologia derivacional. Pode salientar-se, ainda, que a discrepância de resultados é muito acentuada.

Com efeito, na subtarefa de palavras de morfologia derivacional (que diz respeito à produção dos AG e INST em *-dor*), os resultados são muito inferiores aos evidenciados na subtarefa de palavras de morfologia flexional (que diz respeito à realização da flexão em número de nomes): obteve-se um valor de 100% de respostas corretas para a subtarefa de morfologia flexional, e um valor de 41,6% para a subtarefa de morfologia derivacional, evidenciando uma dissemelhança elevada. Apesar de a percentagem de respostas incorretas ser bastante baixa na subtarefa de morfologia derivacional, é de considerar a percentagem elevada de não-respostas.

Relativamente ao teste de pseudopalavras (subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, no caso da derivação, e subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes, no caso da flexão), a discrepância entre os resultados também é elevada. É de referir, até, que a discrepância entre os resultados manifestada no subteste de pseudopalavras apresenta uma margem superior à verificada no subteste de palavras. Ora, para a subtarefa de morfologia derivacional obteve-se uma percentagem de 23,6% de respostas corretas, valor muito inferior ao obtido na morfologia flexional, que é de 94,4%. Salienta-se, apesar de a percentagem de respostas incorretas ser superior na subtarefa de morfologia flexional, o valor elevado de não-respostas na subtarefa de morfologia derivacional.

Em suma, conclui-se que o grupo PEDL apresenta melhores resultados nas subtarefas de morfologia flexional do que nas subtarefas de morfologia derivacional.

Para efeitos de comparação, a **Tabela 8** expõe os resultados do grupo de controlo.

	Subteste 1 – Teste de Palavras		Subteste 2 – Teste de Pseudopalavras	
	Subtarefa de morfologia derivacional	Subtarefa de morfologia flexional	Subtarefa de morfologia derivacional	Subtarefa de morfologia flexional
Respostas corretas	81,5%	100%	81,5%	99,1%
Respostas incorretas	0%	0%	1,9%	0,9%
Não-respostas	18,5%	0%	16,6%	0%

**Tabela 8** – Resultados gerais obtidos pelo grupo de controlo.

Pela análise da **Tabela 8** verifica-se que o grupo de controlo apresenta, igualmente, resultados positivos superiores nas subtarefas de morfologia flexional: apresenta 100% de respostas corretas na subtarefa de realização da flexão em número de nomes e 99,1% de respostas corretas na subtarefa de realização da flexão em número de pseudónomes. Contudo, este grupo evidencia, também, valores de respostas corretas muito altos nas subtarefas de morfologia derivacional: apresenta 81,5% de respostas corretas nas duas subtarefas.

Em suma, conclui-se que o grupo de controlo apresenta melhores resultados nas subtarefas de morfologia flexional. Contudo, os resultados obtidos nas subtarefas de morfologia derivacional são, também, muito positivos.

## **2. Discussão dos resultados**

Relembra-se quais são as questões orientadoras desta dissertação:

- i. Será que as crianças com PEDL apresentam dificuldades na realização da flexão em número?
- ii. Será que as crianças com PEDL apresentam défices ao nível dos processos de formação de palavras por afixação?
- iii. Corroborarão os dados obtidos a hipótese da organização modular da morfologia no léxico mental?

### **2.1 Discussão qualitativa**

Começa por discutir-se algumas **questões qualitativas** relativas à morfologia derivacional. Verificou-se que alguns AG e INST foram produzidos em maior frequência que outros, sendo que os AG e INST com maior frequência de palavras-alvo foram os mesmos no grupo PEDL e no grupo de controlo. Semelhantemente, os AG e INST com menor frequência de palavras-alvo foram os mesmos nos dois grupos. Estas discrepâncias e as simetrias obtidas nos dois grupos nesta questão remetem para o efeito da produtividade. De facto, tal como Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003) prediz, a produção de palavras derivadas apresentou efeitos da produtividade: verificou-se, essencialmente para os AG, que os mais produzidos apresentam, de acordo com o Corpus de Referência do Português

Contemporâneo, maior frequência de uso do que os que foram produzidos em menor frequência (os mais produzidos apresentam frequências de ocorrência de 317-1000, enquanto o menos produzido se encontra numa frequência de ocorrência de 11-31); ou seja, de um modo geral, a amostra produziu em maior frequência os AG que apresentam maior produtividade, em detrimento daqueles que são menos produtivos.

Outra questão que importa discutir diz respeito às palavras possíveis observadas nos dois grupos, especialmente na produção de AG. A existência de palavras que correspondem a AG em *-dor*, mas que não são formadas pelo Vb pretendido, como *limpador*, pode ser analisada de duas maneiras. Por um lado, estas palavras podem ser analisadas, hipoteticamente, com base numa refuta ao defendido por Clark (1982), que aceita que as crianças produzem palavras com base em regras, em vez de acederem a itens memorizados ou a analogias. De facto, ao não demonstrarem no seu léxico mental a palavra-alvo (que, neste exemplo, seria *varredor*) as crianças, ao invés de realizarem a RFP AG com base nos estímulos, acederam a itens armazenados que se relacionam com o estímulo-alvo. Por outro lado, a hipótese alternativa apresenta-se a favor da premissa de Clark (1982): as crianças podem estar a realizar regras com base num verbo que, apesar de não se encontrar no estímulo oral (ou primeiro estímulo, que seria, neste exemplo, *varrer*), é evocado pelo estímulo visual (estímulo-alvo).

Ainda, a existência de palavras possíveis mas não existentes apresenta-se, também, como corroboração do que é defendido por Clark (1982). As crianças não apresentam itens armazenados relativos a *corredeiro* e *varredeiro*, por exemplo, uma vez que estas palavras não se encontram lexicalizadas; por conseguinte, como do ponto de vista morfológico, estas palavras são corretas (pois há formação de um AG deverbal através da junção de um sufixo que seleciona o Vb) verifica-se a realização de uma regra e não acesso à memória. A escolha de um sufixo diferente do sufixo *-dor* podia ser justificada com base na proposta de Basílio (1980) *apud* Cunha (2009): quando há concorrência entre sufixos na realização de uma regra, sempre que os sufixos altamente produtivos estão disponíveis, não se verifica o uso daqueles que aparecem num número mais restrito de itens lexicais. Contudo, segundo Renca (2005), no dicionário da língua portuguesa estão listados 2226 produtos em *-dor* e, apenas, 56 em *-deiro*, o que contraria esta justificação. Porém, pode colocar-se a hipótese de, no *input* a que estas crianças estão sujeitas, o sufixo *-deiro* ser mais frequente; assim, apresentando-se os sufixos *-dor* e *-deiro* como possíveis na RFP AG, não se verifica o uso do menos frequente no seu léxico.

## 2.2. Discussão quantitativa

A discussão seguinte, relativa a **questões quantitativas**, pretende refutar ou corroborar a hipótese bidirecional que preside a este trabalho: há diferenças significativas entre os erros de flexão nominal em número e os erros de derivação de AG e INST em *-dor* nas crianças com PEDL e, portanto, morfologia flexional e morfologia derivacional apresentam representação lexical distinta – estas crianças produzem erros na flexão, mas não na produção de palavras derivadas; ou, contrariamente, apresentam dificuldades na produção de palavras derivadas, não manifestando erros na flexão.

Para tal, pretende dar-se resposta às questões orientadoras do trabalho, com base nos fundamentos teóricos.

### **(1) Será que as crianças com PEDL apresentam dificuldades nos processos de formação de palavras por afixação?**

Começa por referir-se que, segundo Marshall & Van Der Lely (2007), as crianças com PEDL não demonstram dificuldades ao nível da morfologia derivacional. Neste trabalho, a ausência de dificuldades de derivação é atestada com a ausência de diferenças entre o grupo PEDL e o grupo de controlo. No entanto, os resultados obtidos não parecem ir de encontro aos observados nos estudos de Marshall & Van Der Lely (2007).

Os resultados obtidos apontam para uma discrepância nos valores percentuais de palavras corretas que favorece o grupo de controlo (81,5% *vs* 41,6%). O facto de o grupo PEDL ter revelado um valor percentual de palavras-alvo bastante menor que o grupo de controlo indica que o primeiro apresenta maiores dificuldades na RFP AG. De referir, ainda, que, apesar de os valores de respostas verdadeiramente desviantes não se terem revelado muito significativos (2,8%), os valores elevados de não-respostas obtidos pelo grupo PEDL, essencialmente respostas ausentes (43,1%), contrariamente aos valores baixos destas respostas no grupo de controlo, podem também ser analisados como indicativos de dificuldade a este nível: o valor elevado destas respostas pode indicar que as crianças com PEDL não demonstram conhecimento do processo em questão e, portanto, perante a eliciação, não sabem que resposta dar. Na subtarefa de produção de pseudoAG e pseudoINST em *-dor*, o resultado da comparação foi similar; porém, a discrepância entre os desempenhos do grupo PEDL e os do grupo de controlo foi muito mais significativa.

A maior discrepância evidenciada nas subtarefas de pseudopalavras (e, por isso, a evidência de maiores dificuldades nas subtarefas que correspondem a palavras novas) poderia sugerir que o grupo PEDL, manifestando dificuldades na extensão da regra a

palavras novas, não recorreu, na realidade, a uma regra, mas que os processos de sufixação bem sucedidos são o resultado da recuperação de uma forma armazenada no léxico. Contudo, tendo em conta as evidências já analisadas para as palavras possíveis não existentes, bem como a presença de percentagens de palavras-alvo e de pseudopalavras-alvo igualmente baixas e com diferenças tão diminutas, e as elevadas percentagens de respostas ausentes, não se considera que tal discrepância seja uma refuta para a premissa de Clark (1982). Considera-se, sim, que a RFP AG está afetada em, pelo menos, algumas crianças do grupo PEDL.

Independentemente, as afirmações de Clark (1982) são corroboradas pelo grupo de controlo: apresentando valores percentuais elevados de palavras-alvo e pseudopalavras-alvo, com ligeiro valor superior para as pseudopalavras-alvo, o grupo de controlo evidencia um conhecimento que lhes permite estender a RFP AG a palavras novas, o que indica que a produção de palavras-alvo e pseudopalavras-alvo não é realizada por analogia ou por acesso à memória, mas sim pelo conhecimento da própria RFP.

Contudo, isto não invalida que, por vezes, as crianças produzam uma palavra derivada por acesso à memória, independentemente de apresentarem, ou não, conhecimento morfológico. Aliás, estes comportamentos são justificados por Cunha (2000): quando um item lexical é muito frequente, o seu nível de ativação é de tal maneira elevado que o seu reconhecimento é imediato. Ora, considera-se, hipoteticamente, que este reconhecimento imediato ocorreu nas produções da palavra *artista*, por parte da criança D.G.: como se pode verificar no Anexo VI esta criança não produziu nenhuma resposta correta (seja palavras-alvo ou palavras possíveis), o que é indicativo das suas dificuldades de morfologia derivacional; porém, produziu, várias vezes, a palavra *artista*. É por este motivo que se considera que esta palavra compõe, com bastante frequência, o léxico passivo e ativo da criança, e foi produzida, não por realização de regras, mas sim através da recuperação do item que se encontra armazenado na memória.

Outra questão a analisar diz respeito às diferenças intragrupos tendo em conta o fator “escolarização”. Salienta-se que o grupo PEDL demonstrou resultados contrários aos esperados tendo em conta o desenvolvimento morfológico típico. De facto, como o grupo de controlo permitiu averiguar, é de esperar que crianças sem escolarização, sendo mais novas que crianças com escolarização, apresentem piores resultados. Como referido na literatura descrita na secção 2 do capítulo II, as crianças vivenciam um processo crescente de aquisição e consolidação da morfologia derivacional dos quatro aos sete anos e, por isso, crianças com idades entre os quatro e os seis (como o subgrupo de controlo sem



escolarização) demonstram um conhecimento menos rico que crianças entre os sete e os oito (como o subgrupo de controlo com escolarização). Os resultados discordantes obtidos pelo grupo PEDL podem ser justificados, hipoteticamente, pelo facto de o subgrupo PEDL com escolarização (essencialmente a criança D.G.) apresentar um maior grau de comprometimento da componente derivacional comparativamente ao subgrupo PEDL sem escolarização. Considerando esta hipótese, realça-se que estes resultados foram, pois, influenciados por um elemento que revelou maus resultados num grupo muito pequeno, constituído, apenas, por duas crianças.

Esta hipótese surge, também, como explicativa de as diferenças entre o subgrupo PEDL com escolarização e o subgrupo de controlo com escolarização serem muito superiores às diferenças entre o subgrupo PEDL sem escolarização e o subgrupo de controlo sem escolarização: apesar de ambos os subgrupos com PEDL evidenciarem maiores dificuldades que os seus pares sem PEDL, essas dificuldades são mais acentuadas nas crianças mais velhas.

A título de conclusão, salienta-se que os resultados obtidos nas subtarefas de morfologia derivacional parecem demonstrar que as crianças com PEDL estudadas apresentam dificuldades nesta regra de derivação. Por este motivo, conclui-se, de acordo com o estudo desta dissertação, e contrariamente ao defendido por Marshall & Van Der Lely (2007), que a morfologia derivacional constitui uma área que pode estar afetada nas crianças com PEDL. De salientar que as dificuldades observadas em nada se relacionam com complexidades fonológicas ou morfológicas, na medida em que se teve em consideração a ausência dessas complexidades no momento de construção do teste. Para além disso, verifica-se que os processos fonológicos visíveis nas produções das crianças – reduções de grupos e encontros consonânticos, por exemplo – em nada implicaram a realização da derivação.

## **(2) Será que as crianças com PEDL apresentam dificuldades na realização da flexão em número?**

Relembra-se que a bibliografia (Bedore & Leonard, 2001 e Leonard *et al*, 1997) defende que as crianças com PEDL apresentam dificuldades na flexão nominal em número. A presença de dificuldades na flexão nominal em número é atestada pela existência de diferenças entre o grupo PEDL e o grupo de controlo. Mais uma vez, os resultados deste estudo parecem não corroborar o defendido na literatura.

Considera-se que os resultados obtidos são indicativos que as crianças do grupo PEDL não apresentam dificuldades na flexão nominal em número. Os valores equivalentes à totalidade de palavras-alvo obtidas na sub tarefa de palavras, e os valores altamente elevados de pseudopalavras-alvo, revelaram a inexistência de diferenças significativas entre os dois grupos e entre as duas sub tarefas, e, por isso, crê-se que o grupo PEDL apresenta as capacidades de realização da flexão nominal em número mantidas e são capazes de utilizar a regra em palavras novas.

Contudo, ao realizar uma comparação mais específica, entre os subgrupos, foram encontradas diferenças a considerar. Ao contrário do observado nos dois subgrupos sem escolarização (onde não foram encontradas diferenças), é visível, na comparação realizada entre os subgrupos com escolarização, que o subgrupo PEDL com escolarização realizou algumas produções na sua forma [-plu], contrariamente ao subgrupo de controlo com escolarização. Tal remete para uma situação que convém ser relatada. Não obstante os resultados deste estudo terem demonstrado a inexistência de défices na flexão nominal em número, é referido na secção 3.1 do capítulo III que todas as crianças do grupo PEDL apresentavam, no início da intervenção terapêutica, défices na construção de plurais, dificuldade que, visivelmente, foi otimizada com o decorrer da terapia da fala. Deste modo, as formas [-plu] verificadas, essencialmente na sub tarefa relativa a pseudopalavras, podem ser interpretadas à luz dessa dificuldade inicial: a flexão nominal em número tem sido otimizada e, em alguns casos, as dificuldades a este nível foram ultrapassadas; contudo, pode verificar-se, nos casos que ainda não tenham consolidado essa aprendizagem, evidências dessa dificuldade, nomeadamente em palavras novas. O facto de formas [-plu] terem sido observadas em maior percentagem no subgrupo PEDL com escolaridade (onde foram, apenas, produzidas pelo D.G. – Anexo VI) remete para a hipótese, já acima referida para a morfologia derivacional, de que, pelo menos uma criança com PEDL mais velha terá apresentado maior comprometimento da morfologia flexional no início do tratamento de terapia da fala e, portanto, vai evidenciar vestígios dessas dificuldades, contrariamente ao subgrupo PEDL sem escolaridade que, possivelmente, já as ultrapassou.

A intervenção em terapia da fala (e, especialmente, a intervenção na área da flexão nominal em número) constitui, portanto, num fator que poderá ter condicionado os resultados deste trabalho experimental. Se a morfologia flexional nominal não tivesse constituído uma área de intervenção, possivelmente os resultados obtidos neste estudo seriam indicativos de défices nesta área, ou seja, seriam observados mais nomes e

pseudônimos na forma [-plu], o que levaria a conclusões distintas das apresentadas. Contudo, esta é uma questão que fica por deslindar.

Desconsiderando esta situação e considerando o momento de aplicação do teste, menciona-se que os resultados obtidos neste estudo colidem com os obtidos por Bedore & Leonard (2001) e Leonard *et al* (1997): este estudo evidenciou que a produção de formas plurais nas crianças com PEDL se assemelha à produção das formas plurais nas crianças com desenvolvimento linguístico normal.

### **(3) Corroborarão os dados obtidos a hipótese da organização modular da morfologia no léxico mental?**

De entre numerosas teorias acerca da representação da morfologia no léxico mental, assumiu-se a defendida por Miceli & Caramazza (1988), Badecker & Caramazza (1989), Laudanna, Badecker & Caramazza (1992) e Miceli (1994), que propõe que ambos os processos morfológicos estão representados no léxico e ocupam subcomponentes autônomos. Esta modularidade do léxico mental é corroborada pelo presente trabalho experimental, caso as crianças com PEDL apresentem dificuldades numa das componentes morfológicas, independentemente da presença de dificuldades na outra. Neste âmbito, remete-se para a bidirecionalidade da hipótese que orienta o trabalho. Como já referido, esta é confirmada se uma das duas possibilidades seguintes se verificar: estas crianças produzem erros na flexão e as capacidades de produção de palavras derivadas estão mantidas; ou, contrariamente, apresentam dificuldades na produção de palavras derivadas e não manifestam erros na flexão. Com base nos resultados percentuais obtidos para as subtarefas de morfologia derivacional e flexional, é possível, pois, responder afirmativamente à questão colocada.

Os resultados obtidos apontam para diferenças entre as dificuldades existentes nestes dois processos morfológicos, indicando que as crianças com PEDL apresentam percentagens muito superiores de respostas corretas nas subtarefas de morfologia flexional. Importa referir que as respostas verdadeiramente desviantes são em baixa percentagem, mesmo nas subtarefas de morfologia derivacional; aliás, verifica-se até que, no teste de pseudopalavras, essas respostas se verificaram em maior percentagem na subtarefa de flexão. Contudo, os valores muito elevados de não-respostas obtidas pelo grupo PEDL nas subtarefas derivacionais (chegando aos 75% na subtarefa de pseudopalavras) são indicativos de défices.

Estes resultados são, por isso, consistentes com a hipótese de que as crianças com PEDL podem apresentar défices numa das componentes morfológicas independentemente da presença de défices na outra: as crianças com PEDL investigadas neste estudo demonstraram défices na componente derivacional, em detrimento da componente flexional, que não se encontra afetada. Deste modo, tal como os resultados obtidos nos estudos de Badecker & Caramazza (1989) e Miceli & Caramazza (1988), este estudo evidenciou a existência de um défice seletivo de uma componente morfológica, neste caso a derivacional, o que enfatiza a sua autonomia funcional e, portanto, está de acordo com os pressupostos que defendem que flexão e derivação ocupam subcomponentes autónomos do léxico. Contudo, considera-se importante referir que os resultados obtidos no estudo desta dissertação não se apresentam como refuta ao defendido por Aronoff (1976), Anderson (1992), Aronoff & Anshen (1998) e Clahsen, Sonnenstuhl & Blevins (2003), que aceitam que apenas a derivação se encontra representada no léxico.

### 2.3 Discussão geral

Como verificado, o estudo da presente dissertação demonstrou que as crianças do grupo PEDL apresentaram dificuldades na morfologia derivacional, enquanto as capacidades de morfologia flexional se encontram mantidas, apresentando-se estes resultados como uma corroboração para a distinção entre estes dois processos morfológicos no léxico mental. Todavia, convém realçar duas questões.

A primeira questão diz respeito a que não se pode restringir uma área tão abrangente como a morfologia derivacional a uma simples RFP. Assim, apesar de se ter considerado as palavras designadas como *palavras possíveis* como corretas, na medida em que demonstram conhecimento dos princípios básicos da derivação independentemente de ser formado um AG ou INST em *-dor*, as crianças com PEDL, no seu geral, apenas demonstraram, na realidade, dificuldades na RFP AG. Contudo, uma vez que, segundo Clark (2001, 1996), os agentivos e instrumentais dizem respeito às primeiras palavras derivadas a serem produzidas pelas crianças com desenvolvimento linguístico normal e, segundo Cunha (2000), apresentam grande produtividade, será de esperar que, uma vez demonstradas dificuldades na RFP AG, estas crianças também demonstrem dificuldades em outras RFP.

Os itens de controlo<sup>82</sup> poderiam permitir retirar conclusões sobre esta questão. É visível, através de uma análise dos gráficos do Anexo VII, que as crianças do grupo de controlo evidenciaram maiores percentagens de respostas corretas do que as crianças do grupo PEDL, tanto para os agentivos e instrumentais em *-eiro*, como para os “nomina actionis” em *-da*, o que poderia demonstrar que estas crianças apresentaram maior dificuldade na formação dessas palavras. Porém, na RFP “nomina actionis”, através de uma análise qualitativa, não se considera que as diferenças entre os grupos sejam significativas: por um lado, as diferenças percentuais obtidas foram muito ligeiras, por outro, o grupo de controlo também demonstrou percentagens de respostas corretas muito baixas. De salientar, ainda, que se considera que o baixo número de itens de controlo aplicados não é suficiente para fazer uma análise fidedigna. Por este motivo, não se afirma com veracidade que as crianças do grupo PEDL demonstrem dificuldades nestas regras; teria que ser realizada uma análise mais minuciosa. Deste modo, pode, apenas, afirmar-se que as crianças com PEDL da amostra apresentam dificuldades em, pelo menos, algumas RFP, o que permite aferir que algumas componentes da morfologia derivacional podem estar afetadas nas crianças com PEDL.

A segunda questão diz respeito a uma situação semelhante que pode ser descrita para a morfologia flexional. Esta divide-se em morfologia flexional nominal e morfologia flexional verbal. Este estudo abrange a morfologia flexional nominal e, por isso, há carência de dados sobre a morfologia verbal. Tal, apenas permite afirmar, como verificado, que as crianças do grupo PEDL estudadas não demonstraram dificuldades na morfologia flexional nominal em número. Para além disso, se for considerado que, ao contrário do defendido por Villalva (2008) e Villalva (2000), Huber (1986) e Carvalho (1984) *apud* Villalva (2008), o contraste de género [masc] e [fem] é realizado por um processo de flexão nominal em género, também são ausentes os resultados deste processo de flexão. Contudo, mantendo os mesmos pressupostos, os itens de controlo parecem permitir estender a afirmação: não são verificados défices na flexão nominal em número e em género, pois os resultados para os itens de controlos relativos ao género [fem] parecem demonstrar a inexistência de dificuldades a este nível (os resultados evidenciaram uma percentagem total de formas [fem]) nos dois grupos – Anexo VII – e, portanto, podem indicar que estas crianças não apresentam dificuldades nos contrastes de género). No entanto, não se considera que o número de itens permita afirmar com segurança a inexistência dessas dificuldades; apesar

---

<sup>82</sup> Por motivos de espaço, os itens de controlo não são descritos no corpo do trabalho, podendo ser consultados no Anexo VII.

de não fazer parte dos objetivos do trabalho, pode afirmar-se, apenas, que as crianças com PEDL da amostra não apresentaram dificuldades nos itens de nomes [fem] aplicados. A título de curiosidade, salienta-se, mais uma vez, o papel da intervenção em terapia da fala como otimizadora das dificuldades das crianças com PEDL: pode verificar-se na secção 3 do capítulo III que é afirmado que as crianças com PEDL apresentam dificuldades nos contrastes de género, afirmação refutada ao analisar os resultados destes itens de controlo.

Por último, conclui-se que estas questões não interferem com o facto de os resultados obtidos irem de encontro à hipótese de que flexão e derivação se apresentam como subcomponentes autónomos do léxico. De facto, as crianças demonstraram dificuldades ao nível da morfologia derivacional, independentemente de essas dificuldades abrangerem apenas uma RFP ou mais que uma RFP. Ainda, estas dificuldades verificaram-se na ausência de dificuldades em, pelo menos, um tipo de flexão, a flexão nominal em número. Ora, isto é indicativo de que défices na morfologia derivacional não dependem da ocorrência de défices na morfologia flexional e, portanto, estes dois processos apresentam-se como independentes.

## Conclusão

Os resultados obtidos neste estudo constituem um pequeno contributo para um melhor conhecimento das dificuldades morfológicas das crianças portuguesas com PEDL, essencialmente ao nível da morfologia derivacional.

Embora a amostra não seja representativa da população com PEDL, devido ao número diminuto de elementos que a constitui e à heterogenia que a caracteriza e, por este motivo, os resultados não forneçam dados que possam ser generalizados a esta população, este trabalho permitiu um conhecimento mais alargado do desempenho das crianças portuguesas com PEDL na produção de AG e INST e na realização da flexão nominal em número. Por outro lado, contribuiu para a definição do papel das estruturas morfológicas na organização do léxico mental.

Dos resultados obtidos neste trabalho experimental retiram-se as seguintes conclusões principais:

- i. As crianças com PEDL estudadas não revelaram défices na flexão nominal em número;
- ii. As crianças com PEDL estudadas revelaram défices na componente derivacional da morfologia;
- iii. A morfologia derivacional pode constituir uma área afetada na população com PEDL;
- iv. A morfologia derivacional e a morfologia flexional são processos independentes e por isso constituem subcomponentes autónomos da gramática mental.

Apesar do carácter apenas inicial deste trabalho, refere-se que foram alcançados os objetivos propostos.

Salienta-se a necessidade de referir algumas propostas para a otimização de resultados futuros. É aconselhável, em estudos futuros, uma amostra mais alargada e com um intervalo de idades superior, de maneira a poder visualizar estes comportamentos linguísticos em crianças com PEDL de várias idades, e poder retirar conclusões sobre a sua evolução em função da idade. A amostra deverá ser, ainda, mais homogénea e o fator “tempo de terapia da fala” deverá ser tido em consideração, de maneira a evitar que a

intervenção terapêutica possa ter efeito nos resultados e a promover uma maior fidelidade do estudo. Seria interessante, também, testar um maior número de RFP para poder analisar a extensão das dificuldades derivacionais.

Por fim, perante a fundamentação dos resultados obtidos, pode assumir-se que este trabalho contribuiu, não só para a caracterização da patologia em questão, como também para uma maior vigilância das áreas de estudo nesta população, essencialmente da área da derivação. De facto, por terem um carácter opcional, os processos de formação de palavras por afixação nem sempre são convenientemente analisados junto da população com PEDL, o que pode ter como consequência a não intervenção nesta área em situações que o exijam. Espera-se que este trabalho tenha contribuído, por isso, para uma maior vigilância desta área junto da população em causa.



## Referências Bibliográficas

- Afonso, M. (2002). *Aquisição do desenvolvimento da linguagem: o desenvolvimento morfológico*. Texto inédito, Universidade de Aveiro, Escola Superior de Saúde.
- Anastácio, M.C.F. (1998). *Para uma leitura dos nomes de predicativos*. Dissertação de mestrado inédita, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.
- Anderson, S. R. (1992). *A-Morphous morphology*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Aronoff, M., & Anshen, F. (1998). Morphology and the lexicon: lexicalization and productivity. Em A. Spencer & A. Zwicky (Eds.), *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell.
- Aronoff, M., & Volpe, M. (2006). *Morpheme*. Recuperado em 2011, setembro 11, de <http://pt.scribd.com/doc/10002840/Aronoff-Volpe-Morpheme>.
- Azuaga, L. (1996). Morfologia. Em I. H. Faria, E. R. Pedro, I. Duarte & C. A. M. Gouveia (Eds.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Badecker, W., & Caramazza, A. (1989). A lexical distinction between inflection and derivation. *Linguistic Inquiry*, 20:1, 108-116.
- Bedore, L., & Leonard, L. (2001). Grammatical morphology deficits in Spanish-speaking children with Specific Language Impairment. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, 44, 905-924.
- Befi-Lopes, D. M., Araújo, K., & Giusti, E. (2005). Relação entre as habilidades fonológicas e pragmáticas nos distúrbios específicos de linguagem. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, 17:1, 45-54.
- Berko, J. (1958). The child's learning of english morphology. *Word*, 14, 150-177.
- Caeiro, A. G. (2007). *Sobre a aquisição dos pronomes possessivos: um estudo de produção em crianças com desenvolvimento típico entre 2;06 e 3;05 anos de idade*. Projeto final de licenciatura, IPS, ESS.
- Caetano, M. C. (2003). *A formação de palavras em gramáticas históricas do Português. Análise de algumas correlações sufixais*. Tese de doutoramento inédita, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

- Castro, A. (2010). Aquisição de morfologia de plural em português europeu: sobre a produtividade das regras. Em A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso & A. Fiéis (Eds.), *Textos seleccionados do XXV Encontro da associação portuguesa de linguística*, 277-289.
- Castro, S. L., & Gomes, I. (2000). Dificuldades na linguagem falada. Em S.L. Castro & I. Gomes (Eds.), *Dificuldades de aprendizagem da língua materna*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro-Rebolledo, R., Giraldo-Prieto, M., Hincapié-Henao, L., Lopera, F., & Pineda, D. A. (2004). Trastorno específico del desarrollo del lenguaje: una aproximación teórica a su diagnóstico, etiología y manifestaciones clínicas. *Revista de Neurología*, 39:12, 1173-1181.
- Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (1988). *Corpus de referência do português contemporâneo*. Recuperado em 2010, outubro 10, de [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_crpc.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_crpc.php)
- Chomsky, N. (1970). Remarks on Nominalization. Em R. Jacobs & P. Rosenbaum (Eds.), *Readings in English Transformational Grammar*. Blaisdell: Waltham, MA.
- Chomsky, N. (1995). *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Clahsen, H., & Almazan, M. (2000). *Compounding and inflection in language impairment: evidence from Williams syndrome (and SLI)*. Texto Inédito, Universidade de Essex, Departamento de Linguística.
- Clahsen, H., Sonnenstuhl, I., & Blevins, J. P. (2003). Derivational morphology in the german mental lexicon: a dual mechanism account. Em H. Baayen & R. Schreuder (Eds.), *Morphological Structure in Language Processing*. Berlin: Mouton de Gruyter. (Reimpressão de *Walter de Gruyter*, 125-155, 2003).
- Clark, E. V. (1982). The young word maker: a case study of innovation in the child's lexicon. Em E. Wanner & L. R. Gleitman (Eds.), *Language Acquisition: The state of the Art*. New York: Cambridge University Press. (Reimpressão de *Cambridge University Press*, 390-418, 1982)
- Clark, E. V. (1993). *The lexicon in acquisition*. Recuperado em 2011, agosto 16, de <http://www.google.com/books?hl=ptPT&lr=&id=tjnoZ9zGSgoC&oi=fnd&pg=PR11&dq=Clark,+1993+The+lexicon+in+acquisition&ots=eeGo16INRr&sig=H8rH4AzUOc7AUeern267kVoZHb8#v=onepage&q=Clark%201993%20The%20lexicon%20in%20acquisition&f=false>

- Clark, E. V. (1996). Later lexical development and word formation. Em P. Fletcher & B. MacWhinney (Eds.), *The handbook of child language*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Clark, E. V. (2001). Morphology in language acquisition. Em A. Spencer & A. M. Zwicky (Eds.), *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Costa, J. A., & Melo, A. S. (1998). *Dicionário da língua portuguesa* (8ª Ed.). Porto: Porto Editora.
- Cunha, A. S. C. (2000). *Palavras derivadas no léxico mental: abordagens gerativas e psicolinguísticas*. Tese de doutoramento inédita, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras.
- Cunha, A. S. C. (2008). A flexão de género dos substantivos. *Soletras*, 15, 26–34.
- Cunha, A. S. C. (2009). Contribuição da gramática gerativa no ensino de morfologia derivacional. *Soletras*, 17, 89-104.
- Cunha, C., & Cintra, L. F. L. (1997). Classe, estrutura e formação de palavras. Em C. Cunha & L. F. L. Cintra (Eds.), *Nova gramática do português contemporâneo* (13ª Ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duarte, I. (2000). O conhecimento das palavras. Em I. Duarte (Ed.), *Língua portuguesa: instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Duarte, I., & Brito, A. M. (2003). Predicação e classes de predicadores verbais. Em M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (5ª Ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Friedmann, N., & Novogrodsky, R. (2008). Subtypes of SLI: SySLI, PhoSLI, LeSLI, and PraSLI. Em A. Gavarró & M. J. Freitas (Eds.), *Language acquisition and development*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge Scholars Press/CSP.
- Garman, M. (1990). *Psycholinguistics*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Guasti, M. T. (2002). The Emergence of Syntax. Em M. T. Guasti (Ed.), *Language acquisition: the growth of grammar*. Cambridge, Massachusetts, London: The MIP Press.
- Halle, M. (1973). Prolegomena to a theory of word-formation. *Linguistic Inquiry*, 4, 3-16.
- Laudanna, A., Badecker, W., & Caramazza, A. (1992). Processing inflectional and derivational morphology. *Journal of memory and language*, 31, 333-348.

- Leonard, L. B. (1998). *Children with specific language impairments*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Marshall, C. R., & Van Der Lely, H. K. J. (2007). Derivational morphology in children with grammatical-specific language impairment. *Clinical Linguistics & Phonetics*, 21: 2, 71-91.
- Martins, I. P. (2002). Perturbações específicas do desenvolvimento da linguagem: avaliação, classificação, diagnóstico diferencial, prognóstico. *Psicologia*, 16, 27-50.
- Medeiros, J. C. D. (1995). Processamento morfológico e correcção ortográfica do português. Tese de mestrado inédita, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Miceli, G. (1994). Morphological errors and the representation of morphology in the lexical-semantic system. *The Royal Society*, 346, 79-87.
- Miceli, G., & Caramazza A. (1988). Dissociation of inflectional and derivational morphology. *Brain and language*, 35: 1, 24-65.
- Renca, N. M. L. N. (2005). *Derivação nominal em -dor/a e em -deiro/a no português europeu contemporâneo*. Dissertação de mestrado inédita, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.
- Rice, M. L., Wexler, K., & Cleave, P. L. (1995). Specific Language Impairment as a period of Extended Optional Infinitive. *Journal of Speech and Hearing Research*, 38, 850-863.
- Rio-Torto, G. (1997). Construção e interpretação: o exemplo dos nomes heterocategoriais. Em *Sentido que a vida faz - Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- Rio-Torto, G. (2001). Morfossintaxe e semântica dos nominais derivados. Em M. H. M. Mateus & C. N. Correia (Orgs.), *Saberes no tempo - homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* [Número especial]. Lisboa: Colibri.
- Rio-Torto, G. (2002). Flexão e derivação: simetrias e assimetrias. *Revista Portuguesa de Filologia*, 14, 253-289.
- Rio-Torto, G. (2004). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Rio-Torto, G. M. (1998). *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

- Rubin, H. (1987). *The development of morphological knowledge in relation to early spelling ability*. Recuperado em 2011, julho 30, de [http://www.haskins.yale.edu/sr/SR089/SR089\\_09.pdf](http://www.haskins.yale.edu/sr/SR089/SR089_09.pdf)
- Scalise, S. & Guevara, E. (2005). The lexicalist approach to word-formation and the notion of the lexicon. Em P. Stekauer & R. Lieber (Eds.), *Handbook of word-formation*. Recuperado em 2011, setembro 20, de <http://books.google.pt/books?id=uAkB96vFnLYC&pg=PA147&lpg=PA147&dq=the+lexicalist+approach+to+word-formation+and+the+notion+of+the+lexicon&source=bl&ots=6dh6ls3yHN&sig=GY83gmOe2iwj1SORXdgKP3kv3sA&hl=pt-PT&sa=X&ei=6sAJTyOLMT08QPxvYHDAQ&ved=0CDwQ6AEwAw#v=onepage&q=the%20lexicalist%20approach%20to%20word-formation%20and%20the%20notion%20of%20the%20lexicon&f=false>
- Schulz, P., & Friedmann, N. (2011). Specific language impairment (SLI) across languages: properties and possible loci. *Lingua*, 121, 333–338.
- Sim-Sim, I. (1998). Das palavras às frases. Em I. Sim-Sim (Ed.), *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Spencer, A. (1991). *Morphology theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Vigário, M. & Garcia, P. (2011). *Aquisição da morfologia derivacional no português europeu: estudo de caso*. Comunicação apresentada no Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Nova de Lisboa.
- Villalva, A. (1990). Morfologia. Em M. H. M. Mateus, A. Andrade, M. C. Viana & A. Villalva (Eds.), *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Villalva, A. (2003). Aspectos morfológicos da gramática do português. Em M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (5ª Ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Villalva, A. (2008). *Morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta.

## Lista de Figuras

### Capítulo I

Figura 1 - Configuração da estrutura das palavras simples (Villalva, 2008: 26)..... 8

Figura 2 - Configuração da estrutura das palavras complexas (Villalva, 2008: 27)..... 9

### Capítulo III

Figura 1 – Exemplo de estímulo-alvo de AG em *-dor* (“Este senhor está a varrer, ele é um...”)... 65

Figura 2 – Exemplo de estímulo-alvo de INST em *-dor* (“Isto serve para secar o cabelo, é um...”)... 65

Figura 3 – Exemplo de estímulo-alvo de nome [+plu] (“Aqui está uma casa, aqui estão três...”)... 65

Figura 4 – Exemplo de estímulo-alvo de pseudoAG em *-dor* (“Este boneco está a sumer, ele é um...”)... 65

Figura 5 – Exemplo de estímulo-alvo de pseudoINST em *-dor* (“Isto serve para tagar, é um...”)... 66

Figura 6 – Exemplo de estímulo-alvo de pseudonome [+plu] (“Aqui está um jigoto, aqui estão três...”)... 66

Figura 7 – Exemplo de estímulo-alvo de um item de controlo relativo a agente sem derivação (“Este senhor está a roubar, ele é um...”)... 66

## Lista de Tabelas

### Capítulo III

Tabela 1 – Caracterização da amostra em género (feminino/masculino), idade (anos;meses), tempo de terapia da fala (anos;meses) e escolaridade.....	55
Tabela 2 – Caraterização geral das dificuldades linguísticas do grupo PEDL.....	57
Tabela 3 – Caracterização do grupo de controlo por género, idade (anos;meses) e escolaridade.....	58

### Capítulo IV

Tabela 1 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de AG em <i>-dor</i> .....	75
Tabela 2 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de INST em <i>-dor</i> .....	77
Tabela 3 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de pseudoAG em <i>-dor</i> .....	79
Tabela 4 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens de produção de pseudoINST em <i>-dor</i> .....	81
Tabela 5 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de nomes.....	95
Tabela 6 – Frequências e percentagens de cada tipo de resposta para cada um dos itens da subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.....	96
Tabela 7 – Resultados gerais obtidos pelo grupo PEDL.....	103
Tabela 8 – Resultados gerais obtidos pelo grupo de controlo.....	104

## Lista de Gráficos

### Capítulo IV

Gráfico 1 – Resultados dos subgrupos PEDL nas subtarefas de produção de AG e INST em <i>-dor</i> e pseudoAG e pseudoINST em <i>-dor</i> .....	83
Gráfico 2 – Resultados dos subgrupos de controlo nas subtarefas de produção de AG e INST em <i>-dor</i> e pseudoAG e pseudoINST em <i>-dor</i> : .....	85
Gráfico 3 – Resultados do grupo PEDL e do grupo de controlo nas subtarefas de morfologia derivacional.....	86
Gráfico 4 – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL sem escolarização e pelo subgrupo de controlo sem escolarização nas subtarefas de morfologia derivacional.....	90
Gráfico 5 - Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo de controlo com escolarização nas subtarefas de morfologia derivacional.....	91
Gráfico 6 – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo PEDL sem escolarização na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes. ....	98
Gráfico 7- Resultados obtidos pelo grupo PEDL e pelo grupo de controlo nas subtarefas de realização da flexão em número de nomes e pseudonomes.....	99
Gráfico 8 – Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL sem escolarização e pelo subgrupo de controlo sem escolarização na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.....	101
Gráfico 9 - Resultados obtidos pelo subgrupo PEDL com escolarização e pelo subgrupo de controlo com escolarização na subtarefa de realização da flexão em número de pseudonomes.....	102



